



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR
Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – VRPPG
Centro de Ciências Humanas – CCH
Mestrado em Psicologia

ANDRÉA ALEXANDRE VIDAL

**Estrutura e Dinâmica da Família Sertaneja:
estudo exploratório das famílias agricultoras da região do
Maciço de Baturité/CE**

FORTALEZA
Universidade de Fortaleza – UNIFOR
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANDRÉA ALEXANDRE VIDAL

**Estrutura e Dinâmica da Família Sertaneja:
estudo exploratório das famílias agricultoras da região do
Maciço de Baturité/CE**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Produção e Expressão Sócio-Cultural da Subjetividade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke

FORTALEZA
Mestrado em Psicologia
2007

- V648e Vidal, Andréa Alexandre.
Estrutura e dinâmica da família sertaneja : estudo exploratório das famílias agricultoras da região do Maciço de Baturité / CE / Andréa Alexandre Vidal. - 2007.
209 f.
- Cópia de computador.
Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2007.
“Orientação: Profa. Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke.”
1. Família – Aspectos psicológicos. 2. Agricultura familiar. I. Título.

CDU 159.9:316.356.2



Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Mestrado em Psicologia
Psicologia, Sociedade e Cultura: Produção e Expressão
Sociocultural da Subjetividade

Dissertação intitulada *“Estrutura e dinâmica da família sertaneja: estudo exploratório das famílias agricultoras da região do Maciço de Baturité/CE”*, de autoria da mestrande Andréa Alexandre Vidal, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Maluschke – UNIFOR – Orientadora

Prof. Dr. Francisco José Batista de Albuquerque – UFPB

Prof. Dr. José Clerton de Oliveira Martins – UNIFOR

Prof. Dr. HENRIQUE FIGUEIREDO CARNEIRO
Coordenador do Curso de Mestrado em Psicologia – UNIFOR

Fortaleza, 20 de dezembro de 2007

"A agricultura é uma oferta da natureza que passa de geração em geração. É o que a natureza dedica pra gente e a gente dedica pra ela".

Antônio Sabino
Agricultor familiar

A conclusão do Mestrado foi para mim, acima de tudo, uma realização pessoal de nobre significado. Como toda escolha, cursar o Mestrado envolveu seus riscos e sacrifícios, dos quais não me arrependo um minuto sequer de tê-los enfrentado. Ao contrário, eles foram incentivadores de todo o percurso e colaboraram para que cada palavra desta Dissertação surgisse e fizesse sentido.

Agora, observando o trabalho concluído, tomo-o como uma vitória compartilhada com os maiores incentivadores dos meus estudos: meus queridos pais, Vicente Vidal e Francisca Alexandre Vidal, que me ensinaram a amar a mim mesma, à vida e ao próximo, e meu pequeno grande sobrinho Caio Garcia Vidal que com sua doçura e perspicácia, cativa a todos que estão ao seu redor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu irmão Rodolfo Alexandre Vidal, pelos momentos em que se privou, inclusive de seus estudos, em prol de minha formação profissional, e também pela sua discreta curiosidade e preocupação em saber como andava a minha Dissertação.

À Prof^ª. Júlia Bucher-Maluschke, pela disponibilidade em me orientar desde as supervisões até o modo de redigir e-mails “formais”. Agradeço-a, de coração, pelo seu crédito em minha capacidade, até mesmo quando desta duvidei; pela confiança e cumplicidade; pela gentil acolhida em sua residência em meus momentos de desespero diante da falta de recursos técnicos para a elaboração da Dissertação.

Aos Profs. Drs. Francisco José Batista de Albuquerque e José Clerton de Oliveira Martins, por aceitarem prontamente o convite para constituírem a banca examinadora; pelo profissionalismo, pela atenção dispensada à leitura do texto, e pela valiosa contribuição feita por meio de críticas e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Aos Profs. Drs. Fernando Ramos Pontes e Maycoln Teodoro, pelas sugestões para que este trabalho crescesse, ainda na ocasião da Qualificação do Projeto de Dissertação.

À minha querida amiga de todas as horas, Giselle Giffoni, pelo afeto e apoio, que tornavam sua companhia prazerosa e me deixavam à vontade tanto para sorrir quanto para chorar no percurso do estudo.

Ao meu amigo Pe. Moésio Pereira de Souza, pela atenção e o auxílio, sempre tão imediatos, tanto no início quanto no final do Mestrado.

Aos amigos do Mestrado, pelos momentos de descontração diante de tantas informações e de tantos conhecimentos adquiridos nas disciplinas.

Aos amigos do Laboratório de Estudos dos Sistemas Complexos (LESPLEXOS), pelo incentivo que procuro retribuir e devolver por meio desta Dissertação.

Aos agricultores e agricultoras familiares da região do Maciço de Baturité, que me acolheram de modo simples, porém autêntico, nas horas em que necessitei dos seus conhecimentos para aprofundar e dar corpo a esta pesquisa.

À Fundação Konrad Adenauer, por meio do Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado (AFAM), por disponibilizar e patrocinar os recursos para a parte prática deste estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos.

Àquele que me deu a vida e o precioso dom da inteligência.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal conhecer alguns aspectos da estrutura e da dinâmica das famílias agricultoras da região do Maciço de Baturité/CE, ligadas ao Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado (AFAM), que divulga na região estudada a prática da agricultura ecológica baseada no desenvolvimento sustentável. Elegemos como método a abordagem qualitativa (Minayo et al, 2005) para estudarmos 15 (quinze) famílias agricultoras, as quais foram descritas a partir da narrativa de um de seus membros. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados o questionário (Günther, 1999), o genograma familiar transgeracional e o ciclo vital familiar (Carter & McGoldrick, 2001). O questionário, visando à obtenção de dados que possibilitassem atingirmos os objetivos propostos, teve a seguinte estrutura: dados sócio-demográficos e familiares; saúde física e mental; história da migração familiar; agricultura familiar (relacionada à transmissão através das gerações familiares dos conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas); sustentabilidade; sucesso e fracasso; mal-estar e bem-estar. Estes tópicos nos permitiram conhecer a vivência dos agricultores através dos seus relatos sobre cada item citado. Entre os resultados obtidos, constatamos a existência de um hiato entre a geração dos pais e a geração dos filhos relativo à transmissão transgeracional dos conhecimentos agrícolas, ocasionando assim, uma mudança na estrutura e na dinâmica das famílias agricultoras estudadas. A geração mais jovem ao adquirir noções sobre a agroecologia, observa com certo descrédito as práticas agrícolas convencionais utilizadas pelos seus pais. Neste aspecto, o trabalho do agricultor passou a ser questionado pelos mais jovens, que almejam sair da mão-de-obra no campo para se tornarem técnicos agrícolas com conhecimentos agroecológicos, ou ainda, migram em busca de outras ocupações nas grandes cidades. Desta forma, rompem com toda uma tradição de transmissão de conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas através das gerações familiares, ocasionando além da sensação de abandono nos pais, a falta de herdeiros para a continuação do trabalho na agricultura familiar.

Palavras-chaves: estrutura e dinâmica familiar; geração familiar trigeracional; conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas.

ABSTRACT

The main objective of the study is to get know some aspects of the structure and dynamics of the agriculturist families of the Maciço de Baturité/CE region, that are related to the Familiar Agriculture, Agroecology and Market Project (AFAM), that disclosures in the above mentioned region, the practice of the ecological agriculture based on the maintainable development. The qualitative approach (Minayo et al, 2005) was chose as a method to study the 15 (fifteen) agriculturist families that were described in accord with the point of view that one of these members. The questionnaire (Günther, 1999), the transgeneration family genogram and the familiar life cycle (Carter & McGoldrick, 2001) were used as a data collect. The questionnaire made to obtain the data that would make possible to achieve the specific object proposed, had the following structure: socio-demographic data and family data, mental and body health, the migration familiar history, agricultural familiar (related to the transmissions through the knowledge, attitude and agricultural practice from the families); sustainability; success and failure; bad fare and welfare. Theses topics helped us to know the experiences oh the agriculturists report on each according to the item cited. Among the results, we could verify the existence of a gap between the parents generation and the sons generation related to the transgeneration transmission of agricultural knowledge, causing a change of the structure and of the dynamics of the agriculturists families that were object of this study. As the younger generation acquires notions of agro ecology, they tend to give no credit to the conventional agricultural practice used by their parents. In this case, the agriculturist work became questioned by the youngest, that aim to leave behind the country hand labor to become agricultural technician with agro ecology knowledge, or yet, the go for other occupation in the big cities. Thus, they break up with a whole tradition of knowledge transmission, attitudes and agricultural practices through the families' generations, causing this abandon feeling in their parents and the lack of heirs to continue the family agricultural work.

Keywords: structure and family dynamics; trigeracional family generation; knowledge, attitudes and agricultural practices.

LISTA DE SIGLAS

AFAM – Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado (Projeto)

CAP – Conhecimentos, Atitudes e Práticas

CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CONTAG - Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais

EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

KAS – Konrad Adenauer Stiftung (Fundação Konrad Adenauer)

MST – Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais SemTerra

ONG – Organização Não-Governamental

PSF – Programa Saúde da Família

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1. Questões Teóricas e Contextuais da Família	24
1.1 Conceitos, Estrutura e Dinâmica da Família	25
1.2 A Família do Brasil Colonial até os Nossos Dias	35
1.3 A Família Cearense e o Fenômeno da Migração	41
CAPÍTULO 2. O Semi-árido Cearense	44
2.1 A Região do Maciço de Baturité	45
2.2 O Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado	47
CAPÍTULO 3. A Agricultura Familiar no Brasil	50
3.1 Noções de Agricultura Ecológica e Desenvolvimento Sustentável	54
3.2 A Agricultura Familiar no Cenário Científico-Acadêmico	57
CAPÍTULO 4. A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano	60
CAPÍTULO 5. O Problema do Estudo	65
5.1 Objetivos	67
5.1.1 Objetivo Geral	67
5.1.2 Objetivos Específicos	67
6. MÉTODO	69
6.1 Local do Estudo	69
6.2 Universo e Amostra	70
6.3 Instrumentos	71
6.4 Análise dos Dados Obtidos	74
6.5 Procedimentos Éticos	74
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76
7.1 Dados Sócio-Demográficos e Familiares	77
7.2 Saúde Física e Mental	99
7.3 História da Migração Familiar	103
7.4 Agricultura Familiar	110
7.5 Sustentabilidade	127
7.6 Sucesso e Fracasso	131
7.7 Bem-estar e Mal-estar	136
7.8 Genogramas Familiares Transgeracionais	149
7.9 Ciclos Vitais Familiares	179

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
9. REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	200
Anexo A – Carta de Informação	201
Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	202
Anexo C – Questionário	203
Anexo D – Parecer do Comitê de Ética	208
Anexo E – Declaração do Revisor	209

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Ocara/CE, região semi-árida do Maciço de Baturité _____ 47
- Figura 2.** Acarape/CE, região semi-árida do Maciço de Baturité _____ 47
- Figura 3.** Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano _____ 61
- Figura 4.** Casal de agricultores convencionais cuidam de
plantação de feijão para consumo próprio. Aracoiaba/CE _____ 113
- Figura 5.** Quintal orgânico numa casa de agricultores
familiares em Aracoiaba/CE _____ 114
- Figura 6.** Plantação agroecológica de pimenta espanhola em
Ocara/CE _____ 133
- Figura 7.** As fronteiras da casa se confundem com o espaço
de trabalho _____ 139

LISTA DE QUADROS

Quadro 7.1.1 Perfil dos entrevistados _____	77
Quadro 7.1.2 Rede familiar dos entrevistados _____	84
Quadro 7.1.3 Benefícios do Governo recebidos pelas famílias _____	88
Quadro 7.1.4 Atividades desempenhadas pelos familiares que residem com o entrevistado _____	92
Quadro 7.2.1 Saúde física e mental das famílias estudadas _____	99
Quadro 7.3.1 Local de nascimento dos entrevistados e dos seus pais _____	103
Quadro 7.3.2 Os migrantes e os motivos da migração _____	106
Quadro 7.4.1 Decisão de trabalhar com a agricultura _____	110
Quadro 7.4.2 Produtos cultivados pela geração atual de agricultores familiares _____	112
Quadro 7.4.3 Modo como os agricultores adquiriram os conhecimentos para a plantação _____	115
Quadro 7.4.4. Dificuldades do trabalho no campo através das gerações familiares _____	120
Quadro 7.5.1 Tempo de produção e comercialização dos produtos orgânicos/ecológicos _____	129
Quadro 7.5.2 Destino dos produtos cultivados _____	130
Quadro 7.6.1 Classificação dos entrevistados em relação ao seu trabalho na agricultura familiar _____	131
Quadro 7.6.2 Perspectivas de melhoria no trabalho com a agricultura familiar _____	134
Quadro 7.7.1 Classificação da melhora de vida das famílias	

agricultoras nos últimos cinco anos_____	136
Quadro 7.7.2 Grau de satisfação do trabalho com a agricultura	
familiar_____	138
Quadro 7.7.3 Melhorias na vida das famílias agricultoras nos	
últimos cinco anos_____	142
Quadro 7.7.4 Planos dos entrevistados para o futuro_____	143
Quadro 7.7.5 Expectativas quanto aos filhos trabalharem	
com a agricultura familiar_____	146

INTRODUÇÃO

Na pesquisa e na prática da Psicologia prevalecem os estudos do cotidiano da vida urbana. São destacados os modelos de vida dos indivíduos, das famílias e dos demais grupos que portam em suas estruturas traços urbanos (Albuquerque, 2002). As grandes cidades e suas instituições, tais como empresas, hospitais, organizações não-governamentais, escolas, centros comunitários e, adentrando num âmbito mais particular, as famílias habitantes dos grandes centros, merecem destaque e servem de modelo para a definição de vários conceitos e diversas experiências, que envolvem desde as dinâmicas grupais até as características peculiares de cada indivíduo.

As doenças associadas ao estresse presente na vida moderna (transtornos alimentares, depressão, síndrome do pânico, transtornos obsessivo-compulsivos, entre outros problemas), a violência, as crianças e os moradores de rua, os catadores de lixo, a drogadição, são situações que nos remetem às metrópoles e, transformando-se em alvo de estudos e pesquisas, aumentam os conhecimentos dos que procuram compreender o universo urbano.

Estudos sobre o universo rural do Brasil têm ressurgido ultimamente sob o tema das ruralidades, implicando que não existe apenas um ambiente rural, mas vários. Levando em consideração o fenômeno da globalização, Brandenburg (2003) cita que o rural é conceituado como sendo “o espaço de novas sociabilidades que articulam redes envolvendo atividades de reconversão ecológica ou ambiental” (p. 07). O tema da ruralidade, nesse aspecto, articula duas posições: a primeira revela o desaparecimento de um rural eminentemente agrícola, e a segunda mostra “a

reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo de vida rural articulado com os valores urbanos” (p. 07).

A primeira posição revela que o rural não é mais o lugar em que só se privilegia a agricultura. Ele é um espaço aberto para a industrialização e a urbanização, pois a terra perdeu sua importância enquanto recurso produtivo a partir do momento que a produção agrícola passou a ser realizada também em ambientes construídos pelo homem, como as estufas, as granjas, as fábricas produtoras de leite e de seus derivados, por exemplo. Desse modo, temos o rural numa perspectiva da “reorganização das atividades econômicas”, com os recursos tecnológicos e científicos auxiliando a produção para o mercado exportador (Brandenburg, 2003).

A segunda posição sobre a ruralidade é reconhecida como a transformação do cenário rural. As comunidades que permanecem no campo, mas que não participam do processo de modernização agrícola sofrem uma reconstrução de suas realidades sociais. Um bom número de agricultores familiares participa dessa reformulação, ressignificando suas relações sociais e ambientais, as quais não se baseiam exclusivamente nos valores urbanos. Dessa forma, apesar de as comunidades rurais possuírem a infra-estrutura das grandes cidades – como lazer, energia, bens de consumo, saneamento, saúde, entre outros itens –, elas guardam e expressam em suas atitudes o *modus vivendi* com raízes rurais, bem como alguns serviços intimamente ligados ao rural, tais como a agroindústria de pequeno porte e um comércio que trabalha com compra e venda de materiais produzidos na própria região (Brandenburg, 2003).

Santos (2007) revela que atualmente, no campo e nas questões relacionadas à terra, ocorre o avanço da disputa de dois projetos: a agricultura ligada ao

agronegócio e a agricultura familiar. O agronegócio é um dos fatores responsáveis pelo aumento da concentração da terra nas mãos dos grandes agricultores que visam a uma agricultura tipo exportação, como o cultivo da soja, por exemplo.

De acordo com a autora citada, esse modelo agrícola viabiliza a degradação do trabalho humano no campo por conta do uso das máquinas em substituição ao trabalho braçal, bem como pela expulsão dos trabalhadores de suas pequenas propriedades, os quais partem para as metrópoles aspirando a melhores condições de trabalho e moradia, caracterizando, dessa forma, fenômenos como o êxodo rural e a migração familiar, fatores comuns na região estudada conforme veremos na análise e discussão dos resultados deste trabalho.

A outra realidade observada no campo é o projeto da agricultura familiar, que trabalha com a produção dos alimentos que chegam diariamente nas mesas dos brasileiros: frutas, verduras, mel, e outros produtos reconhecidos em sua maioria como orgânicos, livres de agrotóxicos e de outras substâncias prejudiciais à saúde. Além de fornecer alimentos para a sociedade local, a agricultura familiar é uma das maiores responsáveis pela distribuição de renda no meio rural, por meio do comércio local sem altas pretensões, como no caso do agronegócio. Contudo, sabemos que essa alimentação ainda é escassa, chegando inclusive a faltar até mesmo no ambiente em que ela é produzida, principalmente devido à falta de condições financeiras da população de ter uma dieta adequada para uma qualidade de vida no mínimo satisfatória (Santos, 2007).

Partindo dessas constatações acerca da realidade do universo rural brasileiro, observamos a importância de se trabalhar nesse ambiente responsável pela manutenção não somente da agricultura tipo exportação, mas, também, da agricultura familiar. Os habitantes rurais muitas vezes são expulsos do seu *habitat*

natural e acabam nas grandes cidades e em seus entornos, sem as condições necessárias para uma qualidade de vida digna. Contudo, existem aqueles que permanecem no campo, retiram da terra o sustento de suas famílias e também são responsáveis pela distribuição dos alimentos para grande parte da sociedade, pela prática da agricultura familiar. Eles preservam tanto em suas famílias quanto na comunidade a qual fazem parte os valores da terra, da agricultura e da cultura, adequando o cotidiano deles com as influências oriundas da modernidade.

Trabalhos na área da psicologia que abordam o cotidiano do mundo rural e os seus habitantes existem, porém em quantidade menor do que os que ressaltam o urbano e com um discreto reconhecimento da sociedade e da comunidade científico-acadêmica. Há uma carência de estudos e pesquisas destacando o ambiente rural do Brasil e os seus habitantes, seus costumes, crenças e valores, que chegam, em alguns casos, a moldar o homem cosmopolita, muitas vezes oriundo do interior, portando, em sua bagagem bio-psico-social, traços do serrado, da caatinga, do semi-árido, do litoral, ou de outras regiões em que estão suas origens.

Questionamos, pois, por que não praticar pela pesquisa ou por qualquer linha de atuação uma psicologia voltada para a extensão rural do País e para os habitantes que permanecem no campo, que retiram o alimento como fonte de sobrevivência e mantêm em suas vidas os valores e os costumes da região. Uma psicologia que perceba a subjetividade do homem do campo e as características de sua família e do contexto em que habita. Estudos que apontem, discutam e, se possível, mostrem soluções para as questões pertinentes a essa região que, assim como as demais, contribui para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do Brasil e do brasileiro.

O meio rural oferta, com riqueza de detalhes, material para que possamos trabalhar o indivíduo e seus familiares em interação com o ambiente, usufruindo as possibilidades que a terra pode proporcionar, tal como a prática da agricultura. Contribuindo, pois, para os estudos em psicologia que abordam o contexto rural e mais precisamente o homem do campo e a sua família, este estudo exploratório objetivou conhecer a vivência de 15 (quinze) famílias agricultoras residentes na região do Maciço de Baturité, localizada no interior do Estado do Ceará, vinculadas ao Projeto AFAM, a partir da visão de um dos seus membros sobre as questões vinculadas às práticas agrícolas e suas repercussões na estrutura e dinâmica familiar.

Cada família estudada foi representada por um de seus membros, o qual nos forneceu informações sobre sua família a partir de suas respostas do questionário aplicado (em anexo). Diante da visão do entrevistado em relação à sua família, seguindo o roteiro proposto pelo questionário, foi possível chegarmos à análise e discussão dos resultados, embasados teoricamente nos conceitos presentes na revisão bibliográfica do trabalho.

Num primeiro momento, conceituamos e discorremos sobre o conceito de família, sob a ótica da psicologia sistêmica. Fatores como os modelos, a estrutura e a dinâmica familiar, a hierarquia e seus papéis, o ciclo vital familiar e seus estágios foram abordados. Traçamos um breve percurso histórico da família brasileira desde a época do Brasil Colonial até os nossos dias, destacando, além da presença dos traços rurais na formação das famílias mais antigas, as transformações provenientes das evoluções da sociedade incorporadas nas estruturas familiares até a atualidade.

A família sertaneja e alguns aspectos relativos à sua estrutura e dinâmica foram representados por meio de considerações sobre a família cearense no

período de 1780 a 1850, fortemente influenciada pelo fenômeno da seca que interferia nas questões sociais, na formação, e no cotidiano familiar (Vieira, 2002). Discorreremos ainda sobre o fenômeno da migração familiar na região Nordeste do País, característica também presente nas famílias cearenses, apontando no texto alguns dos fatores que causam esse fenômeno.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a região semi-árida do Estado do Ceará, destacando a região do Maciço de Baturité, onde realizamos a coleta de dados por meio da parceria com o Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado (AFAM), que trabalha com os agricultores em prol da difusão da agricultura ecológica e do desenvolvimento sustentável em algumas regiões do Nordeste do Brasil.

No terceiro capítulo, apresentamos um breve histórico da agricultura familiar no cenário brasileiro da década de 1970 até a de 1990, período em que a agricultura ecológica teve maior divulgação para a sociedade por intermédio de alguns eventos, como a ECO-92, quando a sociedade começou a despertar um interesse maior pela busca dos produtos orgânicos e ecológicos visando à melhora na qualidade de vida. Além de destacarmos o forte apelo ecológico que envolve o tema, discutimos sobre as questões sociais e políticas presentes nessa temática, bem como sobre as noções de desenvolvimento sustentável e de agricultura ecológica e, a entrada da agricultura familiar no meio científico-acadêmico, através da difusão de estudos e pesquisas.

No quarto capítulo, definimos os parâmetros teóricos e conceituais utilizados no trabalho visando a aprofundar e a embasar a visão sistêmica presente em todo o curso da pesquisa, definindo a abordagem ecológica do desenvolvimento humano,

de Urie Bronfenbrenner, e explicitando o contexto estudado nos níveis processuais propostos por essa abordagem.

Em seguida, discorreremos sobre o problema do estudo, que contribuiu para chegarmos ao objetivo geral e os objetivos específicos. Definimos o método, onde constaram os instrumentos de pesquisa. Analisamos e discutimos os dados obtidos. Por fim, fornecemos as referências bibliográficas consultadas para a realização do embasamento teórico do estudo e os conteúdos anexados.

CAPÍTULO 1. Questões Teóricas e Contextuais da Família

Discorrer sobre a família é algo trabalhado por diversas abordagens e linhas de pesquisa embasadas em teorias científicas específicas, cada uma oferecendo sua contribuição para definir o que vem a ser família, seus constituintes e suas principais características.

Quanto a este estudo, tomamos como base a Psicologia Sistêmica para definirmos e trabalharmos a estrutura e a dinâmica familiar, além de buscarmos conhecimentos sobre as famílias residentes na região semi-árida do Nordeste do Brasil, mais precisamente no Maciço de Baturité, localizado no Estado do Ceará.

Lançamos um olhar para outros campos do saber, no intuito de buscarmos conteúdos relativos à sociedade e ao indivíduo ao longo dos tempos, já que, de acordo com Bucher (1999), a família traz em seu seio aspectos relativos aos contextos social, econômico, cultural e psicológico do ambiente em que se encontra inserida, evidenciando que a dimensão histórica perpassa essa instituição.

Partindo desta constatação, cremos que as evoluções ocorridas ao longo dos séculos, tais como as guerras, a revolução industrial, as descobertas e inovações científicas e tecnológicas, as alterações climáticas e geográficas, entre outros fatores, contribuíram para definir e moldar a família no decorrer dos tempos.

1.1 Conceitos, Estrutura e Dinâmica da Família

Roudinesco (2003), levando em consideração as evoluções sociais, históricas e culturais da sociedade, explicita que a família passou por três períodos evolutivos que a caracterizou ao longo dos tempos: a família tradicional, a família moderna, e a família contemporânea. Na família tradicional, o seio familiar é submetido a uma autoridade patriarcal, e sua função básica é a transmissão de um patrimônio, seja esse o nome e a geração familiar, ou os bens materiais. A família moderna é o resultado do modelo percebido entre o final do século XVIII e início do século XX. Ela está fundamentada no amor romântico, em que o casamento é fonte de investimento afetivo tanto por parte do marido quanto da mulher. Existe a valorização da divisão de tarefas pelo casal: a mulher torna-se responsável por cuidar da casa, dos filhos e do marido, e este, por sua vez, possui a função de prover o lar de mantimentos e de conforto material. A família contemporânea ou pós-moderna caracteriza-se por unir por meio de um relacionamento relativo, dois indivíduos que buscam relações afetivas e sexuais nas quais eles possam sentir-se realizados. Essas famílias enfrentam a realidade das separações, dos divórcios e dos rearranjos com maior frequência dos que as famílias anteriores.

Diversas são as definições existentes para conceituar a família. Guiddens (1997) considera a família como sendo um grupo de pessoas unidas por laços consangüíneos, em que os adultos têm responsabilidade para com as crianças. Escardó (1951) explica que o termo família não significa uma instituição padrão que tem características fixas e invariáveis. Amaral (2001) utiliza o termo “famílias”, pois acredita que as relações familiares não são imutáveis em relação ao tempo e ao espaço; portanto, as famílias não devem ser percebidas como uma estrutura

definida ou única. Minuchin (1990) cita que a família não é estática, pois se movimenta ao longo dos tempos. Ela faz parte do contexto social e absorve em sua estrutura as mudanças oriundas dele. Essa absorção se explica pelo fato de ela ser composta por indivíduos e estes, por sua vez, influenciam e sofrem influência do ambiente em que habitam. A partir destas constatações, percebeu-se a necessidade de uma revisão e reformulação nos conceitos referentes à constituição familiar.

De acordo com Costa (2003), o conceito fechado “único e globalizador” de família, proposto pela Sociologia, pela Antropologia e pela Psicologia nas décadas anteriores, encontra-se em processo de mudança. Osório (1996) vai mais além, e afirma que a família está em “crise”; contudo, explica que essa crise serve para originar novas formas de configurações familiares, que se adequam às demandas ofertadas pela evolução humana que se esboçam no século XXI. As mudanças nos padrões familiares são comprovadas por pesquisas recentes que mostram que o modelo familiar a ser tomado como exemplo e referência para estudos não deve ser somente o tradicional, que engloba pai, mãe e filhos, e sim, o de um grupo de pessoas, não necessariamente com laços sanguíneos, que possui um grau de comprometimento entre elas (Beavers & Hampson, 1995).

Uma teoria acerca da família deve levar em consideração três aspectos: o nível psicológico, o cotidiano, e a relação entre a família e a sociedade. Por nível psicológico, compreendemos a estrutura emocional de cada membro familiar e a estrutura emocional existente na relação entre pais e filhos, entre irmãos, entre avós e netos, etc. O cotidiano inclui o desempenho das atividades e as funções de cada membro no dia-a-dia da família. Na relação da família com a sociedade, são consideradas as instituições que interferem direta ou indiretamente na dinâmica familiar, influenciando-a.

O grupo familiar pode ser visto como sendo um conjunto que funciona como uma totalidade. Nesse grupo, as particularidades de cada membro não são suficientes para explicar o comportamento de todos eles. Os estímulos provenientes do meio externo também surtem efeitos no grupo e influenciam o seu comportamento, assim como o tempo, numa alusão ao presente, passado e futuro do grupo familiar. Cerveny (1994), ao discorrer sobre o grupo familiar explica que:

se o grupo é uma entidade que adquire um sistema de crenças e tradições, por mais breve que seja a convivência grupal, então, o grupo familiar, pela sua longa duração e nível de inter-relação, é um agrupamento com muita especificidade e que deve ser visto, antes de tudo, como um sistema de relações (Cerveny, 1994, p. 25).

A família enquanto instituição é um grupo que contém regras de relação que podem mantê-lo como está ou modificá-lo. Assim como um grupo, ela se compõe e estabelece as relações cotidianas experimentadas e vividas pelos seus membros (Coelho, 2000).

Na psicologia sistêmica, a escola estrutural, de Salvador Minuchin (1982, 1990) está entre as mais conhecidas escolas que constituem o movimento da terapia familiar de base sistêmica na América. A terapia estrutural da família é um conjunto de teorias e técnicas que abordam e trabalham o indivíduo considerando o contexto social em que se encontra. Ela está fundamentada no fato de que o homem é um membro ativo e reativo dos grupos sociais, ou seja, o indivíduo reage e interage com o mundo ao redor a partir de estímulos provenientes tanto de sua família, quanto do meio externo a ela.

A família, então, é compreendida como sendo “um grupo natural que ao longo dos tempos tem desenvolvido padrões de interação. Esses padrões constituem a estrutura familiar, que, por sua vez, governa o funcionamento dos membros da família, delineando sua gama de comportamento e facilitando sua interação” (Minuchin, 1990, p. 21).

Ao estudarmos a família, podemos identificar as características relativas à sua constituição, tais como o tamanho, a origem, a quantidade dos membros, os laços sanguíneos, as lealdades e os arranjos familiares. A partir da identificação desses conceitos dentro de um grupo familiar, podemos deduzir em qual modelo de família ele se encaixa.

Minuchin (1982, 1990) identificou alguns modelos de constituição familiar que servem para facilitar o estudo das famílias tanto na prática clínica quanto em pesquisas:

- **Família nuclear:** é talvez o mais tradicional de todos os modelos. Ela é formada pelo núcleo pai, mãe e filhos, a partir do relacionamento existente entre eles.
- **Família extensa:** esta é provavelmente a configuração familiar mais típica no mundo. As pessoas são agrupadas pelo parentesco consanguíneo ou apenas por um grau muito forte de afinidade existente entre elas.
- **Família de origem:** é outro tipo de arranjo familiar, caracterizado por incluir no grupo os pais e os avós do marido ou da mulher, bem como demais parentes do casal, por exemplo.
- **Família substituta:** é aquela que assume a criação de uma ou mais pessoas sem laços de parentesco, como as famílias que acolhem os estudantes de intercâmbio.

- **Família trigeracional:** reconhecida como sendo um grupo familiar com um sistema de relações significativas, mesmo sem existir interdependência entre os subsistemas. Os membros não convivem no mesmo ambiente; contudo, as relações continuam sendo muito fortes. São as famílias nas quais os filhos residem nas metrópoles, os pais em cidades interioranas e os avós em propriedades rurais, mas que, apesar da distância, mantêm fortes ligações e encontros casuais que se transformam em grandes acontecimentos (Minuchin, 1982, 1990).

Ressaltamos que os modelos familiares identificados por Minuchin não devem ser tomados como exemplos únicos e fechados de constituição familiar. Cada sociedade pode ter modelos distintos de famílias, que portam em suas estruturas características tanto do local quanto do sistema de crenças e valores da região estudada. Assim, podemos nos deparar com novos modelos e estruturas familiares que os estudos e as pesquisas classificam de acordo com suas necessidades.

Quando nos referirmos à estrutura familiar, compreendemos as interações entre os membros de uma família e os papéis desempenhados por cada um deles no contexto familiar – de modo explícito ou não – a fim de tecer e reger os padrões familiares, muitas vezes herdados das gerações anteriores. A estrutura familiar, por ser reguladora de certa ordem, por ditar normas, padrões e obrigações na família, tende a ser rígida e a resistir às mudanças externas ou internas. Mas nada disso impede que a família seja afetada e modificada pelos estímulos externos e pelas mudanças ocorridas nas etapas do ciclo vital (Minuchin, 1982).

As dimensões estruturais presentes nas interações entre os membros familiares são as fronteiras, o alinhamento, e o poder. As fronteiras definem quem participa – ou não – do sistema familiar e de que forma essa participação ocorre. Elas são determinadas pelas regras estabelecidas nas relações, e podem ser

fronteiras rígidas ou flexíveis; visíveis ou invisíveis; permeáveis, impermeáveis, ou semipermeáveis; emaranhadas ou frouxas; funcionais ou disfuncionais. O alinhamento corresponde ao movimento de um membro familiar de união ou oposição a outro membro, visando à realização de um objetivo. O poder é a influência que cada membro tem sobre outro na realização das atividades familiares (Miermont, 1994).

A dinâmica familiar pode ser definida como sendo um movimento que percorre os diferentes subsistemas na família, cada um com suas peculiaridades. Esse movimento circula entre os diversos indicadores da estrutura. A organização das fronteiras vai mudando segundo o desenvolvimento do ciclo vital. Compreendemos por subsistemas as relações existentes entre marido e mulher, pais e filhos, irmãos, avós e netos, dentre outros (Bucher, 1999).

Com referência à hierarquia, a família pode ser considerada um sistema hierárquico de níveis múltiplos, se possuir em sua estrutura os estratos, as camadas e os escalões familiares. Compreendem-se por estratos familiares os níveis biológicos, simbólicos ou míticos de vínculo, de reprodução e de diferenciação entre os membros. As camadas familiares representam a auto-referência familiar, os cuidados, a proteção, a educação, a decisão nas orientações culturais, religiosas, profissionais. Os escalões pressupõem que a família é estruturada a partir da diferença entre os sexos, das gerações e das idades dos membros. A autoridade pode ser escalonada entre o grau de parentesco. Geralmente, os pais possuem mais autoridade em relação aos filhos, o irmão mais velho exerce mais domínio sobre o irmão mais jovem, os homens se sobrepõem às mulheres. As tarefas são divididas de acordo com a idade, os papéis e o *status* que cada membro ocupa em sua família (Miermont, 1994).

No decorrer dos anos, as evoluções acontecidas na sociedade influenciaram as famílias, alterando os padrões e as características da tradição familiar e ocasionando, destarte, o surgimento de uma chamada família moderna. Eventos como a diminuição das taxas dos níveis de natalidade, a expectativa de maior longevidade, as mudanças nos papéis masculinos e femininos, o divórcio, o recasamento, provocaram novas constituições familiares que, por sua vez, aportaram alterações nos estágios do ciclo vital.

Os ritos de passagem universais reconhecidos como eventos nodais de cunho biológico – como o início da puberdade, os casamentos e os funerais – foram influenciados pelos rituais de cunho social presentes na modernidade, tais como o divórcio, a aposentadoria, o deslocamento geográfico, e também contribuíram para a alteração da constituição familiar no decorrer dos anos (Carter & McGoldrick, 2001).

Atualmente, a definição de família também deve levar em conta os aspectos relativos aos novos arranjos familiares, que sofreram modificações ao longo das gerações. Em seus estudos para aquisição de novos conhecimentos sobre a família, da geração atual até as anteriores, a terapia familiar de base sistêmica utiliza o ciclo de vida familiar como um instrumento de trabalho eficaz. Por meio da confecção do ciclo vital familiar, podemos destacar algumas características presentes nos membros que constituem a família, tais como os aspectos emocionais, a configuração espacial e os relacionamentos intergeracionais de maior relevância no contexto estudado.

Dentre os teóricos que contribuíram com estudos e pesquisas para a difusão do conceito e da utilização do ciclo vital destacamos Salomon, que utilizou o ciclo enquanto instrumento de pesquisa como base para diagnóstico e tratamento de

famílias, e Duvall, que o dividiu em estágios fundamentais para as mudanças e os acontecimentos dentro das famílias (Carter & McGoldrick, 2001).

As autoras citadas acima alertam que os eventos estressores, geralmente ocorridos nos pontos de transição presentes nos estágios do ciclo, acarretam para as famílias não só os rompimentos, mas também a possibilidade de uma reestruturação no ciclo vital, ocasionando os sintomas e as disfunções individuais e grupais na família. Os eventos estressores mais comuns atualmente são: casamentos, nascimentos, mortes, traumas, educação dos filhos, separações, segredos e mitos familiares, entre outros.

Os estágios percebidos no ciclo da vida familiar urbana de classe média, em sua maioria, seguindo os estudos de Carter e McGoldrick (2001), têm sido identificados da seguinte forma:

- **O casamento:** oferece a oportunidade de formar um novo casal e, conseqüentemente, uma nova família. É considerada uma das tarefas mais complexas no ciclo vital, a começar por confirmar ou desconfirmar o mito do “casaram e foram felizes para sempre”. Surgem as negociações envolvendo espaço, tempo, finanças, divisão de tarefas, individualidade, que podem favorecer um reconhecimento mais íntimo dos pares. O casamento não pode ser visto apenas como a solução dos problemas como a solidão, a saída da casa dos pais, ou o cessar das dificuldades com a família de origem. Em alguns casos, esses problemas não são resolvidos e podem, inclusive, atrapalhar a convivência do novo casal (Carter & McGoldrick, 2001).

- **A chegada dos filhos e as famílias com filhos pequenos:** nesta etapa, são incorporados aos papéis de marido e mulher os de pai e mãe, ambos à espera do

filho que cobrará, entre outras coisas, tempo e atenção. Surge a co-parentalidade, que implica na negociação dos papéis, no cuidado dos filhos, na escolha de quem arca com as despesas, na educação, no lazer, nos cuidados de higiene, entre outras tarefas. Nasce o triângulo pai-criança-mãe e, com ele, são observados, no discurso de um dos pais ou de ambos, fatores como o ciúme, a rejeição, a partilha e a renúncia. A dinâmica da família é alterada em prol do novo membro familiar – um filho – seja ele planejado ou não. O nascimento de uma criança é considerado um evento estressor que altera todos os níveis do relacionamento familiar: biológico, financeiro, emocional, social, para citar alguns (Vidal, et al, 2006).

- **A adolescência dos filhos:** nesta fase, o relacionamento pais-filhos tende a mudar, pois os filhos passam a contestar a autoridade dos pais, acarretando conflitos entre eles. As fronteiras familiares tendem a ficar mais difusas, tanto para dentro quanto para fora do núcleo familiar. Os amigos e os namorados dos filhos convivem fortemente com a família, tornando-se agregados e alterando os vínculos e a rotina familiar. Outros membros familiares, geralmente avós, tios, primos mais velhos, têm mais destaque, entre os adolescentes, do que as figuras paternas. O triângulo pai-adolescente-mãe é modificado, alterado ou desfeito, deixando uma série de conseqüências tanto para os pais – que deixaram de ser figuras de destaque no relacionamento – quanto para os filhos e para as novas figuras escolhidas por estes como modelo exemplar (Carter & McGoldrick, 2001).

- **O início da vida adulta dos filhos:** neste estágio, os filhos, agora jovens, iniciam o processo de independência pessoal, emocional e financeira. Surgem as viagens de estudos, lazer e trabalho; os casamentos; a independência dos filhos que se tornaram jovens adultos. A saída da casa paterna acarreta uma nova fase também na vida dos pais, que ao perceberem seus filhos crescidos e criados, retornam aos

antigos papéis de marido e mulher, esquecidos ou colocados em outro plano. Existe ainda a chegada dos novos membros familiares: os genros, as noras e os netos e, mais uma vez, a dinâmica da família é alterada (Carter & McGoldrick, 2001).

- **estágio tardio:** a etapa é caracterizada pela chegada da aposentadoria, da velhice e as possíveis doenças que tornam o adulto um ser dependente de outra pessoa. A viuvez, a solidão, e o fenômeno da 'melhor idade' também fazem parte desse estágio (Carter & McGoldrick, 2001).

Salientamos que os estágios descritos acima são baseados nos estudos de Carter e McGoldrick, desenvolvidos a partir de famílias de classe média norte-americana. Eles são adotados como o modelo mais freqüente de ciclo vital aceito e trabalhado em terapia familiar com base sistêmica. Destarte, foi utilizado como referência teórica neste trabalho, respeitando as características do contexto no qual a pesquisa foi realizada.

Não perdemos de vista o fato de que cada sociedade possui sua formação cultural, histórica, social, política e religiosa, bem como outras peculiaridades que definem e constituem a família, as quais não devem ser descartadas pelo pesquisador. No caso deste estudo, não deixamos de lado questões pertinentes à sociedade brasileira atual, tais como a violência, a desigualdade social, o desemprego e a pobreza, e, mais precisamente, os fenômenos presentes na região estudada, como os aspectos climáticos, a agricultura, as condições sociais, econômicas e culturais, entre outros fatores que perpassam e moldam as famílias sertanejas, foco desta pesquisa. No próximo capítulo, pois, trabalhamos sobre a família brasileira relatando suas características mais relevantes, desde as constituições familiares mais antigas até o período mais recente.

1.2 A Família do Brasil Colonial até os Nossos Dias

Para discorrermos sobre os primeiros acordes da família brasileira e suas principais características, faz-se necessário recorrer a algumas contribuições científicas das áreas histórica, social e antropológica, aliadas aos estudos da Psicologia referentes ao tema proposto. A família brasileira durante muito tempo foi patriarcal e extensa. Mas atualmente, notamos a diversidade de composições familiares existentes, evidenciando a carência e, conseqüentemente, a necessidade de estudos sobre a família brasileira e suas características estruturais, visando a projeções, planejamentos e perspectivas para políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Relativamente à origem, formação e estrutura da família brasileira, os estudos com viés sócio-histórico mostram que durante o período colonial a família era uma instituição vertical, baseada no parentesco e nas lealdades pessoais, visando principalmente à manutenção da posse da terra. A prática dos casamentos endogâmicos era comum na época, com o intuito primordial de preservar a propriedade e consolidar as posses familiares, tanto das classes mais abastadas quanto das populares (Cervený, 1994).

A constituição familiar brasileira foi marcada principalmente pela influência dos modelos familiares europeus. A vinda da família real portuguesa para o Brasil contribuiu sobremaneira para moldar a família nacional, que provinha de um contexto agrícola e escravagista que recaía sobre as elites urbanas, pois estas advinham do campo e prosperaram graças aos êxitos obtidos pelas primeiras gerações, por meio da agricultura e da pecuária.

Freyre (1933/2002) destaca a importância da família no processo da colonização brasileira, quando afirma que:

a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (Freyre, 1933/2002, p. 92).

A verdadeira formação social do Brasil começou a ser processada, de acordo com Freyre, a partir do ano de 1532 com o surgimento de uma família rural ou semi-rural, que iniciou sua formação por casais vindos de Portugal e das famílias constituídas neste solo pela união dos colonos com caboclas, índias, moças órfãs ou de rua vindas de Portugal a mando dos padres. A sociedade colonial, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo Baiano, locais por onde o País começou a ser colonizado, desenvolveu-se de forma patriarcal e era uma aristocracia oriunda das plantações de açúcar. Os grupos formavam-se a partir do entorno das casas grandes, evidenciando que as famílias não viviam de todo isoladas e distantes umas das outras; as pessoas trabalhavam na lavoura e os grupos não eram compostos somente de aventureiros e desocupados.

As famílias que pertenciam à classe social mais abastada eram numerosas, e os indivíduos que as constituíam ajustavam e moldavam os aspectos familiares. O pai geralmente era o senhor proprietário de terras, o agricultor ou o comerciante e assumia o papel da lei, muitas vezes conseguida à custa de violência, legitimando o regime patriarcal. A mãe era uma mulher submissa ao marido e à igreja, a dona de casa criada e prendada para o casamento. Na maioria dos casos era analfabeta.

A infância ia aproximadamente até os dez anos de idade. Até os cinco anos, as crianças ricas brincavam com os moleques e os filhos dos empregados vestiam-se iguais a eles, de modo simples, geralmente com camisolões feitos de algodão. Com o tempo, afastavam-se da molecagem e os meninos se vestiam iguais aos adultos. Os mais ricos eram mandados para os estudos fora ou seguiam os passos dos pais no comércio e na agricultura. Os mais pobres trabalhavam desde cedo na lavoura e nos engenhos. As mulheres, algumas iam estudar em conventos, outras aprendiam as prendas domésticas em casa, para prepará-las para um casamento. As mais pobres trabalhavam geralmente como empregadas domésticas, ou tornavam-se criadas das patroas (Freyre, 1933/2002).

A literatura pode ser considerada uma fonte de informações sobre a sociedade, evidenciando que a ficção presente nas obras literárias fornece, além do prazer que o texto acarreta ao leitor, a revelação dos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros, tanto do meio retratado, quanto da subjetividade dos personagens. Amparadas nessa possibilidade, fizemos um *link* da literatura brasileira com a psicologia para detectarmos e estudarmos as influências do contexto sobre os indivíduos e a constituição de suas famílias, em determinado período da história do País.

Os livros *Menino de Engenho* (1932/1981) e *Bangüê* (1934/1980), ambos de José Lins do Rego, pertencentes à literatura da década de trinta, mais precisamente ao fenômeno do ciclo literário da cana-de-açúcar, nos ofertam pela leitura algumas características relativas à estrutura e à dinâmica, à hierarquia e aos papéis familiares, além de aspectos relativos à sociedade nordestina rural brasileira da década de trinta, nos áureos tempos em que a cultura canavieira ditava os padrões econômico, financeiro e social das famílias nordestinas.

Observamos nas referidas obras, aspectos relacionados à época em que a agricultura influenciava não somente a economia, mas também a cultura, os valores e os costumes de uma sociedade aristocrática, demonstrando que o Brasil, apesar de sofrer influências da colonização europeia, construiu as bases de sua sociedade num universo eminentemente rural (Vidal & Bucher, 2006).

O final do século XIX caracterizou-se como um contexto marcado pelo capitalismo, pela modernização da indústria e pela urbanização das cidades. Tais efeitos alcançaram o universo familiar do brasileiro, em que a família burguesa composta pelo núcleo pai, mãe e filhos serviu como exemplo de constituição familiar.

Nesse modelo, o homem era o responsável pelo sustento da casa e tinha poder sobre a mulher e os filhos, bem como um poder público caracterizado pelo trabalho fora de casa e pelos direitos civis e morais, como o direito do voto. A força física, a dominação e a racionalidade eram pertinentes a ele. A mulher era a responsável pela criação dos filhos e os cuidados do lar e do marido. A fragilidade, a delicadeza, o sentimentalismo e a maternidade eram constituições tipicamente femininas. As crianças eram submissas aos adultos, mais precisamente ao pai e à mãe, responsáveis por sua criação (Coelho, 2005).

As mudanças advindas do regime capitalista atingiram grande parte do cenário mundial, transformando também a sociedade brasileira numa sociedade de consumo. Por volta do ano de 1955, as famílias da classe média urbana passaram a investir na educação dos filhos, graças à expansão e à difusão dos estudos universitários. O aumento do número de empregos fez com que a mulher tivesse a oportunidade de trabalhar fora de casa. A mulher de classe média teve a possibilidade de ingressar no reconhecido e legalizado mercado de trabalho comum aos homens nesta época: no comércio, nas indústrias ou em outros

empregos legalizados. A mulher de classe baixa passou a trabalhar como empregada doméstica, supostamente para cuidar da casa daquelas que passaram a trabalhar fora.

Nos anos de 1970 a 1980, as transformações políticas, sociais e culturais marcaram profundamente a sociedade e a família brasileira, alterando mais uma vez a constituição e o funcionamento desse sistema. As mulheres, impulsionadas pelo movimento feminista relacionado à autonomia feminina e à igualdade entre os sexos, ganharam força. O trabalho, a sexualidade e a reprodução por meio da difusão da pílula anticoncepcional, também modificaram os costumes e as tradições femininas na sociedade e na dinâmica familiar. O casamento já não era mais o principal objetivo delas, que passaram a se interessar também pelos estudos, pelo trabalho e pelos objetivos pessoais.

Nos anos de 1980, o número de divórcios aumentou, assim como a quantidade de mães solteiras. As famílias monoparentais femininas, em que a mãe provinha o sustento da casa, sinalizavam e evidenciavam o surgimento dos novos arranjos familiares. Os anos de 1990 foram marcados pela “flexibilização tanto nos papéis como nas identidades masculina e feminina” (Coelho, 2005, p.160), proporcionando uma redefinição e ressignificação dos papéis. Começaram a surgir os casos em que a mulher trabalhava fora de casa e o marido tomava conta do lar e dos filhos, alterando o modelo familiar principalmente nas questões ligadas à hierarquia e aos papéis.

Essas mudanças são mais claramente observadas em nossos dias, em que os antigos valores familiares se chocam com os atuais. Os novos modelos familiares, como as famílias monoparentais, as famílias recompostas, os casais homoparentais, suscitam nova nomenclatura, estrutura e dinâmica familiar, e o

modelo de família a ser seguido fica em suspenso (Bucher & Rodrigues, 1990).

Diante de tantas mudanças, situações, e de tantos contextos surgem os questionamentos acerca dos modelos familiares atuais: qual deles serve como parâmetro para uma constituição familiar atual? Que família serve como base para os estudos e pesquisas acerca desse grupo? Como estudar as famílias na contemporaneidade? Os clássicos modelos familiares, como as famílias nucleares, ainda existem? E os novos modelos familiares, como são constituídos? Essas questões abrem um leque de opções para as pesquisas acerca dessa instituição, que perpassa e resiste aos movimentos sociais, às revoluções e à história da sociedade, e ainda é o grupo primevo em que o indivíduo nasce, cresce e recebe os acordes da vida.

Neste breve percurso, além de observarmos as transformações ocorridas na formação familiar brasileira, percebemos também a passagem da família com traços rurais para uma família com traços urbanos. Questionamos, pois, sobre o que aconteceu com as famílias rurais: elas foram se adequando ao estilo de vida urbana? Ou elas continuam com os traços rurais e os estudos é que voltaram seus focos somente para as famílias urbanas, em que as evoluções e transformações chegavam mais rapidamente? Como se encontra na atualidade as famílias que residem no ambiente rural? Como é constituída a família rural? Diante desse contexto, delimitaremos o texto discorrendo sobre as famílias residentes no sertão brasileiro, mais precisamente no Ceará.

1.3 A Família Cearense e o Fenômeno da Migração

Ao resgatarmos os traços constituintes da família brasileira, encontramos algumas características das famílias alocadas na Região Nordeste, mais precisamente no Estado do Ceará. Essa região carece de maiores estudos e pesquisas referentes à estrutura e dinâmica das famílias que residem no campo e trabalham com a agricultura. Diante da carência de informações, optamos por trabalhar nesse local, reconhecido no primeiro instante que a lembrança traz pelo fenômeno da seca, que tem a miséria, a violência, a fome e a migração como sendo as principais conseqüências tanto para o homem quanto para o meio.

Nesse cenário seco e pobre, numa época remota, mais precisamente nos anos de 1780 a 1850, pelo trabalho de Vieira (2002), é que encontramos informações sobre os traços da dinâmica das famílias cearenses, fortemente influenciadas pelo clima que, entre outros aspectos, moldou os grupos familiares.

Para uma compreensão da influência climática sobre o funcionamento das famílias cearenses, é importante mostrarmos a diferença existente na vivência do fenômeno da seca entre fazendeiros e comerciantes e entre os seus subordinados e a população mais pobre. Porém, na riqueza ou na pobreza do local e das pessoas, observamos um fator comum: as migrações familiares, fazendo com que alguns indivíduos jamais retornassem ao local de onde partiram. Em alguns casos, o desaparecimento de familiares provocava um sofrimento muito grande nas famílias, que passavam a viver na esperança de reencontrar o parente que partiu e que nem sempre retornava e deixava de mandar notícias sobre o seu paradeiro (Bucher, 1991).

Os mais abastados, apesar de também sofrerem as conseqüências da seca, não a sentiam tão drasticamente como os mais pobres. As migrações das famílias ricas ocorriam entre as suas propriedades. Elas estavam localizadas nas grandes cidades, onde possuíam casas próprias ou de familiares, ou em outras fazendas situadas onde a seca não assolava, como nos vales, serras ou em outros Estados. As populações mais pobres migravam sozinhas ou formavam grupos com várias famílias, dependendo do auxílio de terceiros que chegava sob a forma de esmolas ou de ajuda governamental. Eles migravam sem saber ao certo o destino a seguir. Geralmente escolhiam o litoral, as capitais dos Estados, ou ainda, a casa de algum parente distante, que em outras secas esteve em situação semelhante (Vieira, 2002).

Vieira afirma que as migrações eram familiares e em sua maioria feitas desta forma: primeiro saíam os homens, geralmente pai e filho mais velho, a fim de conseguirem emprego, local de moradia, etc. Depois, eles mandavam buscar o restante da família: mulher, filhos e outros membros. Alguns homens não retornavam, outros perdiam contato com as famílias de origem e reconstruíam novos vínculos. Dessa forma, as mudanças na estrutura familiar eram comuns, e se caracterizavam por meio de novos arranjos, de alterações na dinâmica, da definição dos papéis, da chegada de novos membros, da perda de outros, entre outras características.

De acordo com Filho (2003), as migrações familiares ocorrem por etapas e segundo a posição que cada membro ocupa na família. Inicialmente segue o filho solteiro ou o marido para encontrar emprego e moradia; aos poucos a família toda migra, para apoiarem-se mutuamente.

A migração nordestina é causada principalmente pela concentração de

terras nas mãos de poucos, pelas mudanças das relações de trabalho, pelo desemprego, por baixos salários e pelas estiagens. No ano de 1940, havia 205.621 mil cearenses vivendo fora do Ceará por conta das migrações. Em 1991, o número de migrantes aumentou para 1.364.013 milhões, e em 2000 chegou a 1.592.756 milhões, dos quais 34% viviam em São Paulo e 13% no Rio de Janeiro (Sezyshta, 2004, p. 36).

As causas da migração nordestina são oriundas do “tripé” sobre o qual a economia brasileira se assenta desde o período colonial: o latifúndio, a monocultura de exportação, e o trabalho escravo. A estiagem no semi-árido brasileiro também é responsável pela partida de muitos nordestinos, que deixam a terra castigada pela seca e suas conseqüências em busca de melhores condições de vida (Sezyshta, 2004).

Atualmente a seca na região ainda existe. O homem do sertão aprendeu desde cedo a conviver e a sobreviver com essa problemática, que afeta tanto o meio laboral, pela sua plantação, quanto o meio pessoal, por intermédio de seus familiares. As famílias sertanejas residentes na região semi-árida sofrem também com as dificuldades ocasionadas pela escassez de água, entre outras situações. Tal situação nos leva a descrever sobre a geografia e o clima dessa região, no intuito de visualizarmos alguns aspectos ambientais que interferem na constituição e na dinâmica familiar.

CAPÍTULO 2. O Semi-árido Cearense

O fenômeno da seca no Brasil, que atinge principalmente a região Nordeste, persiste até os nossos dias, trazendo consigo algumas fatalidades presentes desde as épocas mais remotas, apesar dos avanços científicos e tecnológicos dos recursos hídricos e agrícolas. O clima, a escassez de água, a falta de informação para o cultivo de uma agricultura adequada para a região, o desvio de verbas destinadas aos projetos para a contenção dos problemas, ainda regulam e influenciam o cotidiano do homem do campo sobre cujas famílias recaem as conseqüências dos problemas citados.

Porém, não nos remetemos única e exclusivamente à seca para conhecermos a dinâmica da família sertaneja. Outras regiões e outros fatores pertencentes ao ambiente rural cearense nos levam a buscar as suas influências sobre o cotidiano familiar da população. Para tanto, destacamos alguns aspectos da região semi-árida, na qual grande parte do Estado do Ceará está situada.

Localizado no Nordeste do Brasil, o Ceará possui uma área geográfica de 148.016 mil km², equivalente a 9,25% do espaço nordestino e 1,74% do território nacional. De acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), 136.323 mil km², isto é, 92,1% desse Estado se encontra na região semi-árida, sendo toda a sua extensão rural praticamente semi-árida. Comparado ao semi-árido nordestino, o semi-árido cearense é considerado o espaço sujeito a semi-aridez mais povoado do mundo, abrangendo uma população em torno dos 45% da população local do Ceará (Bezerra, 2004, p. 34).

O clima semi-árido caracteriza-se pela insuficiência de precipitações pluviométricas, elevadas temperaturas, fortes taxas de evaporação e solos secos e pobres. As estações chuvosas duram de três a cinco meses e suas variações são consideradas baixas, entre 500 a 1.800 milímetros por ano (Bezerra, 2004). Os habitantes locais costumam dizer que nessa região só existem duas estações, denominadas por eles de “inverno” e “verão”, ou ainda, de “seca” ou “chuva”. A irregularidade das chuvas compromete a agricultura e o acúmulo de água nos reservatórios, contribuindo sobremaneira para a desagregação sócio-econômica das famílias de trabalhadores rurais.

Nesse cenário, os problemas de ordem tecnicista comumente observados são: o desconhecimento das técnicas de preparo, uso e conservação do solo; o aceleramento da degradação ambiental ocasionado pelas queimadas; o manejo inadequado do solo e dos recursos hídricos, e o acentuado uso do solo para a agricultura. As questões de cunho social também existem e marcam principalmente os aspectos da formação e da educação da população: elevadas taxas de analfabetismo, frágil estrutura de ocupação e renda e baixo nível cultural dos habitantes da região (Bezerra, 2004).

2.1 A Região do Maciço de Baturité

A região do Maciço do Baturité se localiza no semi-árido cearense e ocupa uma área de aproximadamente 4.000 mil km². Ela está cercada pela região da caatinga, caracterizada pelas secas periódicas, baixos níveis de chuva e escassez dos recursos hídricos. Também fazem parte desse cenário as florestas tropicais

úmidas de altitude, sendo a Serra de Baturité uma área de proteção ambiental, que luta para manter os resquícios de Mata Atlântica no Ceará.

O Maciço de Baturité é uma região de grande apelo e incentivo turístico não só em nível local, mas também no cenário nacional, sendo as cidades serranas de Guaramiranga, Baturité, Pacoti e Mulungu as mais reconhecidas, devido aos seus festivais (Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, festivais gastronômicos, festivais de teatro, entre outros.), ao clima ameno, aos pontos turísticos e à prática de esportes radicais, como trilhas, rapel, *mountain bike*, para citar alguns.

Além dos municípios localizados e reconhecidos pelos habitantes do Maciço como sendo cidades da “serra”, nas quais o turismo é incentivado e valorizado, existem os demais municípios da região, caracterizados como sendo do “sertão”. Essas cidades também merecem destaque pelo esforço constante da população para desenvolver uma agricultura de subsistência, cujo excesso se transforma em fonte de renda. Nesse contexto, destacamos os municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Itapiúna, Ocara e Redenção, locais onde realizamos a coleta de dados deste trabalho, devido aos programas de incentivo à agricultura familiar, com base no desenvolvimento sustentável, que vêm sendo realizados nestes locais, com o incentivo do Projeto Agricultura familiar, Agroecologia e Mercado (AFAM), da Fundação Konrad Adenauer (KAS) – em parceria com a União Européia.



Figura1. Ocara/CE, região semi-árida do Maciço de Baturité/CE. Acervo pessoal de Andréa AlexandreVidal, agosto/07.



Figura 2. Acarape/CE, região semi-árida do Maciço de Baturité. Acervo pessoal de Andréa Alexandre Vidal, agosto/07

2.2 O Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado

O Projeto Agricultura familiar, Agroecologia e Mercado (AFAM) é vinculado à Fundação Konrad Adenauer (KAS), uma fundação política de origem alemã, que tanto na Alemanha quanto no cenário internacional, com destaque para o Ceará,

desenvolve um trabalho voltado para os direitos humanos, a democracia representativa, o Estado de Direito, a economia social de mercado, a justiça social, e o desenvolvimento sustentável.

Quanto ao desenvolvimento sustentável, a KAS, em parceria com a União Europeia, mantém o Projeto AFAM, cujo trabalho é voltado para ofertar ao agricultor local a difusão das propostas da agroecologia, contribuindo assim, para “reverter o quadro de destruição ambiental e desequilíbrio social, na construção de um futuro sustentável” (FKA, n. 3, 2007).

Por meio de atividades como o curso de multiplicadores em agroecologia, os fóruns de agroecologia, e os encontros regionais de agroecologia, os agricultores cearenses, principalmente, entram em contato com práticas e conhecimentos relacionados à agricultura ecológica baseada no desenvolvimento sustentável, como alternativa para o trabalho na agricultura adequado às características do ambiente rural em que habitam, e de onde retiram o sustento de sua família.

O Projeto AFAM objetiva “contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar no nordeste brasileiro, por meio da auto-gestão, da troca de informações e da difusão de tecnologias, da melhoria do acesso aos mercados e de uma certificação participativa em rede” (FKA, 2006, p. 03). Desse modo, os alimentos produzidos pelos agricultores que praticam a agricultura ecológica visam a ter melhores condições de manutenção e vendas num mercado que prima por produtos ecológicos reconhecidos e de qualidade garantida.

O Projeto AFAM, que existe a quase dois anos no Ceará e atua nas seguintes regiões: de Itapipoca, do Sertão Central e do Maciço de Baturité. Pela valiosa e indispensável parceria com o Projeto AFAM, pudemos discorrer e investigar sobre a

constituição das famílias dos agricultores que participam, de modo direto ou indireto, dos programas de agricultura familiar desenvolvidos no Maciço, no intuito de atingirmos os objetivos propostos nesse estudo.

Para tanto, é conveniente discorrermos sobre o cenário da agricultura familiar brasileira nas últimas décadas, destacando a busca desse movimento pelo reconhecimento dos órgãos governamentais, visando a uma legitimação que garantisse seus Direitos; pela sociedade, para o consumo de produtos ecologicamente saudáveis que melhorem a qualidade de vida e em prol do desenvolvimento sustentável, e pela academia, para a prática de estudos e pesquisas que auxiliem na divulgação dessa temática, com viés científico e tecnológico.

CAPÍTULO 3. A Agricultura Familiar No Brasil

A agricultura, mais do que percebida como uma fonte de emprego e renda, é responsável por suprir uma das necessidades fisiológicas básicas do ser humano: a fome. É através dos recursos oriundos da terra, sejam eles animais ou vegetais, que o homem se alimenta e encontra meios para realizar outras atividades que, *a priori*, dependem de uma nutrição. Em se tratando das fontes vegetais, sabemos que desde as épocas mais remotas da civilização o homem buscou um *habitat* que lhe fornecesse solo e água, fundamentais para sua alimentação, moradia e convivência. Foi a partir da busca de sua sobrevivência que a espécie humana percorreu diversos territórios, povoando, assim, os continentes.

No caso do Brasil, o processo do descobrimento confundiu-se com a implantação, pelos seus descobridores, de uma colônia eminentemente agrícola. Quando os colonizadores europeus chegaram para desbravar as terras brasileiras, os índios que aqui estavam já plantavam o que comiam, caracterizando uma agricultura de subsistência familiar, pois os membros das famílias das aldeias produziam entre si para o consumo coletivo (Dias & Gambini, 2001).

Em busca de especiarias, minerais preciosos e outros produtos que advinham do solo, os colonizadores fartaram-se com a abundância de terras favoráveis ao cultivo do que lhes conviesse. Famosos foram os ciclos que marcaram não somente a economia local, mas também a dos países europeus que exploravam o território brasileiro: ciclo da cana-de-açúcar, do café, do algodão e recentemente da soja, evidenciando que o Brasil esteve ligado à agricultura em toda a sua história.

No século XIX, as famílias de imigrantes que vieram substituir a mão-de-obra escrava nas grandes plantações após a abolição da escravatura, também contribuíram para o incremento da agroindústria familiar, pois tinham como objetivo, além do consumo próprio, “industrializar a própria matéria-prima e em alguns casos, dos vizinhos próximos, e posteriormente para abastecer os mercados consumidores da época” (Batista, 2005, p. 10).

Ao observarmos o período mais recente da história agrícola do Brasil, percebemos que as questões que dizem respeito ao meio ambiente, mais especificamente relacionado à agricultura, começaram a vir à tona com maior intensidade e difusão a partir da década de 1970. Nesse período, a agricultura brasileira se modernizou. A tecnologia no campo, com o incremento de técnicas agrícolas, com o uso de produtos químicos para a conservação dos alimentos, e com a utilização das máquinas em substituição ao homem, teve o incentivo das políticas públicas, visando ao mercado exterior e ao progresso sócio-econômico dos produtores, que aderiram à onda da modernização da agricultura (Brandenburg, 2005).

Nos anos de 1970 e 1980, as técnicas empregadas na agricultura brasileira passaram a ser idênticas às utilizadas pelos países capitalistas avançados. Os chamados “complexos agroindustriais” reuniam a modernização e a comercialização da produção com a tecnologia de ponta, caracterizada pelas máquinas, pelo uso de agrotóxicos e de conservantes, pela escolha de sementes selecionadas, e pela triagem dos produtos tipo exportação (Buainain, et al., 2003).

Contudo, o progresso trouxe também outras conseqüências. Foi nesse contexto que as manifestações de cunho ecológico ganharam força, com os pequenos agricultores preocupados não somente com questões ecológicas e

ambientais, mas também com as temáticas sociais, como empregos, renda, direitos e deveres por parte de patrões e empregados. Tais manifestações questionavam a utilização adequada dos recursos naturais, a relação da sociedade com o meio ambiente, a qualidade de vida, e o padrão industrial agrícola.

Na década de 1980, os excluídos do programa de modernização agrícola, principalmente os pequenos agricultores que não se engajaram nas mudanças ocorridas na agricultura, se vincularam “às associações, organizações sindicais combativas e pastorais religiosas, e viriam questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas” (Brandenburg, 2005, p. 52). Contando também com o apoio da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), os agricultores passaram a construir uma agricultura alternativa que resgatava as práticas regionais de cultivo, num movimento contrário ao modelo vigente de modernização. A FASE proporcionava uma assessoria às organizações emergentes já no início da década de oitenta, e dela faziam parte dez Estados da Federação, entre eles o Ceará.

Outras entidades de apoio aos trabalhadores e agricultores familiares, em sua maioria Organizações Não Governamentais (ONGs) localizadas no sul do Brasil, apoiaram a agricultura alternativa e fizeram críticas ao progresso globalizado da exploração capitalista do campo e às suas conseqüências negativas. Em 1985, o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (4º CONTAG), além de questionar a modernização das técnicas de produção, alicerçou ainda mais o resgate à agricultura e suas raízes, pressupondo que “as experiências dos agricultores fossem consideradas e aprimoradas pela Pesquisa e difundidas pela Extensão Rural, e que as suas técnicas de uso comum fossem resgatadas, tais como: a matéria orgânica, o controle biológico e o consórcio de culturas” (Brandenburg, 2005).

Na década de 1990, a classe excluída do programa de políticas públicas dos anos anteriores ganhou ainda mais força e articulação a partir do evento ECO-92, em que “firmaram sua posição em torno de outro modelo de desenvolvimento agrícola” pautado, sobretudo, no desenvolvimento sustentável. A participação das ONG’s também foi importante no processo de conhecimento e divulgação do desenvolvimento sustentável definido como “uma política de inclusão social e de gestão de recursos naturais” (Brandenburg, 2005, p. 53).

Viabilizados por esses movimentos, o bloco que contestava a agricultura convencional tipo exportação clarificou seu objetivo: ter nascido com o intuito de fazer oposição ao modelo agrícola vigente, orientado pela noção de sustentabilidade e identificado com a agricultura ecológica, conceitos que serão trabalhados posteriormente no trabalho.

Atualmente, podemos afirmar que há uma articulação mais detalhada e precisa da chamada agricultura ecológica. Os consumidores – atraídos pelo *boom* da qualidade de vida, dos cuidados com a saúde, do culto ao corpo, das dietas – buscam produtos orgânicos e ecológicos para uma alimentação sadia, livre de agrotóxicos, de substâncias transgênicas, entre outros componentes.

A expressão “agricultura familiar” está ligada à agricultura ecológica, e no cenário brasileiro teve um reconhecimento mais abrangente por parte da sociedade a partir da década de 1990, quando dois eventos fortaleceram esse contexto: “os movimentos sociais no campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à CONTAG”, e a legitimação da agricultura familiar com a criação, pelo Governo Federal, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Schneider, 2003, p. 50).

O Governo Federal Brasileiro, diante de tais movimentos, criou em 1996 o PRONAF, “como resposta às pressões do movimento social rural desde o início do ano de 1990”. Esse programa tem como finalidade “prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade” (Schneider, 2003, p. 51).

3.1 Noções de Desenvolvimento Sustentável e Agricultura Ecológica

O termo sustentabilidade, de acordo com Altieri (1989), significa o uso dos recursos biológicos, físicos, econômicos e sociais:

segundo sua capacidade em um espaço geográfico, para mediante tecnologias biofísicas, econômicas, sociais e institucionais, obter bens e serviços diretos e indiretos da agricultura e dos recursos naturais para satisfazer as necessidades das gerações futuras e presentes [...]. A sustentabilidade refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, face a distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo (Altieri, 1989, p. 38).

A sustentabilidade está associada às questões que envolvem a viabilidade e a longevidade, incorporando, segundo Prezotto (2005), “a idéia de uma dinâmica durável e, além de um crescimento econômico, um caráter de justiça social, de preservação das culturas locais e de recuperação e preservação ambiental” (p. 31). Dessa forma, o desenvolvimento que toma como base as noções da

sustentabilidade deve permear uma condição de equilíbrio entre os aspectos social, cultural, ambiental e econômico de determinada região.

Dentro das condições de harmonia entre o indivíduo e o ambiente, o desenvolvimento sustentável deve viabilizar o desenvolvimento da economia, a geração de postos de trabalho com distribuição eqüitativa de renda, respeitando a cultura local, reconstruindo e preservando o equilíbrio ambiental. A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) define desenvolvimento sustentável como “[...] significando atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 28).

Atualmente, nas discussões acerca do ambiente rural, o desenvolvimento sustentável é uma das alternativas para a preservação e a manutenção da chamada agricultura familiar, já que a produção agrícola familiar, devido a sua tendência para a diversificação da plantação, promove a integração das atividades animal e vegetal e o trabalho em menor escala, em comparação com a produção da agricultura tipo exportação. Prezotto (2005) cita que o modelo da agricultura de pequeno porte é visto como uma opção de gerar emprego e renda para os agricultores, melhorando assim a qualidade de vida, a elaboração da cidadania, e o resgate de valores sociais e culturais da comunidade.

Agricultores, técnicos agrícolas e pesquisadores formaram, nas últimas décadas, o movimento denominado no setor agrícola de movimento alternativo, que se baseia nas condições ecológicas e sócio-econômicas da agricultura, enquadrando a agricultura familiar como sendo de caráter sustentável. Os agricultores alternativos, ou agricultores ecológicos, agricultores orgânicos ou

simplesmente agricultores familiares, não privilegiam a economia como objetivo único. Ao contrário disso, segundo Brandenburg (1999), o agricultor ecológico seria:

um agricultor com dupla orientação, que considera a razão técnico-econômica e ao mesmo tempo a questão ambiental, envolvendo outros elementos de ordem cultural e subjetiva, isto é, um agricultor que tende a construir um projeto de vida segundo uma razão sócio-ambiental ou eco-social (p. 264).

A agricultura ecológica, comumente reconhecida como agricultura familiar, objetiva promover mudanças não somente em nível tecnológico, mas também nos remete às mudanças filosóficas, a partir do momento em que se propõe a mudar na forma de encarar o ambiente e contribuir para a formação subjetiva do indivíduo, propondo questões ambientais, luta pela terra, reforma agrária, entre outros aspectos sócio-ambientais-culturais.

O modo de agricultura mais indicado para os produtores familiares da região do semi-árido, onde o Estado do Ceará está situado, é a agricultura ecológica. De acordo com Bezerra (2004),

[a agricultura ecológica] corrige as distorções da agricultura convencional, através da estabilidade dos agroecossistemas e a utilização de recursos renováveis e auto-sustentáveis, aliando qualidade dos alimentos com a conservação dos recursos naturais de produção e preservação da natureza, assim como valorização econômica da produção familiar (p.158).

Num manual destinado à divulgação da agricultura orgânica junto aos agricultores familiares do Ceará, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Ceará (EMATERCE) define a agricultura orgânica como sendo um conjunto de métodos e processos que asseguram a produção dos alimentos pela exclusão do uso de agrotóxicos, dos reguladores de crescimento, dos fertilizantes e dos transgênicos. Esse tipo de agricultura, também reconhecido como agricultura familiar, contribui para a redução dos impactos ambientais e busca a sustentabilidade do ambiente, favorecendo a manutenção da fertilidade natural do solo pelo incremento da matéria orgânica, e prezando o bem-estar tanto do produtor quanto do consumidor.

As práticas mais comuns empregadas pela agricultura orgânica são as seguintes: utilização da compostagem e de adubos originados das rochas (fosfatos e calcário) ou dos vegetais (adubos verdes, cinzas); rotação de culturas e consórcio; proteção dos solos por meio da cobertura do solo (viva ou morta); manejo de ervas invasoras, evitando a eliminação; uso de defensivos alternativos produzidos na propriedade ou comercializados de acordo com as normas de produção orgânica; uso de quebra-ventos ou cercas-vivas; integração entre produção animal e vegetal; proteção de mananciais e fontes de água na propriedade, entre outras práticas (EMATERCE, 2007).

3.2 A Agricultura Familiar no Cenário Científico-Acadêmico

A agricultura familiar vem ganhando espaço nas mais diversas áreas da sociedade, desde os debates em torno de políticas públicas – que legitimam e auxiliam a atividade – até no meio científico-acadêmico, com estudos sobre os aspectos relacionados à agricultura e à ruralidade.

A academia percebeu que, “além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações” (Schneider, 2003, p. 51), outros campos podem ser investigados, tais como a agricultura familiar e suas características socioculturais, o fenômeno da pluriatividade, “a conformação do mercado de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural” (p. 51).

Durante muitos anos, estudos referentes à agricultura e ao meio ambiente foram considerados pelas ciências humanas como áreas do conhecimento vinculadas à Sociologia. Aos poucos, outros campos humanísticos estão incorporando a questão ambiental aos seus domínios, tais como a sociologia ambiental, a economia (por meio do agronegócio), e posteriormente a psicologia ambiental.

De acordo com Albuquerque (2007), os estudos da Sociologia e da Economia são “anteriores à sistematização do estudo da Psicologia”, e ambas estudaram o mundo agrário desde a época em que ele ainda era uma importante fonte de poder e renda. A Psicologia é fruto da industrialização e da urbanização e, no Brasil, começou a aparecer nas grandes cidades somente a partir da década de 1960. Bock (2007) relata que nas últimas décadas a Psicologia vem rompendo com sua tradição elitista, e atualmente “se coloca entre as ciências que buscam estar aliadas às necessidades e urgências da sociedade brasileira, na luta por melhores condições de vida para todos” (p. 08).

Apoiando-se nas explicações de Albuquerque e Bock sobre o campo de estudo da Psicologia, supomos que a urbanização e a industrialização enquanto temáticas características das grandes cidades tenham contribuído para que um bom

número de psicólogos direcionem seus estudos e pesquisas para o contexto urbano, deixando o ambiente rural em suspenso.

Seguindo a tendência de um retorno aos estudos sobre as questões pertinentes à terra e ao homem do campo, focamos nosso trabalho para o ambiente rural, uma realidade muito forte no Ceará, geradora tanto de fonte de renda quanto de conhecimentos e tradições do povo.

CAPÍTULO 4. A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano

A utilização da abordagem ecológica do desenvolvimento humano, enquanto teoria de base sistêmica, a partir do momento que enfoca a interação entre o indivíduo e o mundo, serviu como modelo para traçarmos as conexões existentes entre o agricultor, sua família e ambiente em que vivem. Portanto, essa abordagem se revelou pertinente para o estudo empírico que realizamos já que, de acordo com Küster (2003), o pensamento sistêmico possibilita uma compreensão “mais profunda dos processos dinâmicos dentre e entre os sistemas sociais, bem como para uma outra percepção dos sintomas de crise” (p.87).

A abordagem ecológica do desenvolvimento humano, de Urie Bronfenbrenner, que adota a visão do indivíduo interagindo no mundo de forma sistêmica, foi o parâmetro teórico-conceitual utilizado neste estudo. Por ecologia, compreendemos as relações dos indivíduos a partir da ocupação dos ambientes e das interações entre os mais variados espaços mentais, sociais e geográficos. O desenvolvimento humano é compreendido como o conjunto de processos pelos quais as particularidades dos indivíduos e dos ambientes interagem, produzindo mudanças em ambos; no caso dos indivíduos, a nível bio-psico-social (Alves, 1997).

A ecologia do desenvolvimento humano é, pois, o estudo científico progressivo da acomodação mútua entre a atividade, o desenvolvimento humano e as mudanças de propriedade dos ambientes os quais a pessoa experimenta durante o curso de sua vida. Esse processo é afetado pelas relações e pelos amplos contextos em que os ambientes estão inseridos (Bronfenbrenner, 2005).

Tal teoria estuda o desenvolvimento do indivíduo baseado em quatro níveis ambientais: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Os estudos e as teorias de perspectiva sistêmica são por nós utilizados para explicar os processos de interação do indivíduo consigo mesmo, com os outros e com o mundo em que habita, causando uma ligação entre esses elementos, todos eles fazendo parte do sistema que implica a vida. Pela figura abaixo, identificamos as relações dos agricultores estudados nos níveis ambientais propostos por Bronfenbrenner:

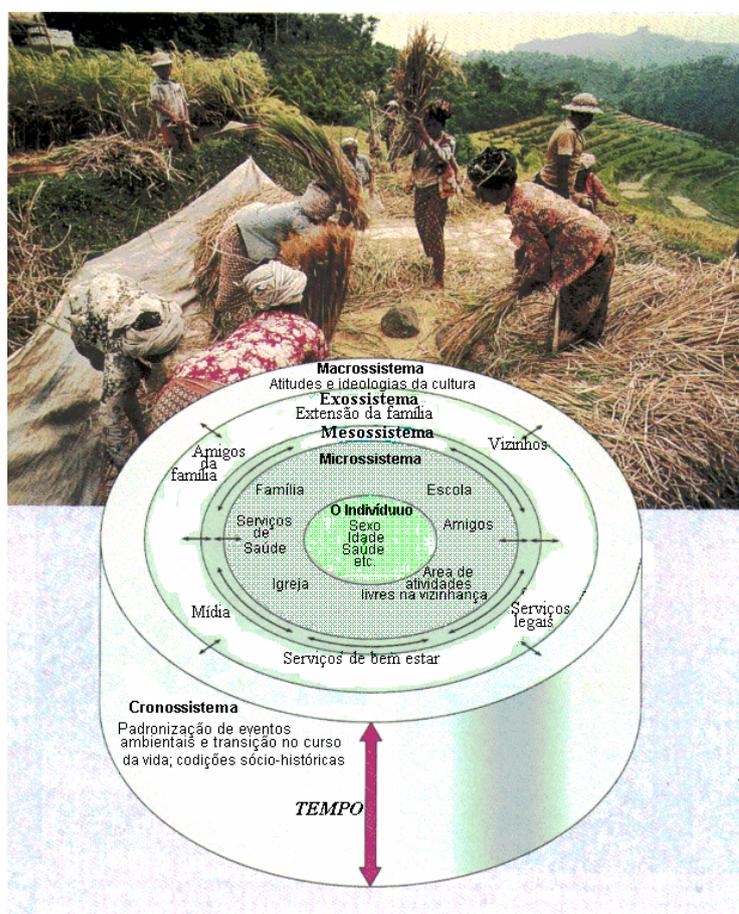


Figura 3. Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano. Adriana M. da Rocha. Porto Alegre, 2004.

A seguir, explicitamos os níveis ambientais do desenvolvimento do indivíduo relacionando-os com as situações observadas no ambiente estudado nesta

pesquisa, nas visitas e em participações nos fóruns de agroecologia em alguns municípios da região e nas coletas de dados:

- **Microssistema:** compreendido como um desenho das atividades, dos papéis e das relações interpessoais, vivenciadas no decorrer do desenvolvimento humano, numa situação face-a-face com o ambiente, com as características físicas e materiais inerentes. Nesse contexto existe a presença de outras pessoas com características distintas de temperamento, personalidade e sistemas de crenças, que interagem entre si e com o meio (Bronfenbrenner, 2005).

No ambiente estudado nesta pesquisa, o microssistema compreendeu as relações intrafamiliares. Os membros de cada família estudada (F01 a F15) se relacionavam entre si, exercendo claramente os papéis familiares de pai, mãe, filhos, netos, etc. Estes papéis identificados obedeciam a uma hierarquia e ao desempenho das tarefas a eles destinadas, apesar das diferenças de personalidade e temperamento de cada um dos membros. As diferenças, geralmente relacionadas à transmissão dos conhecimentos e práticas agrícolas passadas dos mais velhos para os mais novos, não chegavam ao ponto de comprometer o funcionamento da dinâmica familiar de modo a rompê-la drasticamente.

- **Mesosistema:** compreende os *links* e os processos que ocorrem em dois ou mais ambientes abrangendo as relações da pessoa entre sua casa e a escola, por exemplo, entre a escola e o local de trabalho, entre outras. É um sistema de microssistemas onde o indivíduo convive e estabelece inter-relações (Bronfenbrenner, 2005).

Observamos que no local do estudo, a relação dos indivíduos com as associações produtoras, cooperativas, e projetos de agricultura familiar caracterizavam o

mesossistema local. Mais ainda, estas relações contribuíram para o fortalecimento e o empoderamento dos indivíduos enquanto agricultores e pertencentes ao contexto campestre, como a maioria dos indivíduos da comunidade.

As associações e cooperativas agrícolas faziam parte inclusive, do contexto familiar dos agricultores, já que de acordo com o observado, a partir do momento em que um membro se associava, levava para dentro de sua casa a legitimação de ser um agricultor cuja família trabalha e é reconhecida enquanto parte de um contexto forte na região, a saber, a agricultura familiar.

- **Exossistema:** abrange as conexões entre dois ou mais ambientes onde, no mínimo, num deles a pessoa não interage de uma forma direta, mas no qual ocorrem eventos que influenciarão os processos no ambiente em que a pessoa encontra-se inserida (para a criança, a relação entre sua casa e o trabalho dos pais; para os pais, a relação entre a escola dos filhos e a vizinhança) (Bronfenbrenner, 2005).

No contexto estudado relacionamos o agricultor com os programas do Governo tais como as cartas de incentivo, o PRONAF, e algumas ONG's - como o Projeto AFAM -, que direcionam seus trabalhos em prol da agricultura familiar baseada no desenvolvimento sustentável. Ao se engajar nas associações produtoras que facilitam a aquisição destes incentivos, o agricultor leva para sua família a possibilidade dela se relacionar indiretamente com estes benefícios que afetam além do trabalho, a estima pessoal e a dinâmica da família, no sentido de terem o labor e a atenção voltados para a prática da agricultura familiar.

- **Macrossistema:** consiste na junção dos moldes do micro, do meso e do exossistema, característicos da cultura, da subcultura ou de outro amplo contexto

social, com uma particular referência ao desenvolvimento do sistema de crenças, dos recursos naturais, dos riscos e perigos, dos estilos de vida, das estruturas de oportunidade, das opiniões sobre o curso da vida e dos moldes de trocas sociais que estão contidas em cada um desses sistemas. O macrosistema pode ser percebido como um esquema societal de uma cultura particular, de uma subcultura ou de um amplo contexto social (Bronfenbrenner, 2005).

Podemos relacionar no macrosistema estudado, a aquisição dos novos conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas - como a agroecologia -, interferindo no sistema de crenças e nos valores das famílias agricultoras que aderiram às práticas agroecológicas. Podemos ainda, observar as mudanças de pensamento e ações dos mais novos em relação aos mais velhos, a partir do momento em que os primeiros assimilaram os novos conhecimentos e passaram a divulgá-los entre os mais velhos, que os receberam de modo positivo ou não, ocasionando assim, mudanças nos sistemas abordados.

O referencial teórico-conceitual utilizado serviu como norteador para identificarmos no ambiente pesquisado as questões problematizadoras que abordamos neste trabalho. Como veremos no próximo capítulo, foi possível a identificação de algumas questões pertinentes para o desenvolvimento deste estudo.

CAPÍTULO 5. O Problema do Estudo

Adentrando no campo da psicologia no que diz respeito às práticas ambientais em que o mundo agrário encontra-se inserido, surgem várias frentes propiciando o desenvolvimento do conhecimento que atinge o indivíduo, sua família e a comunidade. A psicologia, de acordo com os estudos de Albuquerque (2002, 2004), vem desenvolvendo pesquisas junto aos indivíduos e às famílias do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aos assentamentos e a outras comunidades rurais, no que diz respeito aos aspectos ligados às questões agrárias, às políticas públicas, dentre outros de relevância social.

Em se tratando da agricultura familiar, percebemos um contexto marcado por movimentos que tentam legitimar uma ordem e um funcionamento que garantam, na sociedade, um espaço para que essa problemática presente no Brasil desde o seu descobrimento e colonização, seja reconhecida e respeitada. Questões ligadas à resolução de conflitos, à saúde mental e ao bem-estar psicológico do agricultor familiar, ao seu empoderamento, aos processos psicológicos da construção da sua identidade, bem como as questões ligadas às transmissões de Conhecimentos, Atitudes e Práticas (CAP) e valores, como estão estabelecidas as interfaces entre a família extensa e nuclear, podem ser trabalhadas pela Psicologia, visando a uma compreensão desta realidade.

A partir das considerações expostas no decorrer deste trabalho, emergiram alguns tópicos cujos questionamentos, até o presente momento, não foram

encontrados na produção do conhecimento já realizado e que podem, inclusive, nortear novas pesquisas. Foram eles:

- Conhecimentos sobre o perfil social, econômico, educacional e demográfico das famílias que integram projetos de agricultura familiar.
- Identificação da estrutura e da dinâmica das famílias agricultoras.
- Informações sobre como tem sido a transmissão transgeracional relacionada às práticas do trabalho desenvolvido no campo.
- Conhecimentos sobre a história de migração destas famílias, na perspectiva transgeracional e atual.
- Confecção dos genogramas familiares transgeracionais e os ciclos vitais das famílias.
- Identificação dos conhecimentos agrícolas existentes nessas famílias e a sua forma de transmissão.
- Informações sobre a percepção de sustentabilidade das famílias.
- Informações sobre a percepção de sucesso e de fracasso relacionada às atividades executadas pelas famílias.
- Informações sobre as causas dos sentimentos de bem-estar e de mal-estar presentes nas experiências de vida das famílias.

Através deste estudo exploratório, propusemo-nos, pois, a levantar dados que pudessem descrever os tópicos acima, subsidiando futuros estudos e pesquisas nesta área.

5.1. Objetivos

5.1.1 Objetivo Geral

Conhecer a vivência das famílias agricultoras vinculadas ao projeto AFAM, na região do Maciço de Baturité, a partir da visão de um dos seus membros, nas questões vinculadas às práticas agrícolas e suas repercussões na estrutura e na dinâmica familiar.

5.1.2 Objetivos Específicos

1. Identificar o perfil das famílias agricultoras vinculadas ao Projeto AFAM, no que concerne às variáveis econômicas, sociais, educacionais e demográficas.
2. Detectar nas famílias agricultoras estudadas, dados relacionados à saúde física e mental dos seus membros.
3. Investigar a estrutura das famílias agricultoras estudadas na perspectiva sistêmica.
4. Investigar a dinâmica das famílias agricultoras estudadas na perspectiva sistêmica.
5. Detectar a história da migração das famílias agricultoras estudadas na perspectiva transgeracional e atual.
6. Mapear os genogramas familiares transgeracionais e os ciclos vitais das famílias agricultoras estudadas, segundo a vivência no seu contexto sócio-cultural.

7. Investigar os conhecimentos agrícolas, os comportamentos em relação à agricultura e a forma de transmissão desse saber entre os membros das famílias agricultoras estudadas.
8. Identificar a percepção que as famílias agricultoras estudadas têm sobre sustentabilidade.
9. Identificar a percepção de sucesso ou de fracasso relacionadas às atividades executadas pelas famílias agricultoras estudadas.
10. Investigar os sentimentos de bem-estar e de mal-estar nas experiências de vida das famílias agricultoras estudadas.

6. MÉTODO

O estudo foi dividido em duas fases: na primeira, após a identificação do universo da população estudada, estabelecemos as famílias a serem investigadas. Por questões éticas e sigilosas, denominamos as 15 famílias estudadas de F01 a F15. Na segunda fase da pesquisa, aplicamos um questionário composto de questões fechadas e abertas (em anexo) para a obtenção de dados quantitativos. O questionário, além de permitir o conhecimento do perfil das famílias estudadas, forneceu material para a construção dos genogramas familiares transgeracionais e o mapeamento dos ciclos vitais das famílias agricultoras que participaram deste estudo.

Elegemos a abordagem qualitativa, pois concordamos com Minayo e colegas, (2005) quando descreve que tal método mostra uma maior preocupação com a compreensão interpretativa da ação e dos fenômenos sociais. As atitudes, crenças, os comportamentos e as ações dos sujeitos envolvidos na pesquisa qualitativa são levados em conta, pois o pesquisador que adota essa abordagem em suas pesquisas procura compreender a forma como os indivíduos interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que habitam.

6.1 Local do Estudo

A pesquisa foi realizada na região do Maciço de Baturité, localizada no interior do Estado do Ceará, mais precisamente nos municípios de Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Itapiúna, Ocara e Redenção. Estes locais foram escolhidos por

possuírem organizações de famílias agricultoras que trabalham tanto com a agricultura convencional quanto com a ecológica, como também pelo fato dos locais fixados se encontrarem na região onde o Projeto AFAM, um dos patrocinadores desta investigação, desenvolve o trabalho de difusão agroecológica.

6.2 Universo e Amostra

O universo da pesquisa foi constituído pelas famílias de agricultores residentes nos municípios e localidades citados no item anterior. A amostra foi constituída por 15 (quinze) famílias que aceitaram participar da pesquisa, após a leitura e a explicação da Carta de Informação e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo).

Cada família foi representada por um de seus membros que se tornou o porta-voz, único entrevistado da família, o qual respondeu ao questionário, fornecendo, assim, os dados necessários para a parte prática do estudo.

O critério de inclusão estabelecido foi de que os entrevistados das 15 (quinze) famílias estudadas fizessem parte da terceira geração familiar que trabalhasse na agricultura e que aceitassem participar do estudo.

6.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram os seguintes:

- **Questionário:** visando à obtenção dos seguintes dados nas famílias estudadas:
 - Dados sócio-demográficos e familiares.
 - Saúde física e mental.
 - História da migração familiar.
 - Agricultura familiar (relacionada à transmissão transgeracional dos conhecimentos, atitudes e práticas ligados à agricultura).
 - Sustentabilidade.
 - Sucesso e fracasso.
 - Mal-estar e bem-estar.

O questionário caracteriza-se como um instrumento que visa a um levantamento de dados por amostragem. Ele foi constituído por um conjunto de perguntas sobre um determinado tópico, que mediu a opinião, os interesses, os aspectos de personalidade e as informações biográficas, sociais, demográficas e familiares das famílias estudadas.

O questionário utilizado nesta pesquisa foi elaborado e aplicado primeiramente numa população-piloto, para a verificação da confiabilidade, das possíveis reformulações na linguagem utilizada, na clareza e no grau de dificuldade das perguntas (Günther, 1999). Depois de checado e reformulado, ele foi definitivamente aplicado na população selecionada.

- **Genograma familiar transgeracional:** construído a partir dos dados obtidos pelos questionários e dos relatos dos entrevistados.

Bucher (1999) define o genograma como um mapeamento das relações familiares tanto sob a perspectiva intergeracional quanto sob a perspectiva da família nuclear atual, constituída de pais e filhos, podendo ser compreendido como sendo a árvore genealógica da família estudada, onde o que se busca é posto em evidência: os acontecimentos marcantes da família como um todo e não somente as identidades e características de cada membro familiar isoladamente.

Sobre o genograma, Schutzenberger (1997) cita que os *links* entre os acontecimentos são apreendidos, assemelhando-se a um processo da associação livre da história da família, em que os silêncios, os esquecimentos, os detalhes e as revelações de fatos são de grande importância para a elaboração da trama familiar. Nessa perspectiva, eventos – que às vezes atravessam gerações – como nascimentos, mortes, festividades, tragédias, viagens, separações, brigas, migrações, entre outras situações que repercutem na família, podem ser detectados pela construção do genograma familiar.

O conteúdo do genograma depende fundamentalmente da memória daquelas pessoas que auxiliam na feitura do mesmo. É a partir da memória da família que as datas e os acontecimentos passam a ser evocados e registrados. Assim, os lapsos, os esquecimentos, sejam eles conscientes ou não, ajudam a reconstruir o processo.

É comum observar durante a construção do genograma as associações existentes entre fatos, em que uma data pode puxar outra; um caso que estava esquecido por muitos anos possa estar intimamente ligado a outro caso muito

reverenciado na geração atual, sem que a família tenha percebido a ligação entre esses casos. Ou ainda, o nascimento de uma criança numa época de grande crise financeira em determinado local resultou na migração da família para uma outra região, sendo essa criança o primeiro filho que nasceu no novo local, dando início à geração familiar seguinte, muito mais rica e abastada que a anterior (Schutzenberger, 1997).

O genograma permite uma visão do quadro trigeracional da família e de seu movimento ao longo do ciclo de vida, que pode ser elucidado por esse mapeamento das relações familiares, que mostra a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos da família.

- **Ciclo Vital Familiar:** construídos a partir dos dados obtidos por meio dos relatos dos entrevistados sobre suas histórias familiares.

Em seus estudos, pesquisas e na prática clínica, a terapia familiar de base sistêmica utiliza o ciclo de vida familiar como um instrumento de trabalho eficaz para aquisição de novos conhecimentos sobre a família, desde a geração atual até as anteriores. Através da elaboração do ciclo vital familiar, podemos destacar algumas características presentes nos membros que constituem a família, tais como os aspectos emocionais, a configuração espacial e os relacionamentos intergeracionais de maior relevância no contexto estudado (Carter & McGoldrick, 2001).

Os eventos estressores, geralmente ocorridos nos pontos de transição presentes nos estágios do ciclo, acarretam nas famílias tanto os rompimentos quanto a possibilidade de uma reestruturação no ciclo vital, ocasionando os sintomas e as disfunções individuais e grupais na família. Os eventos estressores

mais comuns atualmente são: casamentos, nascimentos, mortes, traumas, educação dos filhos, separações, segredos e mitos familiares, para citar alguns.

6.4 Análise dos Dados Obtidos

A análise qualitativa dos dados obtidos foi realizada a partir dos questionários aplicados nas 15 (quinze) famílias que participaram deste estudo, a partir da visão de um de seus membros, os quais resultaram na discussão dos conteúdos dos quadros presentes no capítulo sobre a análise e discussão dos resultados. Salienciamos que os quadros foram originados e colocados na ordem em que se apresentam, a partir do conteúdo dos tópicos do questionário aplicado.

Em seguida, construímos os genogramas familiares transgeracionais das 15 (quinze) famílias e discorremos sobre eles. Finalmente, detectamos o ciclo vital familiar de 02 (duas) famílias estudadas, a partir dos relatos dos entrevistados pertencentes a estas famílias.

6.5 Procedimentos Éticos

Após a leitura e a explicação de uma Carta de Informação (em anexo) sobre a pesquisa e seus objetivos, foi solicitado aos participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), que registrou o consentimento e a participação dos entrevistados na pesquisa, garantindo-lhes, dentre outros itens, o sigilo de suas identidades.

O estudo obedeceu às normas éticas no que se refere à pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi entregue junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Fortaleza - UNIFOR para a apreciação, tendo sido aprovado e recebido o Parecer de nº. 234/2007 (em anexo).

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados presentes na análise e discussão dos resultados foram obtidos a partir das respostas dos questionários, dos relatos das histórias familiares dos entrevistados das quinze famílias que fizeram parte deste estudo exploratório (F01 a F15) e, das observações feitas durante as viagens para observações e para coleta dos dados na região do Maciço de Baturité.

Diante do conteúdo obtido, foi possível identificarmos as informações necessárias para a construção dos quadros e dos genogramas familiares transgeracionais das 15 (quinze), bem como para confeccionarmos os ciclos vitais familiares de 02 (duas) famílias estudadas.

Ressaltamos que, para uma melhor compreensão dos dados, as gerações familiares detectadas neste estudo foram três: a primeira, a segunda e a terceira, todas elas trabalhando com a agricultura e caracterizadas como sendo a geração dos avós, a dos pais e a atual, sendo o entrevistado integrante desta última geração.

Os tópicos explicitados neste capítulo foram extraídos do questionário aplicado aos entrevistados, estruturado da seguinte forma: dados sócio-demográficos e familiares; saúde física e mental; história da migração familiar; agricultura familiar; sustentabilidade; sucesso e fracasso; bem-estar e mal-estar, no intuito de analisarmos e discutirmos os resultados como resposta para os objetivos propostos nesta pesquisa.

7.1. Dados Sócio-Demográficos e Familiares

Quadro 7.1.1. Perfil dos entrevistados

FAMÍLIAS	SEXO *	IDADE *	LOCAL *	ESTADO CIVIL *	NÍVEL DE ESCOLARIDADE *	ORGANIZAÇÃO PRODUTORA *
F01	M	19	Outeiro de Dentro (Redenção-CE)	1	10	A
F02	F	45	Assentamento Curimatã (Itapiúna - CE)	3	13, 14	I
F03	M	43	Andrenópolis (Aracoiaba-CE)	2	16	-
F04	M	22	Andrenópolis (Aracoiaba-CE)	1	10	E
F05	M	17	Andrenópolis (Aracoiaba-CE)	1	10	E
F06	M	45	Assentamento Novas Vidas (Ocara-CE)	2	16	D, C
F07	M	31	Assentamento Novas Vidas (Ocara-CE)	2	16	D, C
F08	M	27	Assentamento Novas Vidas (Ocara-CE)	1	10	D, C
F09	M	31	Aratuba-CE	7	14	J
F10	F	58	Assentamento Olho D'Água (Acarape-CE)	2	10	B
F11	F	46	Barreira-CE	1	15	H
F12	M	40	Barreira-CE	7	10	-
F13	F	38	Barreira-CE	2	10	G, F, H
F14	F	69	Barreira-CE	2	11	-
F15	M	19	Barreira-CE	1	12	-

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

LEGENDA DO QUADRO 7.1.1:

* Estes dados se referem às pessoas entrevistadas que pertencem às quinze famílias estudadas neste trabalho.

FAMÍLIAS			
F01 – Família 01	F02 – Família 02	F03 – Família 03	F04 – Família 04
F05 – Família 05	F06 – Família 06	F07 – Família 07	F08 – Família 08
F09 – Família 09	F10 – Família 10	F11 – Família 11	F12 – Família 12
F13 – Família 13	F14 – Família 14	F15 – Família 15	

SEXO	ESTADO CIVIL
M – Masculino	1 – Solteiro
F – Feminino	2 – Casado
	3 – Mora junto
	7 – Divorciado

NÍVEL DE ESCOLARIDADE		
10 – Nível médio completo	13 – Superior completo	16 – Sabe somente assinar o nome
11 – Nível médio incompleto	14 – Técnico	
12 – Superior incompleto	15 – Magistério	

ORGANIZAÇÃO PRODUTORA

A – AFLHORA
 B – Associação dos Agricultores do Município de Acarape
 C – Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Ocara
 D – Associação Comunitária Novas Vidas
 E – Associação dos Jovens de Andrenópolis
 F – Cooperativa dos Agricultores do Maciço de Baturité
 G – Associação Comunitária Caiana, Cajazeiras e Alto Santo
 H – Sociedade Beneficente de Barreira (PA Rural)
 I – Associação Comunitária de Boa Água-Curimatã
 J – CONDEMA

Os dados contidos no quadro 8.1.1 pertencem aos entrevistados, sendo cada um, parte integrante das quinze famílias agricultoras estudadas. São homens e mulheres, com idades variando de 17 a 69 anos, pertencentes à geração atual de famílias que trabalham com a agricultura e residentes em diversas cidades e localidades da região do Maciço de Baturité/CE, conforme constam no quadro.

Todos os entrevistados possuem vínculos, diretos ou indiretos, com associações, sociedades e cooperativas existentes na região do Maciço, todas elas ligadas à prática da agricultura familiar, no intuito de auxiliar os agricultores na divulgação de informações referentes a cursos, seminários e palestras sobre as técnicas agrícolas; de apoiá-los no que concerne aos direitos e às conquistas dos

produtores rurais; de gerar articulação junto às lideranças da região; de orientá-los na produção, compra e venda dos produtos; de difundir a prática da agroecologia em prol do desenvolvimento sustentável, dentre outras informações.

Acompanhando o movimento nacional da agricultura familiar, as organizações produtoras dos agricultores do Maciço de Baturité pertencem ao cenário de organização da agricultura familiar brasileira, que teve início a partir dos anos de 1970, com o surgimento dos movimentos sociais no campo organizados por ONG's e outras instituições, como a igreja, com a intenção de articular os agricultores familiares na busca de seus direitos, culminando com o reconhecimento do Governo Federal, pela criação do PRONAF, que legitimou junto aos poderes e à sociedade o movimento da agricultura familiar (Schneider, 2003).

A maioria dos entrevistados (11, no total) faz parte de associações e cooperativas ligadas diretamente à agricultura. Para eles, pertencer a uma dessas entidades implica uma série de fatores que vão desde as motivações profissionais até as pessoais.

No primeiro caso, as associações constituem um ponto de apoio em que o agricultor, ao se unir aos demais colegas, forma um grupo no qual ele se sente mais fortalecido para lutar pelos seus direitos, tais como o reconhecimento da classe dos agricultores familiares e o benefício da facilidade de vendas dos produtos cultivados por eles.

Esse é o caso da Sociedade Beneficente de Barreira (PA Rural), localizada no município de Barreira/CE, que trabalha comprando e beneficiando a castanha de caju produzida pelos agricultores da região, visando à venda do produto inclusive para o exigente mercado internacional. O PA rural é uma entidade cujos gestores e

funcionários se preocupam em adquirir conhecimentos, técnicas e equipamentos em prol da melhoria tanto do trabalhador quanto do ambiente laboral e da castanha de caju, com vistas a garantias de vendas e lucro.

Tanto a mão-de-obra quanto o produto beneficiado no PA Rural são oriundos de Barreira e suas localidades, como a Caiana, e de cidades vizinhas, como Ocara, Acarape, Aracoiaba e suas localidades, como a de Andrenópolis. Existe, assim, o incentivo para que o agricultor da região que trabalha com o caju e seus derivados produza visando à qualidade exigida pelo mercado consumidor, com a segurança de já ter um destino final certo para o produto, o que garante uma renda mensal de muitas famílias do Maciço.

No segundo caso, com referência às motivações pessoais, as associações são capazes de criar no agricultor, de forma consciente ou inconsciente, sentimentos que o legitimem enquanto trabalhador rural, mostrando o valor do trabalho no campo inclusive para a vida do homem da metrópole, conforme revela Santos (2007), ao afirmar que a agricultura familiar é uma das responsáveis pela alimentação dos habitantes inclusive das grandes cidades.

Outra característica das associações é a de promover o reconhecimento de que muitos agricultores – e não apenas um – lidam com a terra e dela tiram o sustento de suas famílias. O agricultor, ao se engajar nas cooperativas, percebe que não vive sozinho e isolado, ganha reconhecimento e respeito pelo seu esforço, e adquire mais motivação e objetivos, além da meta de vender o que produz.

O sentimento de pertencer a um grupo que busca melhores condições de trabalho e de vida e um reconhecimento dos agricultores familiares por parte da sociedade e do Governo pode causar no agricultor a ação de empoderamento, que

surge a partir do momento em que ele se sente fortalecido por pertencer a uma entidade que o legitima enquanto trabalhador ligado ao campo e aos demais que estão engajados na profissão.

Embora as pessoas se auto-empoderem, outras instituições desempenham papel de facilitadores deste processo, “[...] estabelecendo leis e regulamentos favoráveis ao processo de empoderamento das pessoas, [...] alterando formas de provisão dos serviços públicos para torná-los mais flexíveis e porosos às demandas e necessidades dos indivíduos e grupos [...]” (Carneiro, 2007, p. 82). No caso deste estudo, são as associações e as cooperativas rurais as responsáveis por também remeterem os agricultores-associados ao processo de empoderamento, a partir do momento que fornece informações sobre a agricultura e suas técnicas, entre outros recursos.

Os entrevistados ligados de modo indireto às organizações produtoras da região são os seguintes: o entrevistado da F03, cujo filho é quem participa de uma associação; o da F12, cuja irmã é integrada a uma cooperativa e a outras associações; o da F14, cuja filha é membro de associações, e o da F15, que não lida diretamente com a agricultura, fazendo apenas cursos sobre agricultura familiar. Esses entrevistados sabem da necessidade e da importância de estarem engajados nessas organizações, as quais garantem um reconhecimento por parte dos poderes e da sociedade para o movimento da agricultura familiar.

Em relação ao nível de escolaridade, observamos três casos (F03, F06 e F07) em que os entrevistados sabem somente assinar o nome, copiando fielmente a assinatura que consta no documento de identidade, conforme visto na coleta de dados.

A cópia da assinatura é uma realidade bastante comum no ambiente rural cearense. A maioria das pessoas, em grande parte adulta e idosa, nunca freqüentou escolas, não sabe ler e sequer conhece as letras que formam os seus nomes. São pessoas apenas treinadas, num exercício constante de repetição e cópia de uma mesma palavra, no caso, a assinatura, tendo em vista principalmente a obtenção de documentos (identidade, título eleitoral, CPF), a votação, e o recebimento dos benefícios do Governo.

Tal ato interfere diretamente nos dados referentes aos índices de analfabetismo do País, pois essas pessoas não são reconhecidas e classificadas como analfabetas apesar de nada mais saberem, além de “assinar/copiar” os seus nomes. Ao solicitarmos que elas lessem algum texto ou escrevessem uma simples palavra elas negavam, às vezes com visível sentimento de vergonha e muito constrangimento, por não saberem sequer soletrar, quanto mais redigir e praticar a leitura.

Contudo, é crescente o número de pessoas, principalmente de crianças e adolescentes, freqüentando as escolas. Supomos que grande parte dessa procura pelos estudos não seja gerada apenas pela preocupação dos pais em terem seus filhos alfabetizados e educados, mas também pelos benefícios que estão por trás disso, como a merenda escolar – às vezes o único alimento do dia – devido à carência de muitas famílias. As contribuições do Governo Federal visam ao aumento do número de crianças nas escolas e do índice de alfabetizados a partir da criação de programas como o benefício da bolsa-família e da Educação de Jovens e Adultos, ambos comuns na região pesquisada, sendo o primeiro discorrido neste trabalho, conforme veremos adiante, no quadro 7.1.3.

Apesar dessas realidades em torno da educação na região, é possível observarmos a existência de agricultores, ou de seus descendentes diretos, com um nível de escolaridade mais elevado. Isso mostra que do ambiente rural, mais precisamente da agricultura – apesar das restrições que a ocupação e o local oferecem –, brota também uma mão-de-obra especializada a partir de estudos avançados, sejam eles ligados diretamente à terra, como nos casos dos técnicos agrícolas e/ou ambientais (nas famílias F02 e F09), ou ligados a outras áreas do saber, como os professores de escolas de Ensino Médio e Fundamental (F02 e F11) ou, ainda, de universidades, como o caso da F15, cujo entrevistado cursa determinada faculdade através do ensino à distância.

Quadro 7.1.2 Rede familiar dos entrevistados

FAMÍLIAS	PARTENERES	PARTENERES	PAI	MÃE	MARIDO	MULHER	FILHO	FILHA	AGREGADO	NETO	NETA	SOBRINHO	SOBRINHA	IRMÃO	IRMÃ	TOTAL DE PESSOAS QUE RESIDEM NA CASA *
F01	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	01	06
F02	-	Sogra	-	-	X	-	-	-	-	01	-	-	01	-	-	05
F03	-	-	-	-	-	X	03	01	-	-	-	-	-	-	-	06
F04	Tio paterno	Tia paterna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
F05	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	05
F06	-	-	-	-	-	X	03	01	-	-	-	-	-	-	-	06
F07	-	-	-	-	-	X	02	-	-	-	-	-	-	-	-	04
F08	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
F09	-	-	Padrasto	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
F10	-	-	-	-	X	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	03
F11	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	01	-	01	01	05
F12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01
F13	-	-	-	-	X	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	04
F14	-	-	-	-	X	-	01	-	-	02	-	-	-	-	-	05
F15	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	05

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

*O número total de pessoas que residem na mesma casa inclui também o entrevistado de cada família.

Os graus de parentesco informados no quadro 8.1.2 estão relacionados às pessoas que residem com os entrevistados, conforme eles mencionaram. As redes familiares foram obtidas a partir do relato dos entrevistados ao responderem à questão 12 do questionário (em anexo), e classificadas neste quadro para uma melhor compreensão do leitor. Salientamos que os entrevistados estão inclusos no número total de pessoas que residem com eles.

Os entrevistados da F08 e da F12, apesar de viverem sozinhos em suas respectivas casas, mantêm laços muito fortes com suas famílias de origem, vendo-as diariamente e participando de todos os eventos familiares, tais como festas, decisões, e outros. Pretendem casar e constituir famílias, conforme revelaram, pois F08 está solteiro, e F12 é divorciado e tem dois filhos os quais vivem com suas mães.

A família considerada neste quadro é a que reside com cada entrevistado numa mesma casa, independentemente do grau de parentesco ou dos laços consangüíneos entre eles, pois, ao perguntarmos “quem mora na sua casa?” (questão 12 do questionário, em anexo) perguntamos também se eles consideravam tais pessoas como sendo sua família, ao que todos responderam afirmativamente.

Nos demais quadros deste estudo, porém, consideramos para coleta e análise dos dados a família extensa dos entrevistados, já que eles ao fornecerem o histórico das doenças físicas e mentais; o histórico da migração familiar; os conhecimentos, atitudes e práticas sobre agricultura; bem como ao fornecerem material que nos possibilitassem fazer o mapeamento do genograma familiar transgeracional e a construção do ciclo vital das famílias, eles se remeteram às memórias e histórias das gerações familiares anteriores até a geração atual.

Observamos que a constituição familiar atual das famílias estudadas é bem menor do que a constituição das gerações anteriores, o que será visualizado a *posteriori*, nos genogramas familiares transgeracionais. A diminuição da quantidade de membros das famílias é uma realidade do ambiente rural cearense estudado, que acompanha a realidade das famílias tanto das grandes cidades quanto dos ambientes rurais das demais regiões brasileiras. Silvestro et al (2001, p. 19), cita que “embora um pouco mais tarde e num ritmo menos acelerado que nas cidades, o tamanho das famílias rurais brasileiras diminuiu de maneira nítida, nos últimos anos”.

Baseados nos modelos de constituição familiar identificados por Minuchin (1982, 1990), percebemos que o modelo de família nuclear composto por pai, mãe e filhos é predominante entre as famílias estudadas, apesar da diminuição no número de filhos, se comparados às gerações anteriores, como nos casos da F01, F03, F05, F06, F07, F13 e F15.

Outros modelos familiares que incluem os parentes e agregados dos entrevistados foram identificados entre as famílias estudadas, confirmando os estudos de Beavers e Hampson (1995) de que as mudanças nos padrões familiares comprovadas por pesquisas recentes mostram que o modelo familiar a ser tomado como exemplo e referência para estudos não deve ser somente o tradicional, que engloba pai, mãe e filhos, mas, sim, o de um grupo de pessoas que possuem um grau de comprometimento entre elas, não tendo necessariamente laços sanguíneos.

Na F02, a entrevistada inclui a sogra e uma sobrinha na constituição familiar, antes composta apenas pelo marido e os filhos. O entrevistado da F04 não reside com seus pais e irmãos, mas com os tios paternos com idade avançada, para fazer-lhes companhia e auxiliá-los nos cuidados com higiene, idas ao médico, ao banco,

ao comércio, entre outros lugares. A entrevistada da F11 vive com a mãe, os irmãos e o sobrinho. Classificamos essas famílias como sendo exemplo de famílias extensas que, de acordo com Minuchin (1982, 1990), são provavelmente a configuração familiar mais típica no mundo, em que as pessoas são agrupadas pelo parentesco consangüíneo ou apenas por um grau muito forte de afinidade entre elas.

A F09 é um caso de uma família recomposta, em que o entrevistado reside com a sua mãe e o padrasto. Podemos, ainda, identificar a F10 como sendo uma família substituta, pois assumiu os cuidados de uma criança cuja mãe tem problemas mentais, substituindo assim a família de origem desta criança. A F14 pode ser vista como sendo uma família trigeracional, pois é um grupo familiar com um sistema de relações significativas. Alguns filhos da entrevistada, apesar de viverem em outras residências e até mesmo em Fortaleza, mantêm relações muito fortes com os pais e irmãos, e se encontram quase todos os finais de semana para “matar as saudades, que são grandes!”, conforme o relatado na entrevista (Minuchin, 1982, 1990).

Quadro 7.1.3 Benefícios do Governo recebidos pelas famílias

FAMÍLIAS	BOLSA FAMÍLIA	APOSENTADORIA
F01	Sim	-
F02	-	-
F03	Sim	-
F04	Sim	Sim
F05	-	-
F06	Sim	-
F07	Sim	-
F08	Sim	Sim
F09	-	-
F10	Sim	Sim
F11	-	Sim
F12	-	-
F13	-	-
F14	-	Sim
F15	-	Sim

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

As informações constantes no quadro acima foram as mais difíceis de serem obtidas por meio de respostas claras e, as vezes, verídicas dos entrevistados. Ao perguntarmos se havia na família alguém aposentado ou beneficiado por alguma bolsa de ajuda de custo (como a bolsa família, benefício bastante comum no ambiente estudado), eles respondiam negativamente e, caso respondessem afirmativamente, faziam com receio ou, então, só falavam da real situação no decorrer do questionário e do relato, muitas vezes de modo indireto.

Esse mal-estar em torno de revelar os benefícios recebidos teve início a partir da crença que se espalhou na região sobre o objetivo do censo agrário (Censos 2007) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no corrente ano. De acordo com a crença, o censo serviria para que o “Governo Lula” (este é o modo pelo qual os habitantes do local se referem ao Governo Federal) tomasse conhecimento dos bens materiais e da quantidade de terras e de animais das pessoas com o fim de confiscá-los ou, numa linguagem da região, tomá-los para

si, e ainda, como se não bastasse, retirar as bolsas e as aposentadorias recebidas pelas famílias.

Essa situação fez com que uma grande parcela dos moradores, geralmente os que residiam nas localidades mais distantes da cidade-sede, se recusasse a receber os recenseadores e, caso os recebesse, omitir ou alterar os dados relativos às suas posses, alterando, dessa forma, a veracidade e os resultados do censo da região. Citamos como registro o fato ocorrido no município de Ocara, localizado na região pesquisada, em junho deste ano, na ocasião de um Fórum de Agroecologia promovido pelo Projeto AFAM, destinado a levar para a população local algumas noções de agroecologia e desenvolvimento sustentável. No evento em que estive presente, o Prefeito da cidade interrompeu as atividades para informar o real sentido do censo e desmentir a falsa crença, para que os recenseadores pudessem exercer o trabalho de modo correto.

Ao visitar a região e realizar a coleta de dados para a pesquisa, fui constantemente abordada e tratada com certa desconfiança por algumas pessoas, que logo me perguntavam se eu era a “moça do censo”, antes mesmo que eu pudesse me apresentar e explicar a pesquisa. Uma entrevistada (F14) somente ao final do questionário presumiu que eu poderia ser “do censo” e foi logo tratando de me explicar que a casa em que morava era “o único bem que tinha e que sendo assim, o Lula não poderia tomar”; o carro que o marido havia comprado ainda estava sendo pago; que o Lula era um “pai por ter dado a aposentadoria e que agora ele não pode tomar” dela. Das quinze famílias estudadas, apenas cinco (F02, F05, F09, F12 e F13) alegaram não receber qualquer tipo de benefícios. As demais famílias responderam de modo direto ou revelaram de modo indireto – no decorrer do questionário – que a família recebia benefícios.

Ao questionarmos os motivos do medo e da desconfiança dos entrevistados em declarar suas posses de forma clara e precisa, tecemos algumas hipóteses que podem, inclusive, servir para futuras pesquisas em torno do tema. As bolsas família forneceram uma renda extra que permitiu aos agricultores o acesso a bens de consumo que antes não possuíam como televisões, aparelhos de CD e DVD, antenas parabólicas, forno microondas, ou ainda animais como aves, caprinos, suínos, entre outros bens, conforme observado na coleta de dados.

A posse recente desses bens leva os agricultores a experimentarem um sentimento de angústia, como se eles não tivessem o direito de tê-los, daí a ambivalência das respostas reveladoras desta hipótese. O “ter” vem cheio de justificativas, desculpas e receio, como o caso da F14, quando justifica que o marido tem um carro, mas não é seu “de todo”, porque ainda está pagando por ele; ou o da F03, quando alega desconfiado que o aparelho de DVD que ocupa uma posição de destaque na sala da casa foi um “presente” que ganhou.

Outra hipótese para justificar essa situação é o fato de que aquilo que é dado, no caso as bolsas, não vêm pelo esforço do trabalho, da lida no campo. Sobretudo nos mais velhos, as bolsas geram um sentimento de culpa, pois, segundo eles, o dinheiro recebido não é resultado do trabalho e do suor de quem o recebe, no caso a geração mais jovem, composta pelos filhos e netos.

Para os aposentados, o benefício da sua aposentadoria é a exceção. Diferentemente das bolsas, muitas vezes utilizadas para a compra de bens materiais como móveis e eletrodomésticos, a aposentadoria representa uma consequência do trabalho ao longo da vida. Ela vem como um direito adquirido por quem laborou uma vida inteira. O dinheiro é esperado e usado para ajudar toda a família,

principalmente na alimentação, ficando o consumo pessoal próprio do aposentado em segundo plano ou inexistente.

Portanto, para a população, o Governo pode retirar o que não foi conquistado pelo suor e o que não está sendo utilizado para a aquisição de bens de primeira necessidade como a alimentação, a educação, e a saúde das famílias agraciadas pelos benefícios. Dessa forma, o censo seria, na visão deles, uma pesquisa do Governo visando saber como o dinheiro dado foi utilizado para, em caso de mau uso, ou seja, na compra de bens considerados “supérfluos”, proceder ao confisco de todos eles. Talvez resida aí o medo e a culpa da maioria das pessoas ao declararem o recebimento desses benefícios. |

Quadro 7.1.4 Atividades desempenhadas pelos familiares que residem com os entrevistados

FAMÍLIAS	AGRICULTOR	DOMILAR	ESTUDANTE	APOSENTADO	AUTÔNOMO	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	FUN-CIONÁRIO PÚBLICO	AGENTE COMUNITÁRIO	ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	PROFESSOR
F01	X	X	X	-	-	-	X	-	-	X	-
F02	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X
F03	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X
F04	X	X	-	X	-	-	-	-	-	X	X
F05	X	X	-	-	X	-	-	-	X	X	X
F06	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X
F07	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X
F08	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
F09	X	X	-	-	-	-	-	-	-	X	X
F10	X	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X
F11	-	X	-	X	-	X	-	-	-	X	X
F12	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F13	X	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
F14	X	X	X	X	-	-	-	X	-	-	-
F15	X	-	X	X	-	-	-	X	-	-	-

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

De acordo com os dados obtidos, todas as famílias possuem membros que trabalham ou trabalharam com a agricultura, plantando e colhendo para consumo próprio, para venda ou para ambos os casos. Salientamos que a entrevistada da F11 atualmente trabalha de modo indireto com a agricultura, gerenciando uma associação produtora de castanha de caju. Porém, quando criança, juntamente com os irmãos, ajudou os pais a plantarem milho, feijão e batata para o consumo da família.

A primeira geração familiar do universo pesquisado, a dos avós, apesar da idade avançada e da aposentadoria, continua trabalhando na agricultura, como nas

F04, F09, F14 e F15. A vitalidade dessa geração chega a superar a das pessoas em faixa etária semelhante, mas que residem na cidade grande e aderem aos programas em torno da busca da qualidade de vida na chamada “terceira idade”. Mesmo sem uma alimentação balanceada, atividades de educação física, acompanhamento médico e de outros profissionais, a geração do campo se mantém ativa e forte, como o exemplo da entrevistada da F14, que trabalha, se responsabiliza por algumas despesas da casa e dos filhos, e cria dois netos que atualmente residem com ela.

De acordo com estudos de Carter e McGoldrick (2001) desenvolvidos a partir de famílias de classe média norte-americana sobre os estágios do ciclo vital familiar, o estágio tardio é a etapa caracterizada pela chegada da aposentadoria, da velhice e das possíveis doenças que tornam o adulto um ser dependente de outra pessoa. Nas famílias estudadas, as pessoas que se encaixam nesse estágio, mesmo aposentadas, ainda trabalham, se responsabilizando inclusive por complementar a renda para o sustento da família. Apesar de sofrerem de doenças como as ocasionadas por acidentes de trabalho (F01) ou das típicas da idade, como as dores localizadas (F10), a perda de memória (F14), elas não têm o hábito de dependerem de outras pessoas para se locomover e realizar suas necessidades, a não ser que a idade já seja bem avançada e as doenças mais recorrentes, como a F04, cujo entrevistado mora com um dos seus tios paternos e a esposa (com idades acima de 90 anos), auxiliando-os em suas atividades.

Os homens pertencentes à segunda geração familiar, os pais, estão mais inseridos na agricultura familiar, pois trabalham desde o manejo do solo para a plantação até a distribuição do produto colhido para venda e consumo. O tempo dedicado ao trabalho é integral, desde as primeiras horas da manhã até o final da

tarde, com pausa para o almoço e um breve descanso, conforme visto nas F01, F03, F06, F08 e F10. Já as mulheres, no caso as mães que trabalham com a agricultura, costumam dividir sua rotina entre o campo e as tarefas domésticas, como nas F01, F03, F06, F08 e F10. Geralmente trabalham ajudando seus maridos pela manhã e no restante do dia desempenham as atividades de cuidar dos filhos, da casa, das refeições, lavagens de roupas, dentre outras tarefas. Às vezes elas contam com a ajuda das filhas, que se revezam entre os estudos e o cuidado do lar.

Sobre a terceira geração familiar, na qual os entrevistados estão inseridos, percebemos uma mudança em relação ao seu trabalho na agricultura, como também uma diferença entre a forma de vivenciar o trabalho no campo pelos jovens de acordo com o sexo. As filhas são poupadas da lida na terra. Ao invés da plantação, elas estudam, às vezes em cidades vizinhas ou em Fortaleza, como no caso da F03, e na região Norte do Brasil, como a F15, onde a qualidade do ensino é superior ao das escolas locais. Além de se dedicarem aos estudos com mais afinco do que os homens, elas também trabalham, o que lhes dá um distanciamento da atividade agrícola e uma independência financeira que, muitas vezes, permite-lhes contribuir com as despesas da casa nos períodos em que a produção sofre uma queda devido à seca, baixa dos preços, às pragas de insetos, dentre outros fatores comuns na região estudada.

Percebemos, de acordo com o explicitado, sinais da emancipação feminina no contexto estudado, demonstrando que as transformações sociais ocorridas nos últimos tempos também chegam aos locais mais distantes dos grandes centros do País. A participação da mulher habitante de um ambiente eminentemente agrícola, tanto no mercado de trabalho quanto na divisão das despesas do lar, acompanham

às evoluções do movimento feminista relacionado à autonomia da mulher que tiveram início nas metrópoles (Coelho, 2005).

Apesar dessa realidade não chegar com tanta força e articulação de idéias e discurso no ambiente estudado, o fato de a mulher jovem trabalhar fora de casa, exercendo inclusive o papel de provedora do lar, macula também a questão do regime patriarcal e do machismo, tão fortes no Nordeste brasileiro e, mais precisamente, no interior do Ceará. Na família F15, por exemplo, é a mulher que trabalha como funcionária pública e tem uma renda maior, enquanto seu marido é um agricultor aposentado, recebe um benefício menor do que o salário da esposa e a única atividade atualmente desempenhada por ele é o cultivo de uma plantação num terreno próximo à sua residência, fato este que o leva a ser constantemente rechaçado pela sua mulher e filhos, por tal atividade ser, segundo eles, uma “perda de tempo”.

O desempenho de tarefas predominantemente masculinas por mulheres, como exercer a gerência de uma fábrica de castanhas de caju (F11), de ser técnica agrícola (F13), ou de exercer papéis fundamentais de liderança em assentamentos (F02 e F10), são realidades locais e dispensam discussões envolvendo papéis e gêneros pela comunidade acerca destas situações. Os ditados com forte apelo machista, tão comuns no Ceará como “mulher a gente trata é no cabresto”, ou “mulher é prendada para cuidar da casa, do marido e dos filhos”, caem por terra diante da realidade vista. Ao contrário, o fato de ter uma filha trabalhando ou estudando fora “para ser alguém na vida” (F03), suscita nas famílias motivos de orgulho, símbolos de *status* e esperanças de conseguirem por meio delas melhores condições de vida.

Ao contrário de suas irmãs, os filhos costumam auxiliar os pais na prática da agricultura, intercalando os estudos, as funções desempenhadas nas associações e cooperativas das quais fazem parte, dentre outras ocupações. Independentemente de eles questionarem ou não sobre o sentido, a necessidade e o valor do “ser agricultor”, o auxílio aos pais é uma atividade recorrente que as transformações sociais como os adventos do mercado de trabalho, não conseguiram extinguir totalmente.

Exemplo do que foi citado é a situação da F03, cujo filho mais velho do entrevistado, mesmo trabalhando numa associação produtora de castanha de caju, objetivando uma ocupação diferente da agricultura e questionando com os pais o porquê de se trabalhar tanto no campo para se obter tão poucos resultados, benefícios e reconhecimento, mantém uma horta ao lado de sua casa e auxilia na manutenção da plantação do pai.

Contudo, existem os filhos que decidem abandonar o trabalho no campo, ou a “lida com enxada”, para irem em busca de outros empregos, geralmente na indústria e no comércio local, como as famílias F01, F05, F11 e F15, ou em cargos públicos nas grandes cidades, como as F14 e F15. De acordo com Martins (2001), mais de 10% das famílias dedicadas à agricultura familiar não possuem sucessores para tomarem posse do patrimônio agrícola de toda uma geração que trabalhou no campo. A falta de herdeiros ocasiona um problema para a sociedade, pois essas terras acabam sendo “incorporadas pela grande propriedade [...] que reduz o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho” (p. 8).

Dessa forma, percebemos um rompimento da tradição transgeracional da agricultura nessas famílias, pois, de acordo com o percebido, para as gerações

futuras, os que desistiram de desempenhar as “pesadas” tarefas agrícolas dos seus pais não cogitam em momento algum retornar para o campo.

Diante das mudanças observadas, questionamo-nos sobre as alterações na estrutura e na dinâmica dessas famílias frente às novas situações, tão comuns na constituição familiar atual. Minuchin (1982) cita que a estrutura familiar compreende as interações entre os membros de uma família e os papéis desempenhados por cada um deles no contexto familiar, de modo explícito ou não, a fim de tecer e reger os padrões familiares, muitas vezes herdados das gerações anteriores. Na geração atual das famílias estudadas, em contraposição às anteriores, o que percebemos é que os papéis, a hierarquia, sofreram modificações significativas, evidenciando alterações na estrutura e na dinâmica familiar no contexto estudado.

Como exemplo evidente das alterações no ambiente estudado, temos o papel do homem provedor e responsável exclusivo pelas despesas da casa sofrendo interferências quando a mulher sai para o trabalho e passa a auxiliar nas contas. O papel do filho em posição de obediência ao pai é questionado, quando o jovem rapaz começa a cogitar em abandonar a tradição familiar agrícola, indo trabalhar no comércio. A antiga hierarquia em que os filhos obedeciam piamente aos pais é posta em prova quando os filhos sequer comunicam suas decisões aos mais velhos.

Também é importante mostrarmos o fato de alguns entrevistados considerarem o engajamento deles em associações e cooperativas cujas atividades eles têm orgulho em exercê-las, conforme percebemos nas repostas de onze (11) famílias. Independentemente de eles ocuparem cargos, funções ou apenas serem associados, não importando a posição que ocupam, são reconhecidos tanto pelos familiares quanto pelos amigos como pessoas mais esclarecidas em relação ao mundo agrícola, mais participativas e engajadas nos movimentos em prol dos

direitos do agricultor, além de possuírem um *status* maior na comunidade do que as demais pessoas.

7.2 Saúde Física e Mental

Quadro 7.2.1 Saúde física e mental das famílias estudadas

FA- MÍ- LI- AS	DEFI- CIÊN- CIA FÍSICA	AL COO- LIS- MO	“DOENÇAS DOS NERVOS, DA CABEÇA”	PASSAGEM POR PSICÓLOGO E PSIQUIA- TRA	INTOXICA- ÇÃO POR USO DE AGROTÓXI- COS
F01	Avó materna	-	Mãe nervosa	-	-
F02	-	-	-	-	Irmão
F03	Sobrinha e sobrinho	Irmão mais novo	Irmão epilético	Irmão epilético	-
F04	-	Primo Paterno	-	-	-
F05	-	-	O entrevistado sofre de “convulsão”	-	-
F06	-	-	Mãe diabética	-	-
F07	-	-	-	-	-
F08	-	Irmão	Mãe com “pressão alta”	-	-
F09	-	10 primos e o entrevista do	-	-	Tios e primos
F10	Tio “mudo e moco”	O cunhado e o irmão	A irmã com depressão	Irmã da entrevistada	-
F11	-	-	-	-	-
F12	Sobrinha “cega”	Irmão	-	-	-
F13	Sobrinha “cega”	Irmão	-	-	-
F14	Neta deficiente visual	Filho	A entrevistada alega ter “ansiedade”	A entrevistada vai ao psiquiatra	-
F15	-	Primos	Mãe hipertensa	-	-

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Sobre a saúde física e mental das famílias estudadas, iniciamos as considerações colocando o leitor a par das terminologias utilizadas pela população da região para denominar algumas situações e doenças relatadas pelos entrevistados. A “doença de pressão”, e a “pressão alta” são as denominações utilizadas para designar o quadro de hipertensão arterial. “Moco” é como se denomina uma pessoa que sofre de deficiência auditiva. O indivíduo que é surdo e mudo é reconhecido pela população local como sendo “mudo e moco”. “Zarolha” é uma pessoa com problema visual cujo um dos sintomas mais visível é os olhos trocados.

As deficiências físicas existentes nas famílias, as quais foram relatadas pelos entrevistados, incluem um caso de perda de movimento em uma das pernas da avó materna do entrevistado da F01, devido a um acidente de trabalho ocorrido a algum tempo no qual ela cortou o pé. Por falta de cuidados médicos primários, como a lavagem correta do local ferido e a aplicação de uma injeção antitetânica, o ferimento “gangrenou”, acabando por levar à perda de movimento da perna e, atualmente, a avó do entrevistado está sem caminhar.

Outro caso refere-se à sobrinha e ao sobrinho do entrevistado da F03, dos quais ele não sabe informar as deficiências; sabe apenas que eles as possuem. A entrevistada da F10 relata que possui um tio “mudo e moco”. As famílias F12, F13 e F14, que possuem grau de parentesco, citaram uma “sobrinha cega”.

Os problemas com o alcoolismo foram detectados em nove das quinze famílias estudadas. O caso que nos chamou mais a atenção foi o da F09, cujo entrevistado se diz “alcoolista”, mas está “sem beber faz um bom tempo”, desde que começou a perceber que o álcool estava acabando com seu “dinheiro”, com sua

“vida” Ele possui um grau de esclarecimento que o permite falar da doença e, inclusive, contou sobre o período em que não conseguia controlar o seu “problema”.

De acordo com seu relato, o hábito de beber é algo comum entre os jovens do local em que reside por haver nas proximidades uma indústria de bebidas, que “facilita” a aquisição do produto. O lazer dos jovens da cidade é “sentar no bar pra beber e, eles bebem muito!”, fato que ele alega não perceber nas outras cidades da região, onde “os jovens têm outros tipo de lazer que não seja beber no bar da esquina”. Nas famílias F03, F04, F08, F10, F12, F13, F14 e F15 também foram detectados casos de alcoolismo entre os familiares da primeira e da segunda geração.

Sobre as “doenças dos nervos, da cabeça”, adotamos essa terminologia por ser usada pelos moradores da região estudada para denominarem os casos de pessoas que sofrem de transtornos psicológicos e psiquiátricos como depressão, retardo mental, esquizofrenia, síndrome do pânico, estresse, dentre outros distúrbios. Porém, quando aplicamos o questionário, os entrevistados nos surpreenderam ao associarem, responderem e enquadrarem também nesse item os problemas físicos, neurológicos e cardiovasculares, como a diabetes, a convulsão, a epilepsia e a hipertensão arterial. Portanto, decidimos manter tal item, explicando o ajuste.

Nos casos da F10, com o relato de “depressão” diagnosticado e tratado por um psiquiatra; da F01 e F08, ambas comentando sobre quadro de “pressão alta”; na F14, com “dificuldade pra dormir e ansiedade”, e na F15, com o entrevistado citando a “mãe hipertensa”, apesar de serem cinco famílias distintas, percebemos nos depoimentos uma semelhança na descrição dos sintomas de “estresse”,

“preocupação”, “ansiedade” e “cansaço”, devidos à jornada do trabalho e às preocupações com a família.

As doenças associadas ao estresse da vida moderna não são comuns apenas nas metrópoles e em pessoas que ocupam cargos em empresas, indústrias ou em profissionais liberais. Os habitantes do ambiente rural também estão sujeitos às situações que envolvem estresse e ansiedade, tanto no trabalho quanto em suas famílias.

A safra prejudicada pela seca, pela queda dos preços, pela praga de insetos, gera preocupação para os agricultores tanto quanto a queda do dólar para os grandes investidores. Os filhos alcoolistas das famílias do interior desgastam seus pais tanto quanto os filhos adictos das famílias de classe média das grandes cidades. Os familiares que migraram e deixaram de mandar notícias preocupam os que ficaram sem saber ao certo onde eles se encontram atualmente e como estão passando, fazendo com que os que permaneceram no local alimentem esperanças de que os parentes retornem, o que causa uma ansiedade constante, dentre outros desconfortos (Bucher, 1991).

Com relação ao item de intoxicação pelo uso dos agrotóxicos, apenas dois casos foram registrados entre as famílias estudadas. Na F02, de acordo com a entrevistada, seu irmão, quando trabalhou em um órgão do Governo do Estado, sentiu “gasturas e tonturas” enquanto pulverizava uma plantação de algodão, tendo sido levado ao hospital, onde foi diagnosticada “intoxicação pelo produto utilizado”. Ele ficou internado, recebendo alta depois. Na F09, os tios e primos do entrevistado sofreram intoxicação pelo uso do inseticida chamado “handape”.

Percebemos pelos relatos uma conscientização dos trabalhadores rurais sobre a utilização de agrotóxicos e inseticidas em suas plantações, e os prejuízos

causados por eles tanto para o homem quanto para o meio ambiente. Os agricultores sabem dos perigos do uso desses materiais devido aos conhecimentos adquiridos também por intermédio de cursos sobre agroecologia, os quais alertam para as conseqüências dos agrotóxicos e convidam a substituí-los pelos defensivos orgânicos, como a pimenta, o esterco de alguns animais, e o fumo.

7.3. História da Migração Familiar

Quadro 7.3.1 Local de nascimento dos entrevistados e dos seus pais

F A M Í L I A S	LOCAL DO NASCIMENTO DO ENTREVISTADO	LOCAL DO NASCIMENTO DOS PAIS DO ENTREVISTADO	LOCAL DE MORADIA DA FAMÍLIA ANTES DE CHEGAR AO LOCAL DA RESIDÊNCIA ATUAL	PLANOS DE MUDAR PARA OUTRO LOCAL
F01	Local atual	Redenção/CE	Diamante/CE	Não
F02	Local atual	Local atual	-	Não
F03	Tigipió (Aracoiaba/CE)	Tigipió/CE	Tigipió/CE e Maguari/CE	Não
F04	Ocara/CE	Pai – local atual Mãe – Ocara/CE	Ocara/CE	Sim
F05	Fortaleza/CE	Pai – local atual Mãe – Tigipió/CE	-	Não
F06	Palmácia/CE	Palmácia/CE	Palmácia/CE	Não
F07	Palmácia/CE	Palmácia/CE	Pacoti/CE e Palmácia/CE	Não
F08	Local atual	Serra Azul/CE	Fortaleza/CE	Não
F09	Local atual	Local atual	-	Não
F10	Missão Velha/CE	Missão Velha/CE	Maranguape/CE, Água Verde/CE, Guaiuba/CE	Não
F11	Jaguaretama/CE	Região do Vale do Jaguaribe/CE	Jaguaretama/CE e Pacajus/CE	Não
F12	Local atual	Bonsucesso/CE	-	Não
F13	Bonsucesso/CE	Bonsucesso/CE	-	Não
F14	Bonsucesso/CE	Bonsucesso/CE	-	Não
F15	Aracoiaba/CE	Aracoiaba/CE	-	Não

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Pelos dados referentes ao local de nascimento dos entrevistados e de seus pais, foi possível detectarmos o fenômeno migrações nas famílias estudadas, por meio dos percursos feitos pelos pais, seguidos pelos filhos e demais descendentes.

A migração familiar é um fator comum na região Nordeste do Brasil, e as causas da migração são oriundas de diversos fatores: da concentração de terras nas mãos de poucos, geralmente os patrões; das estiagens ocasionadas pelo fenômeno da seca; do desemprego e dos baixos salários (Sezyshta, 2004). Enquanto parte desse contexto, a região do Maciço de Baturité também lança alguns de seus habitantes no território brasileiro devido à migração familiar, como percebemos pelas respostas dos questionários e dos relatos dos entrevistados.

Os pais dos entrevistados das famílias F02 e F09 nasceram no local onde residem atualmente. Os pais das famílias F01, F03, F06, F07, F08, F10, F11, F12, F13, F14 e F15, bem como as mães da F04 e F05, nasceram em outro local e migraram para o local da moradia atual. Em relação aos entrevistados, os pertencentes às famílias F01, F02, F08 e F09 nasceram onde vivem atualmente. Os demais entrevistados – F03, F04, F05, F06, F07, F10, F11, F13, F14 e F15 – migraram para o local onde residem.

As migrações da primeira e da segunda geração ocorreram entre cidades e localidades próximas umas das outras, geralmente pertencentes à própria região estudada, pois as famílias partiam completas: os maridos levavam suas mulheres e seus filhos pequenos, geralmente crianças de colo (Filho, 2003). O caso detectado de migração familiar ocorrido para um local mais distante foi a da F10, que veio do sul do Ceará, da região do Vale do Cariri, quase divisa com o Estado de Pernambuco. Contudo, os filhos já eram mais velhos e tiveram condições de percorrer longas distâncias.

Para chegarem ao local de moradia atual, oito famílias – F01, F03, F04, F06, F07, F08 F10 e F11 – percorreram outras veredas, buscando sempre melhores condições de vida e de trabalho. Elas migraram pelo interior do Ceará, em cidades próximas umas das outras, até encontrarem um lugar no mínimo satisfatório para viver. O trabalho conseguido era sempre na agricultura, o que diferencia a migração familiar das gerações atuais, que preferem as cidades grandes e buscam o mercado de trabalho urbano (Filho, 2003).

As famílias estudadas, na grande maioria, não fazem planos de se mudar do local onde vivem atualmente, pois construíram um patrimônio que inclui casa, animais de pequeno porte (galinhas, porcos, entre outros animais), plantação, e bens materiais. Além disso, os vínculos com a comunidade, as associações, a igreja, dificultam a saída, principalmente dos mais velhos, pertencentes à primeira e à segunda geração familiar de migrantes. Apenas um entrevistado, da F04, alegou fazer plano de se mudar “para a cidade, se a associação que eu pertenço não der certo e fechar”.

Quadro 7.3.2 Os migrantes e os motivos da migração

F A M Í L I A S	MEMBROS FAMILIARES QUE MIGRARAM	LOCAL PARA ONDE MIGRARAM	MOTIVOS DA MIGRAÇÃO	RETOR- NO AO LOCAL DE PARTI- DA
F01	02 tios paternos	Fortaleza/CE	Emprego	Não
F02	01 primo	São Paulo/SP	Não sabe informar	Não
F03	01 filha	Fortaleza/CE	Estudos	Não
F04	01 irmão e outros familiares	Fortaleza/CE, São Paulo/SP, Manaus/AM	Emprego	Não
F05	01 tio paterno	Fortaleza/CE	Emprego	Sim
F06	-	-	-	-
F07	01 irmão	São Paulo/SP	Emprego	Não
F08	01 irmão	Fortaleza/CE	Emprego	Não
F09	01 irmão	Recife/PE	Emprego	Não
F10	03 filhos	Guaiuba/CE	Trabalho na agricultura	Não
F11	01 irmã	Porto Velho/RO	Casamento	Sim
F12	01 irmão e 01 irmã	Fortaleza/CE	Irmão – emprego; irmã – tratamento de saúde	Não
F13	01 irmão e 01 irmã	Fortaleza/CE	Irmão – emprego; irmã – tratamento de saúde	Não
F14	01 filho e 01 filha	Fortaleza/CE	Filho – emprego; filha – tratamento de saúde	Não
F15	01 irmão e 02 irmãs	02 irmãs – Amazonas; irmão – Ocara /CE	Irmãs – casamento e estudo; irmão – casamento e trabalho	Não

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

De acordo com Sezyshta (2004), o que leva as pessoas a se tornarem migrantes, deixando a terra natal rumo a lugares distantes e desconhecidos é:

o desejo de viver com dignidade, o sonho de ter uma vida que possa ser chamada de humana, humilde e singela, mas capaz de garantir ao menos alimentação de qualidade, trabalho, saúde, moradia, educação e tantos

outros direitos que já começam a soar como privilégios, ainda que permaneçam direitos de todos, independentemente da desorganização política que tem tornado o mundo acessível apenas para uns quantos (Sezyshta, 2004, p. 41).

Das quinze famílias estudadas, quatorze possuem casos de migração familiar. Apenas o entrevistado da F06 alegou que nenhum de seus familiares migrou e, mesmo assim, não tinha a “certeza dessa resposta”. Entre as famílias com migrantes, detectamos sete casos de familiares que migraram de cidades do interior do Estado do Ceará para a capital, Fortaleza (F01, F03, F05, F08, F12, F13 e F14); dois casos de migrações para São Paulo/SP (F02 e F07); dois casos para a região Norte do Brasil, sendo a F11 para Porto Velho/RO e a F15 para o Amazonas; um caso de migração para Recife/PE (F09); um caso cujos migrantes percorreram algumas cidades brasileiras, Fortaleza/CE, São Paulo/SP e Manaus/AM, fixando residência na última cidade (F04), e dois casos de migração para Guaiuba e Ocara/CE, ambas situadas do interior do Ceará (F09 e F15, respectivamente).

De acordo com Filho (2003), as famílias com filhos pequenos geralmente migram completas, ou seja, os pais e os filhos, todos de uma vez. Elas escolhem as grandes metrópoles regionais, que geralmente estão situadas mais próximas de seu local de origem, como o caso das famílias F04 e F09 que escolheram Fortaleza/CE, e a F09 que optou por Recife/PE, ambas localizadas na região Nordeste, para residir com sua prole.

Nos quatorze casos de migração familiar, existe apenas um caso (na F10) cujos migrantes optaram por residir em uma cidade próxima ao local onde moravam anteriormente, e ainda lidam com a prática da agricultura. Nas demais famílias, os

migrantes partiram para cidades mais distantes e não trabalharam mais com a agricultura, conforme relato dos entrevistados.

O afastamento tanto do ambiente quanto do trabalho agrícola é comum quando as famílias deixam o campo para se instalar nas metrópoles. Há o rompimento das relações com o mundo e com a economia rural, com os costumes, valores e as tradições familiares. A família “tende a mergulhar inteiramente no mundo do mercado, afinal, na cidade ninguém tem roça ou criação” (Filho, 2003, p. 901).

A motivação maior das migrações é a busca por melhores oportunidades no mercado de trabalho, que oferta uma remuneração melhor do que a recebida no campo, e relações de trabalho mais vantajosas para o trabalhador, como o emprego de carteira assinada com os direitos trabalhistas como a aposentadoria, as férias, além do salário fixo e certo (Filho, 2003); ao contrário do trabalho com a agricultura, que não oferece a garantia de um salário durante todos os meses do ano, haja vista fatores como o clima, a comercialização dos produtos, o lucro das vendas influenciando no produto e na renda do agricultor.

Um outro fator concomitante ao emprego é a qualidade de vida na cidade grande. Os que migram esperam encontrar também melhores condições de moradia, estudos, alimentação, saúde e lazer para seus familiares. Porém, ao chegar se deparam, muitas vezes, com uma realidade diferente da imaginada. Geralmente, os migrantes se dirigem para a periferia, as favelas, e cidades da região metropolitana que às vezes não têm condições de moradia adequadas que garantam, no mínimo, uma qualidade de vida satisfatória, como escolas, saneamento básico, postos de saúde, locais de lazer para a família, dentre outras necessidades básicas.

Os que partiram com o objetivo de estudar (F03 e F15) almejam uma formação que os possibilite encontrar uma profissão que não seja a agricultura, vista principalmente pela geração mais jovem como um trabalho pesado, mal remunerado e sem um reconhecimento maior por parte da sociedade. Para a maioria dos jovens da região estudada, trabalhar no campo é para quem não estudou. Uma agente rural numa palestra do fórum de agroecologia, ocorrido no município de Ocara, em junho deste ano, comentou que “quem não estuda, vai trabalhar com o cabo da enxada e com o sol na cabeça o dia inteiro”.

Detectamos ainda pessoas que migraram para constituírem uma nova família com o casamento, que propiciou, dentre outros fatores, um novo lar, o contato com a cultura do local e com as tradições da família do noivo ou da noiva, como o caso da F11 e da F15. A busca por tratamento de saúde especializado também foi motivo de migração de membros das famílias F12, F13 e F14. Tal ato revelou o *déficit* dos serviços de saúde na região estudada, que ocasionou a ida das famílias para a capital do Estado, em busca de médicos e de tratamento especializado.

Percebemos que o fenômeno da migração altera a estrutura e a dinâmica das famílias envolvidas nesse processo. O enfraquecimento dos vínculos pela distância, pela falta de notícias constantes, e até mesmo pelo desaparecimento de alguns, acarretam várias conseqüências. Tanto para os familiares que partem quanto para os que ficam existe a possibilidade de novas constituições familiares, além de mudanças nos papéis, na maioria dos casos com a mulher passando a tomar de conta da casa, assumindo desde a economia até a criação dos filhos, ou ainda, de uma filha assumir a posição de chefe da casa, trabalhando, cuidando da mãe enferma, dos irmãos e do sobrinho, como o caso da entrevistada da F11.

7.4. A Agricultura Familiar

Quadro 7.4.1 Decisão de trabalhar com a agricultura

F A M Í L I A S	MEMBRO FAMILIAR QUE TOMOU A DECISÃO DE PLANTAR	MOTIVO DA DECISÃO
F01	Os familiares mais velhos	O sustento da família
F02	O pai	Passado pelas gerações familiares
F03	O avô	Única opção para quem não tinha estudo
F04	Os avós	Único meio de sobrevivência
F05	Os avós	Sustento da família
F06	Os mais velhos	Único meio de sobrevivência
F07	O pai	Única opção para quem não tinha estudo
F08	Gerações familiares anteriores	Meio de sobrevivência
F09	Os avós	Interior como única oportunidade de trabalho
F10	Gerações familiares anteriores	Passado pelas gerações familiares
F11	O avô	O trabalho que havia na época
F12	Os avós	O trabalho que havia na época
F13	Os pais	Meio de sobrevivência
F14	O esposo	Não havia outro emprego
F15	O avô paterno	Por influência de parentes

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Observamos que a decisão de trabalhar com a agricultura perpassa as gerações familiares, caracterizando a transgeracionalidade do trabalho agrícola em todas as famílias estudadas. A passagem dos conhecimentos, das atitudes e das práticas agrícolas através das gerações pôde ser observada diante das respostas deste item do questionário. O relato do F10 ilustrou a situação percebida quando ele falou que era “um agricultor de raízes”, pois todos os seus familiares trabalharam na “roça”; bem como a fala do F14, quando alegou que o avô decidiu plantar “por influência dos parentes”.

Refletindo sob o aspecto transgeracional da agricultura familiar, percebemos que a passagem dos conhecimentos agrícolas é uma herança familiar que ocorre de maneira mais autêntica e forte entre pais e filhos do que qualquer outro tipo de ensinamento, com os cursos existentes em torno do tema. Pensando desse modo, concordamos com Silvestri et al (2001, p. 25), quando cita que não existe outra atividade em que as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura, pois a maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão.

Além da passagem das práticas agrícolas entre os familiares, até mesmo porque tal ato na maioria das vezes ocorre naturalmente, sem que os indivíduos atentem para ele, outros motivos levaram as primeiras gerações familiares a trabalharem com a agricultura, pois na época era o meio de sobrevivência mais comum na região. Para os agricultores antepassados não existiam outras opções de emprego além do campo, pois as questões de cunho social existiam e marcaram principalmente os aspectos da formação e da educação da população, ocasionando elevadas taxas de analfabetismo, uma frágil estrutura de ocupação e renda, e um baixo nível cultural dos habitantes da região (Bezerra, 2004). Podemos observar a realidade do contexto, de acordo com as respostas de alguns entrevistados sobre o tema em questão:

A roça era o melhor lugar para tirar a comida e sustentar a família (F01).

Plantar era a única sobrevivência que tinha (F04).

A agricultura no interior era a única oportunidade. Ou ia pra Fortaleza estudar se tivesse dinheiro, ou ficava trabalhando no campo se não tinha nada (F09).

Era o que tinha na época do meu avô. Tinha que plantar, que ser agricultor (F11).

Naquele tempo o trabalho era a agricultura, era a renda (F12).

Não tinha outro emprego, as coisas eram difíceis (F14).

Quadro 7.4.2 Produtos cultivados pela geração atual dos agricultores familiares

F A M Í L I A S	M I L H O	F E I J Ã O	B A T A T A	F A V A	M A N D I O C A	M A C A X E I R A	C A P I M	A R R O Z	P I M E N T A	B A N A N A	C A F É	C A J U	A L G O D Ã O	Q U R G Ã N I C O
F01	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
F02	X	X	X	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-	X
F03	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-	-	X
F04	X	X	-	X	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
F05	X	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
F06	X	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	X	X
F07	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
F08	X	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
F09	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-
F10	X	X	-	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-	X
F11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
F12	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-
F13	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
F14	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-
F15	X	-	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	X	-

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Constatamos que a maioria dos agricultores familiares entrevistados, mesmo estando a par dos conhecimentos agroecológicos, ainda cultiva as mesmas plantas cultivadas pelas gerações anteriores, como: milho, feijão, batata, fava, mandioca, macaxeira, capim, arroz, caju e algodão. Essas plantações são comuns na região do Maciço, sendo os agricultores convencionais os maiores responsáveis por esses tipos de cultivo que, de acordo com Bezerra (2004), causam problemas de ordem

tecnicista, principalmente pelo desconhecimento das técnicas de preparo, uso e conservação do solo; pelo aceleramento da degradação ambiental ocasionado pelas queimadas, pelo manejo inadequado do solo e dos recursos hídricos e pelo acentuado uso do solo para a agricultura.



Figura 4. Casal de agricultores convencionais cuidam da plantação de feijão destinada ao consumo próprio, em Aracoiaba/CE. Acervo pessoal de Andréa Alexandre Vidal, agosto/07.

Atualmente, com o aumento da preocupação e dos estudos sobre clima, solo e vegetação, foi constatado que o modo de agricultura mais indicado para os produtores familiares da região do semi-árido, em que o Ceará, mais precisamente a região do maciço de Baturité está situado, é a agricultura ecológica. De acordo com Bezerra (2004):

[a agricultura ecológica] corrige as distorções da agricultura convencional, através da estabilidade dos agroecossistemas e a utilização de recursos renováveis e auto-sustentáveis, aliando qualidade dos alimentos com a conservação dos recursos naturais de produção e preservação da natureza, assim como valorização econômica da produção familiar (p. 158).

Notamos que algumas famílias estudadas, além de plantarem os grãos e cereais típicos da região e cultivados desde as gerações anteriores, aderiram ao movimento agroecológico e passaram a produzir algumas plantas recomendadas pelos técnicos e cursos sobre agroecologia, tais como a pimenta, a banana e o café orgânico, bem como aderiram ao cultivo do chamado “quintal orgânico”.



Figura 5. Quintal orgânico numa casa de agricultores familiares, em Aracoiaba/CE. Acervo pessoal de Andréa Alexandre Vidal, setembro/07.

O quintal orgânico é uma modalidade de agricultura trabalhada e bastante incentivada entre os participantes dos cursos sobre agroecologia, caracterizada pelo plantio de verduras, plantas medicinais, legumes, geralmente nos quintais das casas, daí o motivo do nome. Independentemente de os agricultores serem convencionais ou não, foi comum durante as visitas à região, encontrarmos ao lado ou nos fundos das residências pequenas hortas muito bem cuidadas, que os moradores tratavam rapidamente de mostrá-las, talvez para sinalizar a sua adesão à agricultura ecológica, tão em moda no local estudado.

Ao perguntarmos os motivos da escolha das plantações citadas no quadro, as respostas variaram: para o consumo da família e para a venda (F01, F02 e F15);

pela tipicidade das plantas para a região (F04, F10, F12, F13 e F14); pela existência de tradição no tipo de plantio, passado através das gerações familiares (F03, F05 e F11). Mais uma vez, a passagem dos conhecimentos e das práticas sobre agricultura pôde ser percebida quando eles se referiram à tradição no plantio.

Outro rastro de passagem transgeracional familiar dos conhecimentos foi percebido quando os entrevistados relataram que as plantas eram típicas da região, pois foi por meio de um cultivo prolongado, de exemplos de familiares que cultivavam as espécies, que eles perceberam a melhor adequação das plantas ao clima e ao solo do local, ou seja, eles não aprenderam sozinhos, alguém os ensinou de modo direto ou não.

Os demais entrevistados (F06, F07, F08, F09) responderam que escolheram plantas as espécies as quais cultivam por causa dos conhecimentos adquiridos da agricultura ecológica. Eles são agricultores que trabalham em suas propriedades, seguindo os princípios da agroecologia, no plantio de banana e café orgânico (no caso do F09) e no plantio de pimenta (F06, F07 e F08).

Quadro 7.4.3 Modo como os agricultores adquiriram os conhecimentos para a plantação

F A M Í L I A S	FAMILIARES	AMIGOS	ESCOLA	TV	CURSOS
F01	X	-	-	-	A
F02	-	-	-	-	A, C
F03	X	-	-	-	-
F04	X	X	-	-	A
F05		-	-	-	A
F06		X	-	-	A, D
F07		X	-	-	A
F08		X	-	-	A
F09	X	X	-	-	A
F10	X	-	-	-	A, B
F11	X	-	-	-	-
F12	X	-	-	-	-
F13	X	-	-	-	A
F14	X	-	-	-	-
F15	X	-	-	-	A

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

LEGENDA DOS CURSOS CITADOS

A – Curso de Multiplicadores em Agroecologia (Projeto AFAM)

B – Curso da EMATERCE

C – Especialização em Gestão Ambiental (UFC)

D – Curso do CPT (Entidade católica)

De acordo com o quadro acima, os entrevistados das F03, F11, F12 e F14 aprenderam os conhecimentos para a plantação unicamente por intermédio dos seus familiares. Os entrevistados das F01, F04, F05, F09, F10, F13 e F15 adquiriam os conhecimentos agrícolas tanto com os familiares quanto por meio de cursos promovidos pelas ONG's que atuam no local, como o caso do curso de multiplicadores em agroecologia do Projeto AFAM. Os demais entrevistados – F04, F06, F07, F08 e F09 – citaram os amigos como os divulgadores dos conhecimentos

sobre agricultura. Ninguém mencionou a escola nem a televisão como transmissores de conhecimentos em torno da agricultura, principalmente da agroecologia.

Notamos nas famílias estudadas a presença da transmissão intergeracional dos conhecimentos, atitudes e práticas ligadas à agricultura. Acreditamos que nesses casos os conhecimentos são o que os agricultores sabem sobre as técnicas em torno do cultivo da plantação, a irrigação, o defensivo agrícola para cada tipo de planta, o tempo de poda das árvores, entre outros cuidados. As atitudes são as reações pessoais frente a determinada situação ocorrida no ambiente de trabalho, envolvendo o agricultor e as pessoas que trabalham com ele no campo, como, por exemplo, a atitude dos agricultores em relação a uma praga que impossibilitou a colheita e venda dos produtos.

As reações pessoais, desencadeadoras das atitudes, ocorrem tanto em nível pessoal quanto coletivo, dependendo do engajamento do grupo em relação ao alcance de um objetivo, como, por exemplo, a colheita destinada à venda para o lucro de uma família agricultora. Elas podem ser positivas ou negativas, favoráveis ou desfavoráveis, e têm sempre uma intensidade que pode ir do ódio ao amor, da indiferença à paixão, possibilitando seu ordenamento em escalas.

As práticas são as realizações que se traduzem pelo comportamento de cada membro, podendo ser a realização do trabalho no campo, sendo este imbuído dos conhecimentos e das atitudes frente às situações que o ambiente apresenta, tal como a plantação em um solo seco que requer as práticas corretas para tornar o local apto ao plantio.

Munidos então dos conhecimentos, das atitudes e das práticas agrícolas passadas de geração a geração, os agricultores constroem um ambiente favorável à

prática da agricultura. Vimos que os entrevistados, quando se referem aos conhecimentos herdados dos familiares, se remeteram a uma agricultura convencional, caracterizada pelo trabalho no campo, sem uma conscientização do agricultor em relação às práticas de conservação do meio ambiente, como o uso de queimadas para a limpeza do terreno, os agrotóxicos, a monocultura; com uma conscientização dirigida para a agricultura apenas como um meio de sobrevivência, e não como um meio de vida voltado para a ecologia e o desenvolvimento sustentável, noções essas presentes nas gerações dos agricultores familiares mais jovens, que têm acesso aos cursos sobre práticas agroecológicas, comuns na região estudada.

As noções sobre agricultura ecológica ou, ainda, a agroecologia, são difundidas na região do Maciço pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), pelo trabalho dos técnicos agrícolas e agentes rurais apoiando os agricultores familiares locais; por entidades católicas e, por meio de ONG's, como o Projeto AFAM, que ofertam para a população local cursos de multiplicadores em agroecologia, fóruns, encontros e seminários divulgando a agricultura ecológica baseada no desenvolvimento sustentável.

Em um manual destinado para a divulgação da agricultura orgânica junto aos agricultores familiares do Ceará, a EMATERCE define a agricultura orgânica como sendo um conjunto de métodos e processos que asseguram a produção dos alimentos pela exclusão do uso de agrotóxicos, dos reguladores de crescimento, dos fertilizantes e dos transgênicos. Este tipo de agricultura, também reconhecido como agricultura familiar, contribui para a redução dos impactos ambientais e busca a sustentabilidade do ambiente, favorecendo a manutenção da fertilidade natural do

solo pelo incremento da matéria orgânica, e prezando pelo bem-estar tanto do produtor quanto do consumidor (EMATERCE, 2007).

O Projeto AFAM foi um dos cursos feitos pelos entrevistados e considerados por eles como o responsável pela sua aquisição dos conhecimentos sobre a agroecologia. Ele tem seu trabalho voltado para ofertar ao agricultor local a difusão das propostas da agroecologia, contribuindo, assim, para “reverter o quadro de destruição ambiental e desequilíbrio social, na construção de um futuro sustentável” (FKA, n. 3, 2007).

Notamos que os agricultores da geração atual são os que mais procuram os cursos sobre as práticas agroecológicas, que às vezes se contrapõem aos conhecimentos das gerações mais velhas, no caso os pais e os avós dos jovens ávidos pelo novo modo de perceber, assimilar e trabalhar a agricultura, o ambiente, através das práticas ecológicas adquiridas, tais como o uso e a conservação de solo com os defensivos naturais, o cultivo de algumas plantas não-nativas, a assídua campanha contra as queimadas e os agrotóxicos, dentre outros ensinamentos.

Contudo, a difusão da agroecologia chega à região se contrapondo às antigas técnicas agrícolas, passadas através das gerações familiares. No relato dos próprios entrevistados, percebemos a existência do choque entre as gerações, ou seja, entre os filhos e os pais agricultores. Os primeiros absorvendo o novo, mas às vezes com o receio de deixar totalmente de lado os conhecimentos, as atitudes e as práticas agrícolas herdadas dos pais; ou ainda, rejeitando o saber dos pais, sem aproveitar os conhecimentos ou adaptá-los aos existentes. E os segundos, observando os filhos entrando em contato com os novos valores e a cultura do trabalho no campo, às vezes em detrimento à agricultura convencional desenvolvida por eles, rejeitando-a.

Quadro 7.4.4 Dificuldades do trabalho no campo através das gerações familiares

ÉPOCA DOS AVÓS (1ª GERAÇÃO)	ÉPOCA DOS PAIS (2ª GERAÇÃO)	ATUALIDADE (3ª GERAÇÃO)
<ul style="list-style-type: none"> •Trabalho “pesado” •Falta de equipamentos •Muita extensão de terra para o cultivo de uma única planta <ul style="list-style-type: none"> •Terreno ruim, inapropriado para a agricultura •Inexistência dos cursos sobre técnicas agrícolas <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de sementes selecionadas •Dificuldade na comercialização dos produtos •Falta de terras para os empregados <ul style="list-style-type: none"> •Inexistência de benefícios do Governo <ul style="list-style-type: none"> •Clima, seca •Falta de transportes •Falta de médicos, de postos de saúde <ul style="list-style-type: none"> •Falta de escolas •Má alimentação •Pragas de insetos •Distância das cidades •Falta de comunicação com os familiares que migravam 	<ul style="list-style-type: none"> •Trabalho “pesado” •Falta de equipamentos •Muita extensão de terra para o cultivo de uma única planta <ul style="list-style-type: none"> •Prejuízo na safra •Falta de conhecimentos sobre técnicas agrícolas •Dificuldade na obtenção de sementes selecionadas. <ul style="list-style-type: none"> •Dificuldade na comercialização dos produtos •Falta de terras para os empregados •Dificuldade na obtenção de benefícios do Governo <ul style="list-style-type: none"> •Clima, seca •Falta de transportes •Falta de médicos, de postos de saúde <ul style="list-style-type: none"> •Falta de escolas •Má alimentação •Inexistência de acompanhamento técnico especializado •Desistência dos filhos de trabalhar com a agricultura •Falta de oportunidades de trabalho que não sejam na agricultura 	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de mão-de-obra •Equipamentos ruins •Excesso de plantação para uma colheita insignificante • Uso de agrotóxicos, de queimadas, mesmo com a difusão da agricultura ecológica •Dificuldade no manuseio das sementes selecionadas <ul style="list-style-type: none"> • Interferência do “atravessador” na comercialização dos produtos •Má divisão de terras •Acomodação, por conta dos benefícios do Governo <ul style="list-style-type: none"> •Falta de estímulo pessoal e do Governo para plantar •Preço da safra não condizente com o esforço do trabalho realizado <ul style="list-style-type: none"> • Não-aceitação por parte dos agricultores mais antigos dos “novos conhecimentos” •Preconceito contra a agricultura •Falta de oportunidades para os jovens, que acabam migrando

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Embora tenhamos identificado a partir da construção dos genogramas familiares transgeracionais das famílias estudadas, casos com até a quarta e a quinta geração familiar (netos e bisnetos), respectivamente (vide genogramas

familiares transgeracionais), limitamo-nos a discutir os resultados obtidos nas três gerações familiares como sendo os avós, os pais e a geração atual, todas elas detectadas na maioria das famílias estudadas.

A partir das respostas obtidas dos entrevistados, detectamos as dificuldades típicas de cada época, sendo algumas exclusivas de cada geração, outras estendidas entre a primeira e a segunda geração, e ainda as que existem em todas as épocas, alterando somente a forma como são percebidas, assimiladas e principalmente criticadas pelos entrevistados da geração atual.

A dificuldade do trabalho no campo, tanto na época dos avós quanto na dos pais, era considerado “pesado”, de difícil execução, praticamente braçal, pois não havia máquinas nem animais para auxiliar os agricultores, devido às dificuldades financeiras e ao atraso da chegada da tecnologia no campo em relação às cidades. Na geração atual, percebemos a mudança em relação ao trabalho. Mesmo contando com ajudas dos equipamentos, estes são de “má qualidade” e não substituem por completo a mão-de-obra humana que, apesar de necessária, está em falta.

A partir da segunda geração, a época dos pais, a dificuldade de obtenção de trabalho que não fosse à lida no campo, e o caso dos filhos desistindo de continuar laborando com os pais são citados. Percebemos um rompimento da visão de que no campo só existem agricultores a partir do momento em que os próprios moradores do local buscam outras ocupações, gerando inclusive um “preconceito contra a agricultura”, conforme observado nas dificuldades na atualidade.

A maioria dos filhos pertencentes às famílias estudadas não quer mais trabalhar na agricultura. Essa é uma realidade percebida inclusive pelos pais, que a citam nas dificuldades da segunda geração. Diante dessa situação, não existe o

“estímulo pessoal” dos filhos para continuar o trabalho realizado ao longo das gerações familiares, desperdiçando, assim, os conhecimentos em torno das práticas agrícolas aprendidas desde a infância e que fazem deles “profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar” (Silvestri et al, 2001).

Os jovens, como eles mesmos expõem nas dificuldades da atualidade, diante da “falta de oportunidade” de trabalho no campo, migram em busca do mercado de trabalho nas cidades. Contudo, os que partem “tendem a estar em níveis inferiores de educação escolar, condenados, de certo modo, à participação em oportunidades de trabalho precárias fora do mundo que os educou” (Martins, 2001, p. 08).

Outros problemas percebidos tanto na época dos avós quanto na dos pais estão relacionados igualmente com os transportes das pessoas e da produção. A distância entre as propriedades e as cidades era, talvez, o maior obstáculo a ser enfrentado. As estradas que existiam eram carroçais e em péssimo estado de conservação e os transportes eram escassos. Para a população mais carente “a ida a Fortaleza só acontecia em última necessidade, como no caso de doenças complicadas”, conforme relato do entrevistado da F03.

A educação também foi lembrada como uma dificuldade pelos avós e os pais. Só havia escolas em algumas localidades e nas cidades. Os que estudavam eram os filhos dos agricultores mais prósperos, que iam para Baturité ou para Fortaleza, locais onde as escolas eram melhores. Os mais pobres não tinham acesso ao estudo, apenas aprendiam “a tabuada” e a “assinar o nome” quando alguém se propunha a ensiná-los, pois a maioria dos pais era analfabeta. A entrevistada da F10 relata que “as crianças aprendiam a contar jogando os caroços de milho e de feijão na cova para plantar: 1, 2, 3 caroços...era assim.”

A má alimentação foi uma das dificuldades apontadas pelas primeiras gerações. A produção era destinada em primeiro lugar para os patrões, pois, além das terras serem arrendadas, a divisão dos produtos era desigual, ficando os agricultores com uma parte menor, ainda destinada para venda. O que sobrava desse processo era o que a família do agricultor tinha para se alimentar, e a prole era numerosa, conforme observamos nos genogramas familiares. Santos (2007) revela que a alimentação para o agricultor ainda é pobre em até mesmo em nossos dias, chegando a faltar até mesmo no ambiente em que ela é produzida, devido – entre outros motivos – às más condições financeiras da população, que não lhe permitem ter uma dieta adequada para uma qualidade de vida no mínimo satisfatória.

O clima semi-árido da região, aliado ao fenômeno da seca, as plantações em terrenos inapropriados, as grandes extensões de terra para o cultivo de uma única planta, a falta de sementes selecionadas para o plantio, a dificuldade de comercialização dos produtos devido aos preços e aos “atravessadores”, a falta de acompanhamento técnico, todos esses fatores contribuíam para a baixa produção agrícola na época dos avós e dos pais, sendo alguns deles enfrentados até hoje pela geração atual.

Observamos que algumas das dificuldades citadas pelos entrevistados foram sanadas ao longo das gerações, como a melhoria dos transportes, a chegada dos programas de saúde em localidades mais distantes para suprir os cuidados básicos de saúde, os programas do Governo que lançaram os agentes rurais para esclarecimentos e acompanhamento técnico das plantações, e os benefícios como a aposentadoria, os créditos de incentivo e as bolsas. A chegada dessas melhorias foi

festejada pela população da região, pois supriram, de certo modo, essas carências típicas do meio rural cearense.

Contudo, muitos problemas ainda existem, sendo alguns deles conseqüências das dificuldades das primeiras gerações. Observamos na geração atual uma visão mais crítica em torno da realidade vivida pelo homem do campo. Exemplo disso é a mudança dos pontos de vista em torno da questão agrária.

Quando os entrevistados relataram os problemas da terra enfrentados pela primeira geração, não se aprofundaram no tema; somente citaram a “falta de terras para os empregados”, sem questionarem os motivos dessa falta e, de certo modo, mostrando a conformação dos antepassados com a situação das terras arrendadas aos patrões, da má divisão do terreno e dos lucros obtidos pela produção. Nessa época não havia críticas sobre o sistema de divisão das terras, talvez pela falta de noção dos agricultores do que significasse a reforma agrária, que tomava força nos locais aonde às notícias chegavam mais rápidas e os trabalhadores se articulavam em torno dos seus direitos e interesses.

O relato dos entrevistados sobre discurso da terra continuou o mesmo quando eles se referiram aos seus pais, como se eles tivessem herdado o conformismo da primeira geração com essa situação. Porém, na geração atual, o discurso mudou. Percebemos a forte questão agrária até mesmo na mudança da frase utilizada para expressar tal dificuldade. Os mais jovens citaram a “má divisão de terras entre os patrões e os empregados”, evidenciando, assim, uma conscientização do problema em torno da questão da terra na região. Pelo relato do rapaz serviu de guia na coleta de dados pela região, soubemos da existência de uma grande propriedade cujo dono planta cajueiros, denominada por ele de “latifúndio do Sr. X, que eu não gosto nem de falar o nome dele”.

Percebemos na atualidade, entre os filhos dos agricultores, a noção de que faltam terras em que eles possam produzir para si mesmos, sem o sistema de arrendamento que existe até hoje entre os produtores da região. Algumas organizações produtoras do local são, inclusive, frutos dos assentamentos existentes na região reconhecidos e legalizados junto aos órgãos do Governo que lidam com a reforma agrária, como a Associação Comunitária de Novas Vidas, oriunda do assentamento do mesmo nome, e a Associação Comunitária de Boa-Água, em que coletamos dados para este estudo.

Albuquerque (1999) cita que, ao falarmos da questão da agricultura, devemos nos remeter aos movimentos de reforma agrária do País como o reconhecido Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos assentamentos. Em todo o País existem cerca de 2.500 mil assentamentos que abrigam aproximadamente 280.000 mil famílias. Entre esses números estão inclusos os assentamentos locados de algumas cidades do Maciço, como Acarape, Itapiúna e Ocara.

Os benefícios do Governo também são alvos de crítica pela geração atual. Eles relatam que as pessoas ficam “acomodadas” por receberem a bolsa família, deixando inclusive de trabalhar, em alguns casos. Reclamam que a burocracia dificulta conseguir as cartas de créditos para o incentivo à agricultura, principalmente a do PRONAF; queixam-se das dificuldades em torno da certificação da qualidade dos produtos para que sejam aprovados pelo exigente mercado internacional.

Contudo, a maior crítica da geração atual está diretamente relacionada às gerações anteriores, no caso, os seus avós e pais. Alega-se que os mais antigos não aceitam “o novo”, numa alusão à chegada dos conhecimentos sobre a agricultura ecológica e tomam essa atitude como sendo uma das maiores

dificuldades enfrentadas na prática agrícola da região. Nos últimos anos, incentivada pelo Governo Federal por meio do PRONAF, do Governo do Estado, pelos agentes rurais e da EMATERCE, e de organizações não-governamentais de âmbito internacional, em que o Projeto AFAM está inserido, a difusão da chamada agricultura familiar tem se destacado no contexto estudado.

As práticas agroecológicas, como o uso de defensivos naturais para o combate às pragas, o repúdio às queimadas nos terrenos, a retirada do uso dos agrotóxicos convencionais, entre outras técnicas, estão sendo passadas para a população e para os agricultores familiares locais a fim de que sejam postas em prática nas plantações, visando ao cultivo de alimentos orgânicos e ecologicamente saudáveis que atendam à demanda do mercado consumidor e, conseqüentemente, à economia brasileira por intermédio do agronegócio.

Alguns agricultores abraçaram o projeto; porém, os agricultores convencionais não aceitaram de bom grado as “novas técnicas”, classificando-as como uma “perda de tempo, pois o terreno aqui não aceita essas plantações de orgânico não”, conforme sentenciou a entrevistada da F14. Observamos a evidente dificuldade dos mais velhos em lidar com o novo, de aceitar a trabalhar com a agroecologia, da recusa em participar dos cursos sobre agricultura ecológica. Em alguns casos, eles rechaçam o cultivo dos produtos orgânicos, o que acarreta um choque da geração antiga com a geração atual, causando uma situação de crítica em ambos os lados: uma de oposição ao “novo”, e a outra, em oposição aos “velhos” costumes agrícolas.

7.5. Sustentabilidade

Quando nos referimos ao termo e à idéia de sustentabilidade, no item de mesmo nome do questionário (vide anexo) e, conseqüentemente, na análise e discussão dos resultados deste estudo, concordamos com Prezotto (2005) quando ele cita que o desenvolvimento que toma como base as noções da sustentabilidade deve permear uma condição de equilíbrio entre os aspectos social, cultural, ambiental e econômico de determinada região.

Percebemos então, que no tópico sobre sustentabilidade, antes de visarmos somente às questões referentes à comercialização, ao tempo de produção e ao destino dos produtos – como se encontra originalmente no questionário aplicado aos entrevistados –, teríamos que levar em consideração a sua abrangência a outros ângulos que influenciam em toda a produção dos agricultores, sejam eles engajados ou não no movimento agroecológico.

Diante do fato, observamos durante as visitas, a questão da sustentabilidade na região e nas famílias estudadas, que foi percebida em alguns níveis, tais como:

- No nível cultural, percebendo a valorização do que é positivo na proposta das gerações mais antigas em torno da agricultura, como o caso do cultivo de plantas típicas da região. Observamos, porém, que após a aquisição dos conhecimentos agroecológicos os agricultores, principalmente os mais novos, adquiriam um olhar crítico em torno dos agricultores convencionais, chegando inclusive a rechaçar a cultura dos mais velhos em relação aos métodos de uso, conservação e cultivo do solo, demonstrando uma falta de valorização perante as práticas agrícolas convencionais.

- No nível político, detectando nas vias de escoamento da produção a situação de manutenção das estradas, do acesso ao transporte de produtos e produtores, do incentivo das práticas agrícolas que fornece cursos e pessoas capacitadas para acompanhamento técnico nas plantações e cooperativas. Esse nível, por conta das condições ofertadas tanto por parte do Governo quanto por parte das ONGs que trabalham com os agricultores, o incentivo à agricultura tem se revelado presente, apesar de alguns entrevistados citarem a falta de maiores incentivos.
- No nível social, observando o engajamento da população local com o trabalho na agricultura. Nas famílias entrevistadas, existe um apreço pelo trabalho agrícola e o fortalecimento da categoria de agricultores se dá por meio da participação, principalmente dos mais jovens, nas organizações produtivas.
- No nível econômico, detectando os incentivos e benefícios para os agricultores e suas famílias. Os benefícios existem, porém em quantidade limitada, e, vinculados a um sistema burocrático o qual não permite que todos os agricultores tenham acesso a todos eles, tais como cartas de crédito de bancos e do PRONAF, por exemplo.
- No nível educacional, analisando o saber da população adquirido tanto pela transmissão de conhecimentos das gerações familiares quanto pela aquisição de conhecimentos por intermédio de cursos sobre práticas agrícolas. Nesse item, observamos que o saber adquirido dos familiares de agricultores está sendo colocado de lado para dar lugar ao saber obtido por meio de cursos, seminários e fóruns sobre agricultura familiar, agroecologia. Dessa forma, percebemos um choque entre o convencional e o novo, expressado nas falas dos entrevistados, como o da F09 ilustra: “temos que mudar a consciência

das cabeças duras das pessoas mais velhas, para elas mudarem do convencional para o orgânico”.

Observamos que apesar de adotarmos a noção mais abrangente em torno do tema para investigarmos as famílias, os entrevistados não têm uma consciência da noção de sustentabilidade que englobe os níveis investigados. Eles acreditam que apenas os níveis de produção, de venda, de comercialização, de investimentos, de lucros e perdas significam sustentabilidade, enquanto sinônimo exclusivo de “[...] sustento da família, né?” (F06). Portanto, optamos por analisar também os quadros que remetem à idéia de sustentabilidade de acordo com a visão dos entrevistados.

Quadro 7.5.1 Tempo de produção e comercialização dos produtos orgânicos/ecológicos.

FAMÍLIAS	TEMPO DE PRODUÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS/ECOLÓGICOS
F01	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F02	Menos de 01 ano
F03	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F04	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F05	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F06	Mais de 05 anos
F07	Mais de 05 anos
F08	Mais de 05 anos
F09	03 anos
F10	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F11	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F12	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F13	Mais de 05 anos
F14	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos
F15	Não trabalha com produtos orgânicos/ecológicos

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Apenas quatro entrevistados (F06, F07, F08 e F13) responderam que trabalham há mais de cinco anos com produtos orgânicos/ecológicos. O entrevistado da F09 trabalha há três anos e o da F02 trabalha há menos de um ano com produtos

orgânicos/ecológicos. Percebemos – mais uma vez – que prevalecem os agricultores convencionais, os quais não trabalham com produtos orgânicos/ecológicos (F01, F03, F04, F05, F10, F11, F12, F14 e F15). Contudo, independentemente desses agricultores praticarem ou não a agroecologia, eles retiram de suas produções uma grande parcela para o sustento de suas famílias.

Quadro 7.5.2 Destino dos produtos cultivados

FAMÍLIAS	DESTINO DOS PRODUTOS CULTIVADOS
F01	Consumo próprio e vendas
F02	Consumo próprio e vendas
F03	Consumo próprio e vendas
F04	Consumo próprio
F05	Consumo próprio
F06	Consumo próprio e vendas
F07	Consumo próprio e vendas
F08	Consumo próprio e vendas
F09	Vendas
F10	Consumo próprio e vendas
F11	Consumo próprio e vendas
F12	Vendas
F13	Consumo próprio e vendas
F14	Consumo próprio
F15	Consumo próprio e vendas

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Os resultados mostrados nesse quadro confirmam os resultados do quadro anterior, quando observamos que grande parte do sustento das famílias estudadas vem da agricultura. Dez (10) entrevistados revelaram que os produtos cultivados são destinados ao consumo próprio e também para vendas. Dois (02) entrevistados alegaram que sequer consomem o que produzem, sendo o cultivado apenas destinado para a venda. Apenas três (03) entrevistados declararam que o que produzem é para consumo da própria família.

A sustentabilidade implica também a motivação e a realização pessoal por outras vias. No caso, o valor adquirido pelo agricultor a partir das vendas do produto cultivado pode proporcionar para si próprio e para sua família satisfações em outros níveis, como a aquisição de bens de consumo a partir do dinheiro das vendas.

7.6. Sucesso e Fracasso

Quadro 7.6.1 Classificação dos entrevistados em relação ao seu trabalho na agricultura familiar

FAMÍLIAS	CLASSIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO COM A AGRICULTURA FAMILIAR
F01	Pouco sucesso
F02	Muito sucesso
F03	Pouco sucesso
F04	Pouco sucesso
F05	Médio sucesso
F06	Pouco sucesso
F07	Muito sucesso
F08	Muito sucesso
F09	Muito sucesso
F10	Médio sucesso
F11	Médio sucesso
F12	Médio sucesso
F13	Médio sucesso
F14	Pouco sucesso
F15	Pouco sucesso

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Pelo questionário, os entrevistados, de acordo com suas necessidades e sua realidade, respondiam como percebiam o trabalho com a agricultura, optando por alternativas que variavam desde o “sem sucesso” até o “total sucesso”. Nenhum entrevistado classificou o trabalho como sendo “sem sucesso”.

Seis entrevistados (F01, F03, F04, F06, F14 e F15) apontaram o trabalho como sendo de “pouco sucesso”, um deles alegando que “colhe o que só dá pra comer, não sobra nada pra vender”. F01 justificou ter escolhido a opção “pouco

sucesso” lembrando principalmente do caso de seu pai, um agricultor convencional que trabalha em um terreno arrendado, alegando: “o trabalho de papai é muito pesado para o que tira da agricultura, e isso não é justo”.

O terreno arrendado é caso de um agricultor alugar um terreno para plantar e apresentar, como pagamento do arrendamento, a divisão da renda entre o agricultor e proprietário da terra, obtida pela venda dos produtos cultivados no terreno. Porém, na maioria dos casos, há uma divisão desigual do dinheiro, ficando o proprietário da terra com a maior parte dele, alegando ser, além de dono, patrão daquele que arrendou o terreno.

Os entrevistados F05, F10, F11, F12 e F13 classificaram o trabalho como de “médio sucesso”, seguidos dos entrevistados F02, F07, F08 e F09, que se revelaram entusiasmados com o trabalho desenvolvido por eles de “muito sucesso”. Observamos que os entrevistados que optaram por médio e muito sucesso são agricultores orgânicos, que desenvolvem projetos de agricultura familiar assistidos e orientados por um órgão do Governo do Estado, e que têm noções de práticas agroecológicas. Entre esses entrevistados constam dois agricultores envolvidos na plantação de “pimenta espanhola” em Ocara/CE, cidade que abriga a primeira plantação na América do Sul dessa espécie de pimenta. Um dos entrevistados afirmou: “só não marco sucesso total porque falta a ajuda da parte dos órgãos, como o financiamento pras coisas melhorarem mais ainda”.



Figura 6. Plantação agroecológica de pimenta espanhola em Ocara/CE. Acervo pessoal de Andréa Alexandre Vidal, agosto/07.

Percebemos que o nível de sucesso do trabalho na agricultura familiar aumentou nos casos dos agricultores estudados que adotaram as práticas agroecológicas em suas propriedades. Discutimos, então, sobre os possíveis motivos que levaram os agricultores familiares engajados no movimento da agricultura familiar a classificar melhor o trabalho desenvolvido no campo do que os agricultores convencionais: seria devido a um maior apoio do Governo e de outras entidades em prol da agricultura orgânica? Ou ainda, seria por conta do *boom* da difusão da agroecologia na região estudada?

Supomos que os fatores como incentivos por parte do Governo e de outras instituições, a difusão e a aquisição dos novos conhecimentos, o engajamento das gerações mais novas na agricultura familiar, todos esses fatores auxiliaram na melhoria do trabalho no campo, e também no reconhecimento e na aceitação por parte do agricultor de que o seu trabalho é responsável pela distribuição de renda no meio rural, por meio do comércio local sem altas pretensões, como no caso do *agrobusiness*. Além disso, o trabalho ocasiona a produção dos alimentos que

chegam diariamente às mesas dos brasileiros, como frutas, verduras, mel, e outros produtos reconhecidos em sua maioria como orgânicos, livres de agrotóxicos e de outras substâncias prejudiciais à saúde (Santos, 2007).

Quadro 7.6.2 Perspectivas de melhoria no trabalho com a agricultura familiar

- Mudança da forma de pensamento do agricultor convencional
 - Produção orgânica
 - Trabalho de forma “ecológica”
- Aumento dos conhecimentos sobre as práticas agroecológicas
 - Ampliação do trabalho agroecológico no Maciço de Baturité
- Facilitação das linhas de crédito para o agricultor, inclusive do PRONAF
 - Comercialização dos produtos sem a presença do “atravessador”
 - Acompanhamento técnico junto aos agricultores
 - Estrutura de irrigação no terreno
 - Aumento na produção
- Melhoria das plantações já existentes, como o cajueiro anão precoce
 - Plantação de árvores frutíferas, visando a exportação de frutas
 - Alimentação saudável

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Ressaltamos que as melhorias na vida das famílias dos agricultores apresentadas no quadro acima seguem a ordem de frequência em aparecem nas respostas dos entrevistados, sendo a primeira delas a mais citada e a última, a que apareceu apenas em uma resposta, e as outras foram repetidas em algumas respostas.

Observamos a predominância entre os entrevistados de um pensamento voltado para agroecologia, haja vista o interesse deles em investir na produção dos produtos orgânicos, trabalhar de forma “ecológica”, aumentar os conhecimentos sobre as práticas agroecológicas, e ampliar o trabalho agroecológico no Maciço de Baturité. Esses entrevistados almejam trabalhar no sentido de implantar ou

incrementar, no caso dos que já desenvolvem a produção orgânica, as noções da agroecologia não somente em suas plantações, mas também em toda a região do Maciço.

Essa tarefa, contudo, pode ser cheia de desafios, pois mudar a forma de pensamento do agricultor convencional para que ele trabalhe com a agricultura orgânica vai requerer tempo, disponibilidade e principalmente cuidados para que, na ânsia de implantação da nova forma de pensamento da agricultura ecológica, eles não esqueçam ou menosprezem a cultura mais antiga que predomina em toda região sobre as práticas agrícolas.

As noções da grande maioria dos agricultores locais em relação ao trabalho no campo são transmitidas de geração a geração, como a plantação voltada para a subsistência, a produção de grãos, o uso das práticas tradicionais de cuidados e manutenção do solo. Os mais tradicionais relatam, inclusive, que a agricultura ecológica é “uma perda de tempo”.

Entre as perspectivas assinaladas no quadro está ainda a vontade de alcançar o mercado consumidor tipo exportação; para que isto seja concretizado, os agricultores almejam os preparos como o aumento da produção, a melhoria das plantações já existentes, a plantação das árvores frutíferas visando à exportação de frutas, o acompanhamento técnico, o sistema de irrigação adequado, os incentivos do Governo, como a facilitação das cartas de crédito – inclusive o PRONAF.

7.7. Bem-estar e Mal-estar

Quadro 7.7.1 Classificação da melhora de vida das famílias agricultoras nos últimos cinco anos

FAMÍLIAS	CLASSIFICAÇÃO DA MELHORA DE VIDA DOS ENTREVISTADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS
F01	Melhorou muito
F02	Melhorou muito
F03	Melhorou
F04	Melhorou pouco
F05	Melhorou muito
F06	Melhorou pouco
F07	Melhorou muito
F08	Melhorou muito
F09	Melhorou
F10	Melhorou pouco
F11	Não melhorou
F12	Melhorou pouco
F13	Melhorou pouco
F14	Melhorou pouco
F15	Melhorou muito

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Optamos por estudarmos os “últimos cinco anos” de vida acreditando ser um espaço de tempo mais fácil de ser lembrado com clareza de detalhes das melhorias ocorridas na vida dos entrevistados nos âmbitos pessoal, profissional e familiar, conforme explicação da pergunta 47 do questionário aplicado (em anexo).

Apenas um entrevistado (F11) alegou que a sua vida “não melhorou” nesse espaço de tempo, alegando que “as coisas continuam do mesmo jeito sempre”, mostrando uma certa conformação em relação à vida, ao trabalho e à família, se comparada às respostas das demais pessoas, inclusive as da própria entrevistada em outras ocasiões. Cinco entrevistados (F04, F06, F10, F12, F13 e F14) responderam que a vida “melhorou pouco”. Um deles (F04) revelou: “depois dos estudos, ficou um pouco melhor porque eu adquiri mais conhecimentos”, referindo-

se aos estudos do ensino médio e ao curso de multiplicadores em agroecologia, do qual participou.

Dois entrevistados (F03 e F09) responderam que a vida nos últimos cinco anos “melhorou”, e um deles (F03) justificou que “depois do bolsa-família melhorou”. Como explicitamos anteriormente, no quadro 7.1.3, referente aos dados sócio-demográficos e familiares, os benefícios do Governo, entre eles o citado bolsa-família, foram significativos na vida dos agricultores que os receberam, pois com eles a renda familiar aumentou, permitindo ao beneficiado adquirir bens de consumo dos quais não tinha acesso, como no caso desse entrevistado, que adquiriu geladeira, som, televisão e aparelho de DVD após o acréscimo do benefício, como foi observado na coleta de dados.

Seis entrevistados (F01, F02, F05, F07, F08 e F15) revelaram que a vida “melhorou muito”, e alguns revelaram os motivos das melhoras: “devido à associação produtora do caju, que agora gera renda” (F05), “por causa dos conhecimentos e da situação financeira” (F02), e, ainda, “depois que eu conheci a agricultura ecológica e comecei a trabalhar nela com meus patrões (F01)”.

Quadro 7.7.2 Grau de satisfação do trabalho com a agricultura familiar

FAMÍLIAS	A SATISFAÇÃO DO TRABALHO COM A AGRICULTURA FAMILIAR
F01	Muito satisfeito
F02	Muito satisfeito
F03	Satisfeito
F04	Pouco satisfeito
F05	Satisfeito
F06	Satisfeito
F07	Satisfeito demais
F08	Muito satisfeito
F09	Satisfeito demais
F10	Muito satisfeito
F11	Satisfeito
F12	Satisfeito
F13	Satisfeito
F14	Satisfeito
F15	Satisfeito

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Para discutirmos as respostas dos entrevistados sobre o seu grau de satisfação diante do trabalho recorreremos a dois resultados anteriores: o do “quadro 8.6.1 Classificação dos entrevistados em relação ao seu trabalho na agricultura familiar”, e o do “quadro 7.7.1 Classificação de melhora de vida das famílias agricultoras nos últimos cinco anos”. Optamos por confrontar os dados dos dois quadros, os quais acreditamos se completarem e possibilitarem uma visualização de cada família em relação ao trabalho e à vida na perspectiva da agricultura.

Observamos no contexto estudado, que as fronteiras entre o campo e a casa se misturam, o quintal serve de espaço para a plantação, o lazer é descascar espiga de milho e toda a família se dedica à prática agrícola, independentemente do tempo disponibilizado por cada um para o trabalho e do grau de satisfação de cada membro. Portanto, a classificação do trabalho, da melhora da vida e do grau de satisfação diante do trabalho estão interligados, se partimos do pressuposto de que a agricultura une e que dessa união surge, além do sustento, a dinâmica familiar.



Figura 7. As fronteiras da casa se confundem com o espaço de trabalho. Ocara/CE. Acervo pessoal de Andréa Alexandre Vidal, agosto/07.

O entrevistado da F01, apesar de ter atribuído pouco sucesso ao trabalho com a agricultura familiar, achou que a vida da família melhorou muito nos últimos cinco anos, e eles estão muito satisfeitos com o seu trabalho. Para a F02, o trabalho da família voltado para a agricultura é de muito sucesso. A vida, no limite de tempo estipulado na pergunta, melhorou muito, e eles se sentem muito satisfeitos com o que fazem.

A F03 atribuiu pouco sucesso ao trabalho na agricultura. Contudo, a vida da família melhorou nos últimos cinco anos e eles se sentem satisfeitos com o trabalho desenvolvido no campo. A F04 demonstrou certa estabilidade nas repostas. O trabalho com agricultura desenvolvido pelos familiares é de pouco sucesso, a vida melhorou pouco nos últimos anos e eles se sentem pouco satisfeitos com o trabalho desempenhado.

O entrevistado da F05 informou que o trabalho na agricultura familiar é de médio sucesso. A vida melhorou muito e eles estão satisfeitos com a atividade

exercida. A família F06 revelou que o trabalho com agricultura é de pouco sucesso, a vida nos últimos cinco anos melhorou pouco, estando a família, porém, satisfeita com o trabalho.

Tanto a F07 quanto a F08 classificaram o trabalho no campo como de muito sucesso. A vida delas melhorou muito e ambas estão satisfeitas demais com o trabalho na agricultura. Ressaltamos que essas duas famílias moram na mesma localidade, são vizinhas, e trabalham em regime de cooperação com outras famílias de agricultores familiares que lidam com agricultura ecológica há mais de cinco anos, obtendo êxito no trabalho e forte apoio do Governo para a manutenção e a comercialização dos produtos cultivados. Acreditamos que a igualdade das respostas de ambas derive em parte dessas similitudes.

Não podemos afirmar, porém, que todas as famílias que residem na localidade e que participam da cooperativa tenham sempre a mesma perspectiva nas repostas. O exemplo é a F06, com respostas distintas, apesar de viver e compartilhar o trabalho com a F07 e a F08.

O entrevistado da F09 revelou que seu trabalho na agricultura é de muito sucesso, sua vida melhorou muito nos últimos cinco anos e ele está satisfeito demais com a tarefa que realiza. Esse foi um dos entrevistados mais otimistas e conscientes deste estudo, no sentido de que pratica a agricultura ecológica em sua propriedade e sabe ao certo das possibilidades ofertadas por essa prática, desde as questões ligadas especificamente ao campo até as noções mais subjetivas ligadas à sustentabilidade.

Podemos, inclusive, afirmar que o entrevistado adotou a postura agroecológica a partir de algumas situações relatadas: o momento em que se

dedicou a ter uma vida mais saudável – a começar pelo tratamento do alcoolismo –, a buscar por uma alimentação balanceada e pela vontade de contribuir com os agricultores da região, difundindo as noções da agricultura ecológica ao assumir um cargo numa associação produtora do local, que trabalha em prol dos direitos dos trabalhadores rurais, tornando-se um multiplicador em agroecologia pelo Projeto AFAM.

A F10 respondeu que o trabalho com a agricultura é de médio sucesso, a vida da família melhorou pouco, mas todos estão muito satisfeitos com o trabalho que desenvolvem. A F11 classificou o trabalho como de médio sucesso, a vida da família não melhorou nos últimos cinco anos e declarou que, apesar disso, sentem satisfação em trabalhar com agricultura. Essa foi a única entrevistada que não revelou melhora na vida da família no tempo estipulado pelo questionário.

O entrevistado da F12 apontou o médio sucesso na agricultura, a vida melhorou pouco e ele se sente satisfeito com o que faz. A F13 classificou o trabalho desenvolvido na agricultura como de médio sucesso, afirmou que a vida melhorou pouco, porém se sentem satisfeitos com o trabalho feito. A F14 revelou pouco sucesso com o trabalho agrícola desempenhado pelos familiares, que a vida melhorou pouco nos últimos cinco anos, e que todos se sentem satisfeitos com a agricultura. A F15 marcou pouco sucesso, muita melhora de vida, e satisfação com o trabalho.

As respostas dos entrevistados sobre o grau de satisfação demonstraram que independentemente do sucesso ou da melhora de vida nos últimos cinco anos, as famílias demonstram satisfação em desenvolver o trabalho agrícola, quer de forma convencional quer de modo ecológico. Oito (08) famílias se sentem satisfeitas;

quatro (04) se sentem muito satisfeitas; duas (02) se sentem satisfeitas demais. Apenas uma (01) família alegou se sentir pouco satisfeita.

Quadro 7.7.3 Melhorias na vida das famílias agricultoras nos últimos cinco anos

- Aspecto financeiro
 - Educação
- Aquisição dos conhecimentos agroecológicos
 - Qualidade dos produtos
 - Assentamentos
 - Alimentação

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Ressaltamos que as melhorias na vida das famílias dos agricultores apresentadas no quadro acima seguem a ordem de frequência em que aparecem nas respostas dos entrevistados, sendo a primeira delas a mais citada e a última a que apareceu apenas em uma resposta, e as outras, repetidas em algumas respostas.

A maioria dos entrevistados revelou que o aspecto financeiro melhorou. Acreditamos de acordo com o discutido no quadro 8.1.3, que os benefícios como o bolsa-família tenham auxiliado nesta melhoria do nível financeiro das famílias agraciadas.

A educação também fez parte das melhorias mais citadas. Hoje os filhos dos agricultores têm acesso a escolas, houve o aumento no número dos jovens que partiram para estudarem em outras cidades (F03). Salientamos que o entrevistado F15 já cursa – por meio da modalidade de ensino a distância – a faculdade de Letras, sendo o seu “grande sonho” terminá-la. Tal fato ilustra que os avanços

científicos e tecnológicos fazem parte do cotidiano do ambiente rural cearense, onde já é possível estudar em cursos superiores com o recurso da internet.

A aquisição dos conhecimentos agroecológicos também figurou na lista das melhorias, o que implica que a prática da agricultura ecológica familiar encontrou muitos adeptos na região, tendo influenciado inclusive na melhoria dos produtos cultivados a partir das técnicas aprendidas e empregadas nas plantações.

A questão dos assentamentos, que discorremos anteriormente no quadro 8.4.5 também foi citada enquanto melhoria, pois, de acordo com o relato da F09: “deu emprego para os meus filhos e também moradia pra eles”. A alimentação, um problema citado entre as dificuldades do trabalho no campo na época dos avós e dos pais, melhorou para os agricultores da geração atual.

Observamos que as melhorias citadas comprovam o desenvolvimento das famílias em relação a alguns problemas relatados nas gerações anteriores, fato revelador de que na atualidade muitos problemas foram sanados ou minimizados, apesar de ainda persistirem outros, como a educação, o setor financeiro, os conhecimentos agrícolas, a alimentação, e até mesmo a questão agrária.

Quadro 7.7.4 Planos dos entrevistados para o futuro

- Trabalho com agricultura ecológica
 - Vida sustentável no campo
- Trabalho e renda para o sustento da família
 - Melhorias nas organizações produtoras
 - Compra de equipamentos
- Abertura de um comércio (LAN House internet e locadora)
 - Término de construção de casa
 - Compra de transporte
 - Criação de animais
 - Cursar uma faculdade

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

Observando o quadro acima, deparamos com uma situação de ambigüidade que gira em torno do trabalho no campo na atualidade, encontrada tanto na literatura científica acerca do tema quanto no ambiente e nas famílias deste estudo: as novas formas de vida e de trabalho no ambiente rural. Alguns dos planos dos entrevistados para o futuro nos remeteram ao tema das ruralidades destacado por Brandenburg (2003), quando ele cita que atualmente o ambiente rural é conceituado como sendo o “espaço das novas sociabilidades que articulam redes envolvendo atividades de reconversão ecológica ou ambiental” (p. 07).

Apontamos, ainda, de acordo com o material discutido e analisado até o momento, que a geração atual de agricultores familiares habita não apenas num único ambiente rural, mas em vários ambientes rurais, os quais necessitam de novas formas de trabalho e de novos conceitos que permitam uma visão de mundo que alcance além das plantações convencionais. Desse modo, percebemos que existe, no ambiente estudado, espaço para a “reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo de vida rural articulado com os valores urbanos” (Brandenburg, 2003, p. 07).

Apesar de os agricultores apontarem em suas respostas, discutidas neste estudo como melhorias no trabalho com a agricultura através das gerações a aquisição dos conhecimentos sobre práticas agroecológicas, a satisfação de trabalharem com agricultura, a vontade de incrementarem ainda mais suas plantações visando à melhoria de trabalho e de vida, eles estão buscando novas formas de ocupação no ambiente em que habitam, quer estejam ligadas diretamente à agricultura familiar ou não.

Respostas como “colocar um comércio de LAN House e locadora” ou ainda “cursar uma faculdade”, suscitam a chegada de um pensamento urbano no contexto

eminentemente rural, e esses objetivos são oriundos de pessoas que trabalham com a agricultura familiar e estão estabilizadas em suas ocupações agrícolas, mas mesmo assim, demonstram interesses que nos remetem à idéia de progresso, de transformações científicas e tecnológicas.

Ressaltamos que os entrevistados citam, inclusive, os cursos que desejam fazer: Biologia (F02), Agronomia (F09 e F13) e Educação Física (F05), confirmando que a formação por meio dos estudos promove a possibilidade de ocupações qualificadas em outras profissões. No caso das faculdades ligadas aos estudos ambientais, como as citadas pelos entrevistados – Biologia e Agronomia – elas garantem uma ocupação que retira o indivíduo da mão-de-obra do campo e o coloca apto para desenvolver um trabalho técnico e científico, diferenciando este membro familiar dos demais em relação às práticas agrícolas, ofertando-lhe, um *status* maior do que o de agricultor, que trabalha “pesado”, conforme eles mesmos classificam.

Outro exemplo de modernização no campo é, por exemplo, os planos da entrevistada da F10 que almeja comprar gado visando à produção de iogurte. Recorremos novamente ao pensamento de Brandenburg (2003) para discorrer sobre o exemplo da entrevistada, quando esse autor cita que o campo é um espaço aberto para a industrialização e a urbanização a partir do momento que a produção agrícola passou a ser realizada também em ambientes construídos pelo homem, como as estufas, as granjas, as fábricas produtoras de leite e seus derivados.

Ainda na esfera da modernização do ambiente rural, os entrevistados planejam melhorar a produção, visando ao aumento e à qualidade dos produtos. Observamos que entre os agricultores familiares estudados, existe uma crença de que a agroecologia mudará a vida dos que aderirem a ela, pois ofertará, entre outras coisas, a possibilidade de cultivar produtos orgânicos e saudáveis, que o mercado

consumidor tem exigido sobremaneira ultimamente. Além disso, o Governo está facilitando – para os agricultores que aderirem à agricultura ecológica – a aquisição de cartas de créditos, acesso ao PRONAF, além de acompanhamento técnico especializado. Não sabemos confirmar a veracidade dessas informações obtidas a partir dos entrevistados. Contudo, elas fazem com que os agricultores planejem num futuro próximo trabalhar com a agricultura ecológica, melhorar as organizações produtoras e comprar equipamentos.

Outros planos de caráter mais pessoal e familiar foram citados pelos entrevistados, como, por exemplo: ter trabalho e renda para o sustento da família, terminar a construção da casa, comprar transporte para a produção e para a família e criar animais, principalmente para consumo próprio.

Quadro 7.7.5 Expectativas quanto aos filhos trabalharem com a agricultura familiar

FAMÍLIAS	EXPECTATIVAS QUANTO AOS FILHOS TRABALHAREM COM A AGRICULTURA FAMILIAR
F01	Não
F02	Sim
F03	Não
F04	Não
F05	Não
F06	Não sabe
F07	Não sabe
F08	Não sabe
F09	Não
F10	Sim
F11	Não
F12	Não
F13	Sim
F14	Não
F15	Não

Fonte: coleta de dados realizada em alguns municípios da região do Maciço de Baturité/CE, em junho, agosto e setembro de 2007, para a realização desta Dissertação.

De acordo com as respostas, nove (09) entrevistados responderam que não querem que seus filhos trabalhem com agricultura; três (03) entrevistados querem

que seus filhos trabalhem com agricultura e três (03) entrevistados revelaram que não sabem se seus filhos irão trabalhar na agricultura.

F01 explicou que os filhos não vão trabalhar com agricultura porque “em cada época mudam as tradições, e a tradição da agricultura mudou”. Essa resposta ilustra bem a mudança de pensamento e pontos de vista em torno do trabalho agrícola através das gerações familiares. O entrevistado, um rapaz ainda jovem, já sabe que os seus filhos podem ter outra visão para a agricultura, assim como ele mesmo distingue a forma convencional com que seu pai trabalha da forma ecológica com que ele trabalha com seus patrões. ■

F02 explicou que os seus filhos admiram o trabalho desenvolvido pela família na agricultura ecológica, portanto ela deseja que eles continuem desempenhando as atividades que realizam no momento. O entrevistado da F03 revelou que são os seus filhos que não querem trabalhar como ele, recordando inclusive que o filho mais velho já avisou que “se for para viver com agricultura, ele disse que prefere é morrer”. Portanto, ele não quer que os herdeiros trabalhem com o que não lhes agrada.

F04 informou que ele não quer que seus filhos passem pelo que ele passou no trabalho no campo. Alegando sobre o que ele passou, o entrevistado respondeu que o dinheiro recebido pelo pai por conta do trabalho na roça não dava para sustentar a família adequadamente. Havia pouca comida, nenhum lazer e os estudos foram precários. F05 também respondeu negativamente, porque “as pessoas mais novas não ligam mais para a agricultura, preferem outros empregos”, evidenciando o que, a essa altura do estudo, já sabemos: as pessoas mais jovens buscam outras ocupações diferentes da lida no campo.

Os entrevistados da F06, da F07 e da F08, responderam que não sabem se os filhos trabalharão na agricultura, assim como seus pais. O da F06 alegou que os filhos gostam do trabalho, portanto acreditam que eles vão imitá-lo, mas não têm certeza. A entrevistada da F07 explicou que seus filhos se interessam pela agricultura ecológica, mas não sabe se eles irão querer trabalhar com ela. O entrevistado da F08 disse não saber ainda, até porque não tem filhos, mas pretende tê-los, educando-os para que sejam agricultores; informa que são eles é quem vão escolher.

F09 afirmou que se for para os filhos trabalharem da forma tradicional, ele não quer. Alegou que deseja que eles trabalhem somente se tiverem conhecimentos de agricultura ecológica, como ele tem. F10 declarou que os filhos já trabalham com agricultura, até mesmo porque não tem outras condições de emprego.

F11 alegou que trabalha pensando no futuro do sobrinho, para ele não ser um agricultor. F12 disse que seus filhos têm mais possibilidade de ter uma carreira sem ser na agricultura, portanto respondeu negativamente. F13 alegou que até gostaria que o filho trabalhasse com agricultura, mas como um técnico-agrícola e não na mão-de-obra, “com a enxada na mão”.

F14 disse que a agricultura não tem mais os resultados de antigamente, portanto não gostaria que seus filhos trabalhassem com essa prática. Nesse caso, os filhos da entrevistada são adultos e inclusive já constituíram famílias. Apenas um deles trabalha com agricultura, os demais têm outras ocupações. O entrevistado da F15 acredita que seus filhos não vão trabalhar com agricultura porque acha que não vai ter mais terra para que os filhos trabalhem nela. Perguntado sobre a hipótese de não haver mais terra para o trabalho dos filhos, o entrevistado disse que se referia ao terreno de seus pais, pois atualmente somente o pai trabalhava com

agricultura. Portanto, não haveria herdeiros e tampouco terra para eles cuidarem dela.

Percebemos que as expectativas não são favoráveis para o trabalho com agricultura. Antes mesmo de os filhos decidirem se vão ou não continuar trabalhando na agricultura, são os pais que alertam para a não continuidade de uma ocupação que passa por gerações familiares, e que corre o risco de enfraquecer ou até mesmo acabar nas próximas gerações familiares. Esse resultado assemelha-se aos resultados de uma pesquisa realizada por Silvestri et al (2001) na região sul do País, sobre a sucessão familiar na agricultura, a qual alerta que a prática da agricultura familiar está fadada a não deixar herdeiros, pois os filhos estão buscando outras ocupações, até mesmo em outros locais.

Acreditamos que a situação entre as famílias estudadas é mais crítica do que a percebida por Silvestri, pois os entrevistados opinam e desejam que seus filhos deixem de trabalhar no campo antes mesmo que os herdeiros respondam se querem ou não continuar o trabalho de gerações familiares, por motivos que vão desde a justificativa de que o trabalho é muito pesado, por não dar um retorno favorável, até a alegativa de que falta terra para os filhos.

7.8 Genogramas Familiares Transgeracionais

Bucher (1999) define o genograma como sendo um mapeamento das relações familiares tanto na perspectiva intergeracional quanto na perspectiva da família nuclear atual, constituída de pais e filhos, podendo ser compreendido como sendo a árvore genealógica da família estudada. O genograma permite uma visão

do quadro trigeracional da família e de seu movimento através do ciclo de vida, que pode ser elucidado pelo genograma, que mostra a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos da família.

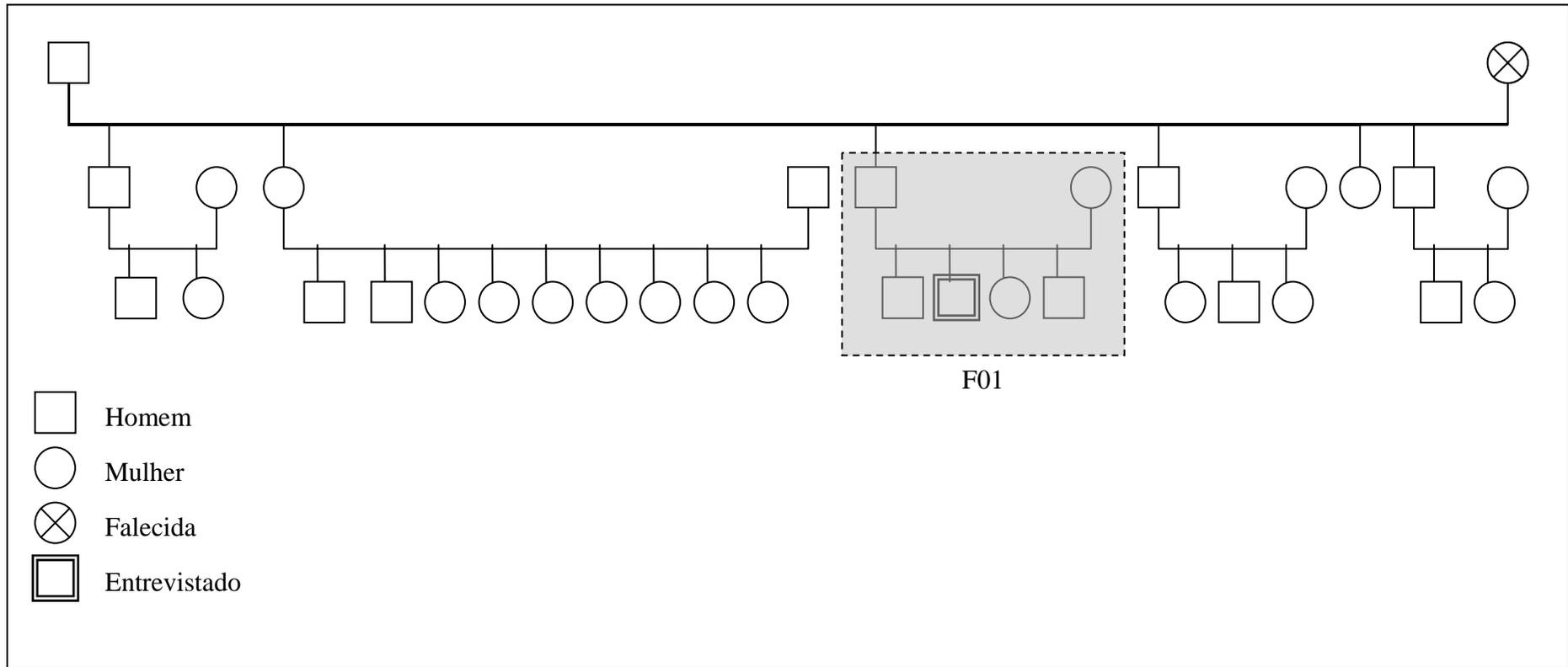
Os genogramas familiares transgeracionais das quinze (15) famílias estudadas foram confeccionados a partir das informações cedidas pelos entrevistados. Alguns tiveram facilidade em lembrar os parentes, até mesmo dos mais distantes. Outros, porém, apresentaram dificuldade em recordar os nomes, as idades e o sexo de alguns familiares. Por intermédio do resgate de lembranças, fatos, histórias familiares, eles iam pouco a pouco se recordando de parentes que nem sequer estavam mais entre eles: haviam partido ou tinham falecido.

A maioria dos entrevistados não soube informar o número exato de filhos, sobrinhos, devido ao grande número de pessoas numa mesma família. As famílias estudadas são extensas, principalmente as gerações anteriores.

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, seguidas também por um tempo mínimo e por condições ambientais insatisfatórias para a coleta de informações mais ricas e precisas sobre as famílias, conseguimos confeccionar os genogramas, apresentados a seguir.

7.8.1 Genograma Familiar Transgeracional da F01

Genograma Familiar F01

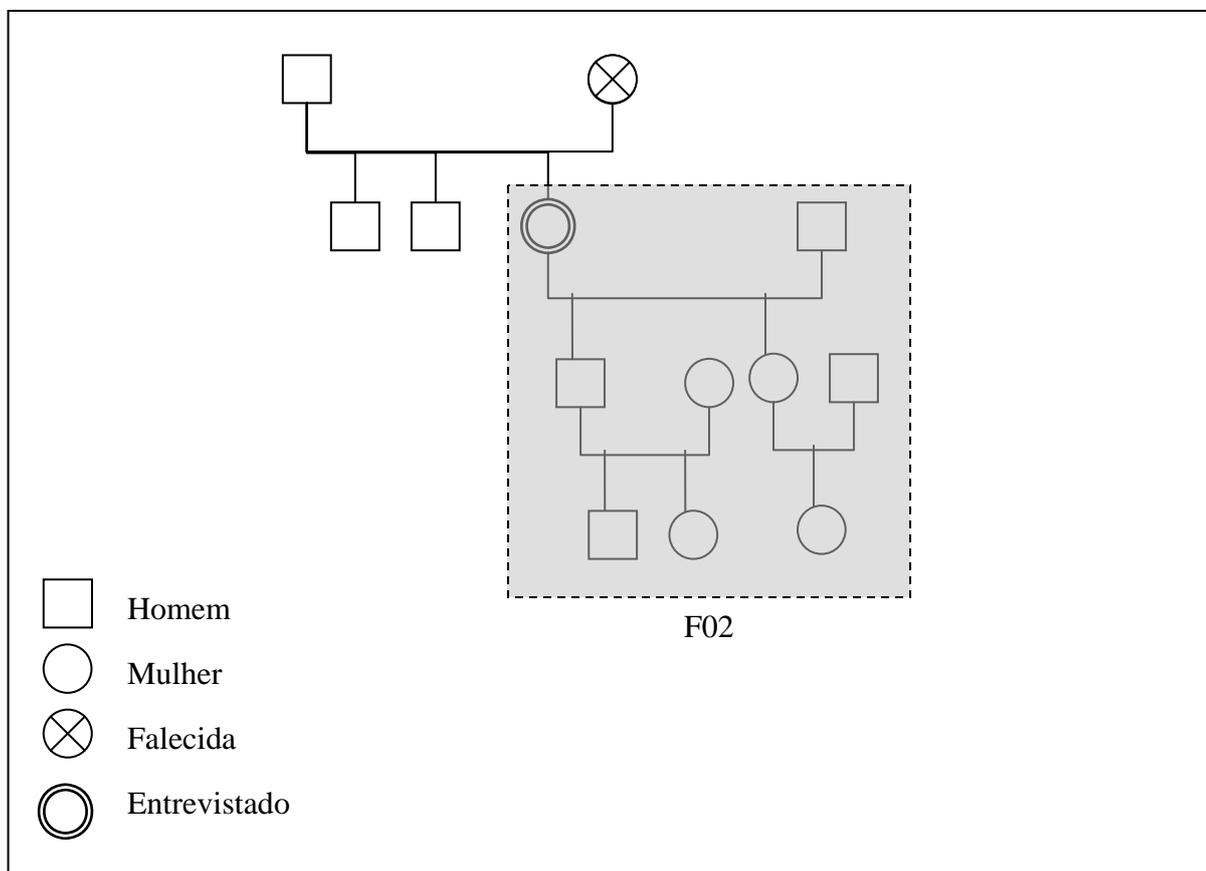


Ao nos fornecer as informações sobre sua família, o entrevistado não soube especificar a quantidade exata de tios e primos, devido ao grande número de pessoas, principalmente na segunda geração familiar. O entrevistado pensava e contava timidamente nos seus dedos a quantidade de tios e primos, sem saber informar a idade e o nome da maioria dos parentes, às vezes titubeando até mesmo ao definir o sexo de cada um deles. A dificuldade para o estabelecimento da quantidade de parentes era visível, e tal fato foi percebido em todas as famílias estudadas, talvez devido à grande quantidade de pessoas, principalmente nas gerações familiares mais antigas.

O genograma familiar transgeracional da F01 retratou a constituição familiar do pai do entrevistado. Conforme observamos, o entrevistado faz parte da terceira geração familiar paterna. Ele é o segundo filho de um casal, e tem mais dois irmãos e uma irmã. De acordo com o entrevistado, apenas seus avós e o seu pai são agricultores. Seus tios têm outras ocupações, como o comércio. Sobre a família materna, F01 informou apenas que todos os tios são agricultores, mas os primos trabalham no comércio local.

Na F01 propriamente dita, somente o entrevistado e seus pais trabalham na agricultura. O irmão mais velho trabalha numa indústria local e os outros estudam. O entrevistado não trabalha mais com seu pai, um agricultor convencional que trabalha num terreno arrendado. Ele trabalha com uma família de agricultores ecológicos, além de auxiliar sua “patroa” na direção de uma organização produtora da região.

7.8.2 Genograma Familiar Transgeracional da F02

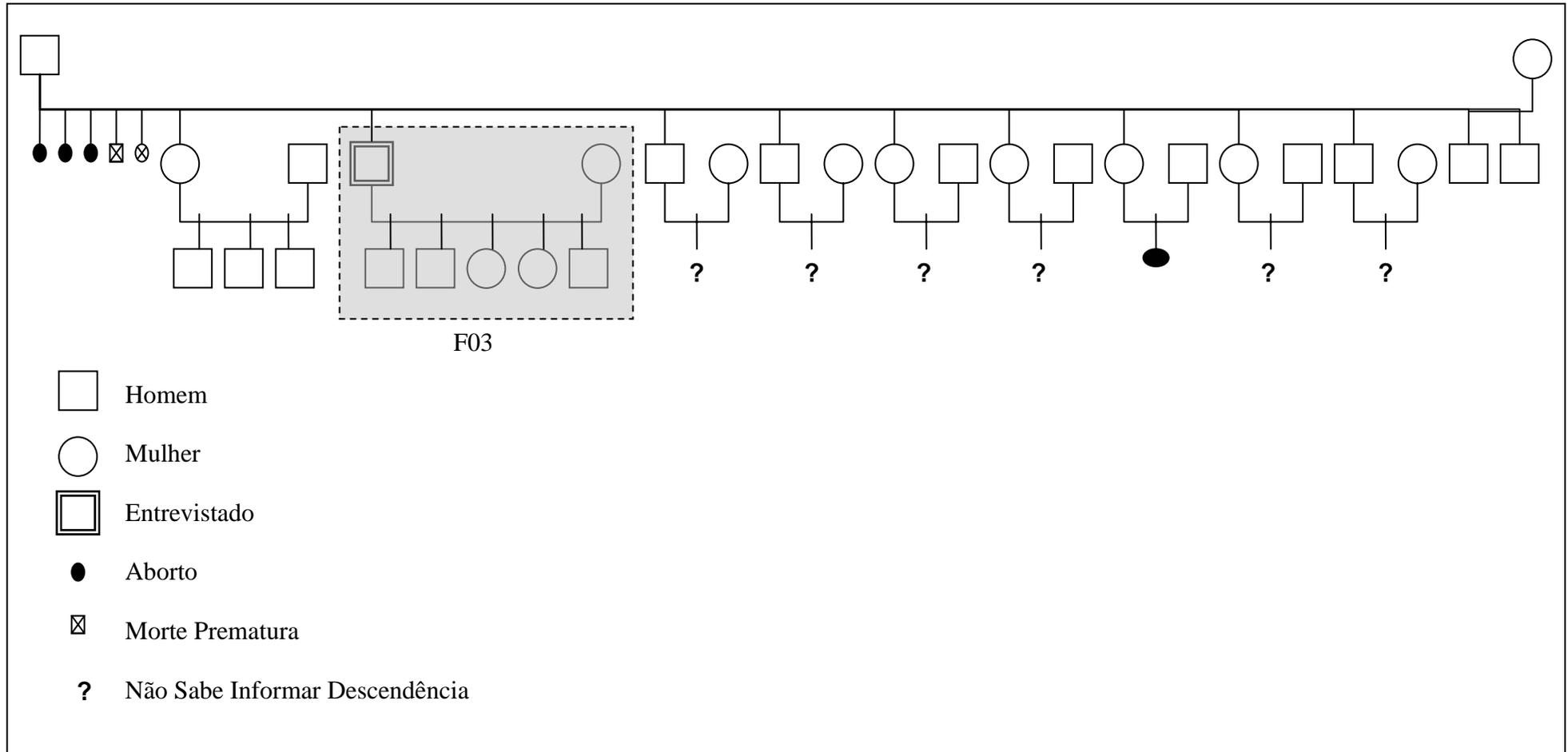


Destacamos que o genograma familiar transgeracional da F02 é um dos mais simples dentre os genogramas que constam neste estudo, por conta da pequena quantidade de parentes informada pela entrevistada. Ela nos forneceu informações úteis para elaborarmos o genograma somente a partir do casamento de seus pais.

A F02 é uma típica família que trabalha com agricultura, através das gerações familiares. A entrevistada é a terceira filha de um casal e é órfã de mãe (não sabemos informar o motivo nem a época do falecimento). Casou, teve um filho e uma filha, ambos casados. A F02 já se encontra na terceira geração familiar, constituída pelos netos da entrevistada.

A entrevistada, seu marido e filhos são agricultores ecológicos, diferentemente do restante de sua família, todos eles agricultores convencionais. Além de trabalhar no campo, é professora numa escola municipal, técnica agrícola, e multiplicadora em agroecologia pelo projeto AFAM.

7.8.3 Genograma Familiar Transgeracional da F03



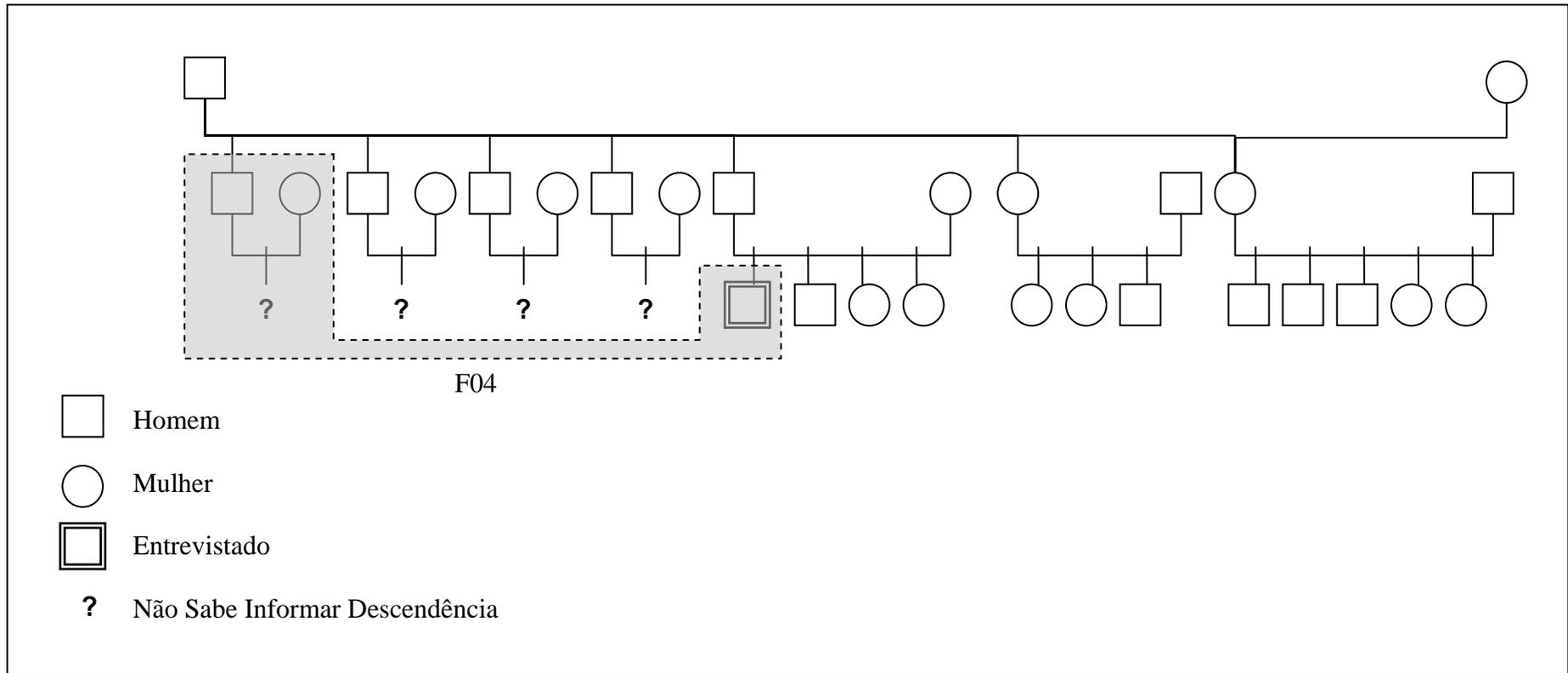
Observamos que as gerações familiares mais antigas da entrevistada da F03, que pertence à geração atual, se assemelham às demais famílias deste estudo. O entrevistado sentiu enorme dificuldade ao fornecer os dados, contando com o auxílio de sua mulher para esta tarefa, esposa muito solícita e com a memória mais clara do que a do marido. Contudo, percebemos que, apesar dos esforços, ambos se sentiram bem ao lembrar os parentes, pois o entrevistado relatou: “fazia era tempo que eu não contava e não falava o nome de todos os meus irmãos”.

O entrevistado forneceu dados para a construção do genograma a partir do casamento dos seus pais, ainda vivos. Tem 12 irmãos, todos vivos, dos quais apenas os 02 mais novos estão solteiros. A mãe abortou espontaneamente os três primeiros filhos, e outros dois morreram ainda crianças. O entrevistado não soube dizer o motivo dos abortos e das mortes, alegando: “faz muito tempo que todo esse povo morreu”. Ele também não se recordou da quantidade e tampouco do sexo dos seus sobrinhos, apenas sabia que os irmãos casados tinham muitos filhos. O único sobrinho de que ele se recorda é de um que faleceu e, mesmo assim, não sabe a causa da morte.

F03 é uma família pequena, comparada à família de origem do entrevistado. Ele e sua mulher tiveram 03 filhos e 02 filhas. O primeiro filho do casal não pretende trabalhar com agricultura, como o restante dos parentes. Embora esse filho tenha feito um curso sobre agroecologia e possuir ao lado da casa um “quintal orgânico”, ele costuma dizer que prefere “morrer do que ser agricultor”.

A mulher do entrevistado se reveza entre os afazeres domésticos e a plantação convencional de milho, mandioca, feijão, arroz, entre outras culturas, que a família mantém num terreno próximo à residência. As filhas não trabalham na agricultura, e uma delas inclusive estuda em Fortaleza. Os demais filhos estudam. Apenas 01 dos 05 filhos auxilia o pai na plantação. Ao contrário do irmão mais velho, ele deseja seguir os passos do pai no trabalho agrícola, conseguindo arrancar um enorme sorriso do entrevistado, quando avisou: “esse aí é igual a mim, quer trabalhar na roça”.

7.8.4 Genograma Familiar Transgeracional da F04



O genograma da F04 foi elaborado a partir das informações fornecidas pelo entrevistado sobre os familiares paternos. Assim como a grande maioria dos casos estudados, o entrevistado não soube informar o número de filhos de seus tios paternos.

O entrevistado, apesar do esforço, não conseguiu recordar os nomes nem a data de nascimento dos tios e primos. Também não soube informar sobre os tios que foram embora, sobre suas profissões, sabendo apenas que não eram agricultores, como o restante dos parentes. A única família que ele citou sem titubear foi a sua família de origem, formada por seus pais agricultores, um irmão e duas irmãs mais novas, sendo ele o primogênito.

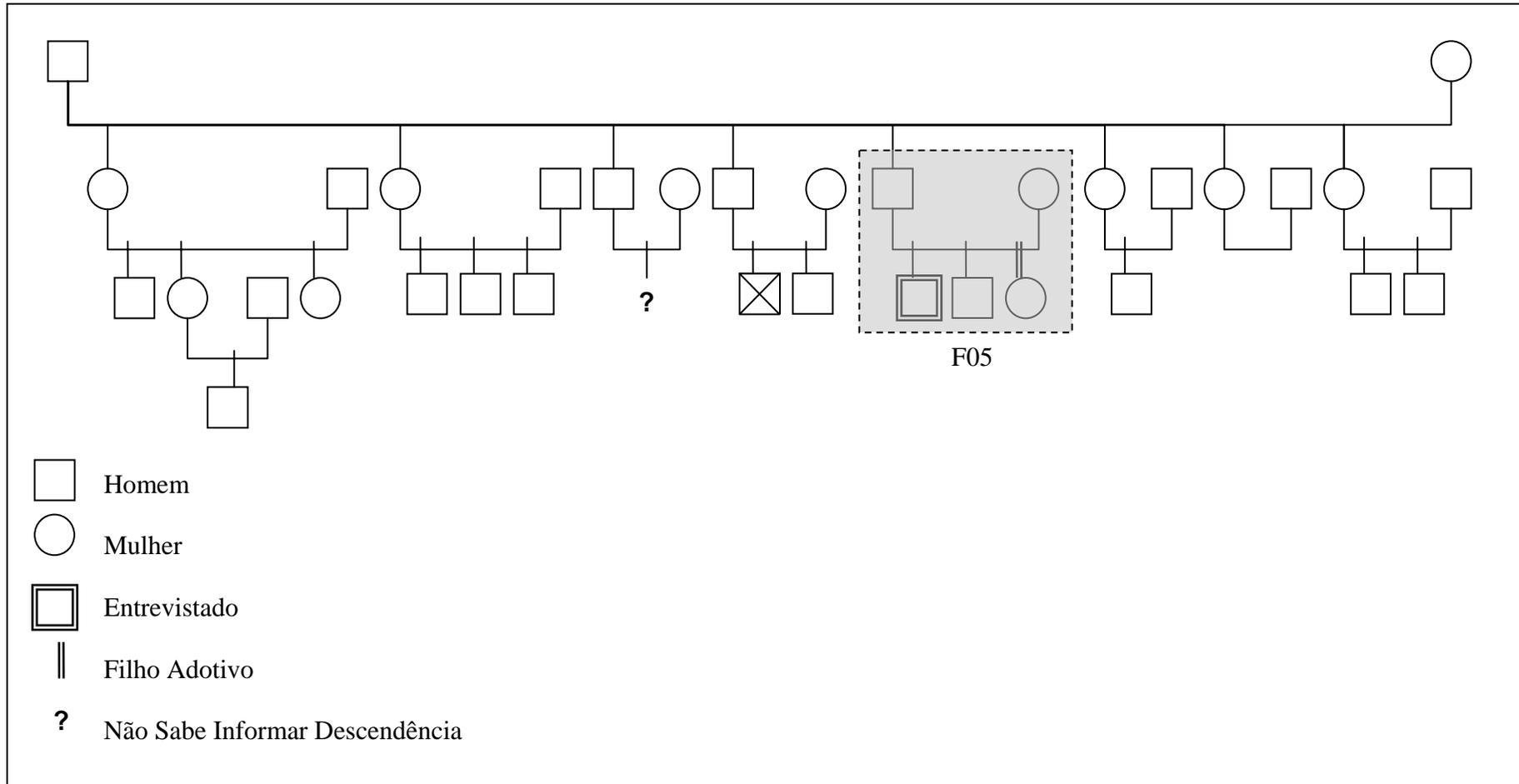
Atualmente, o entrevistado mora com um casal de tios paternos, característica de um rearranjo familiar. Citou como é a sua família atual: “é eu e meus tios, pois eu moro com eles agora”. Esse tio é o primeiro irmão do pai do entrevistado, e por conta da idade avançada dele e da esposa, convidou o sobrinho para residir com eles, para lhes fazer companhia, auxiliá-los nas atividades domésticas, acompanhá-los nas idas à cidade e ao comércio, conforme relato. O entrevistado informou que embora o casal tenha muitos filhos, todos eram muito ocupados, não tendo tempo, portanto, para cuidar dos pais.

O entrevistado relatou que um de seus irmãos foi o primeiro a assumir a função de cuidador dos tios idosos, mas como o irmão conseguiu emprego deixou a função, que foi imediatamente assumida por ele.

Para o entrevistado, morar com os tios é bem diferente de residir com seus pais. Lá eles não assistem a novelas, pois o tio não gosta de ver cenas

mais íntimas, como beijos entre os atores. Não aprovam a ida do entrevistado para festas, pois o retorno para casa é muito tarde, atrapalhando, assim, o sono dos tios. Não permitem que o sobrinho fique assistindo à televisão ou conversando alto dentro de casa quando eles estão deitados. As regras impostas pelos tios são rígidas e distintas das exigidas na casa dos pais, onde o entrevistado se sentia mais à vontade. Para ele, viver com os tios é uma “obrigação familiar”, e não algo feito por vontade própria. Revelou, ainda, que às vezes transgride algumas regras, como a ida a festas, acarretando discussão entre os três, no dia seguinte.

7.8.5 Genograma Familiar Transgeracional da F05

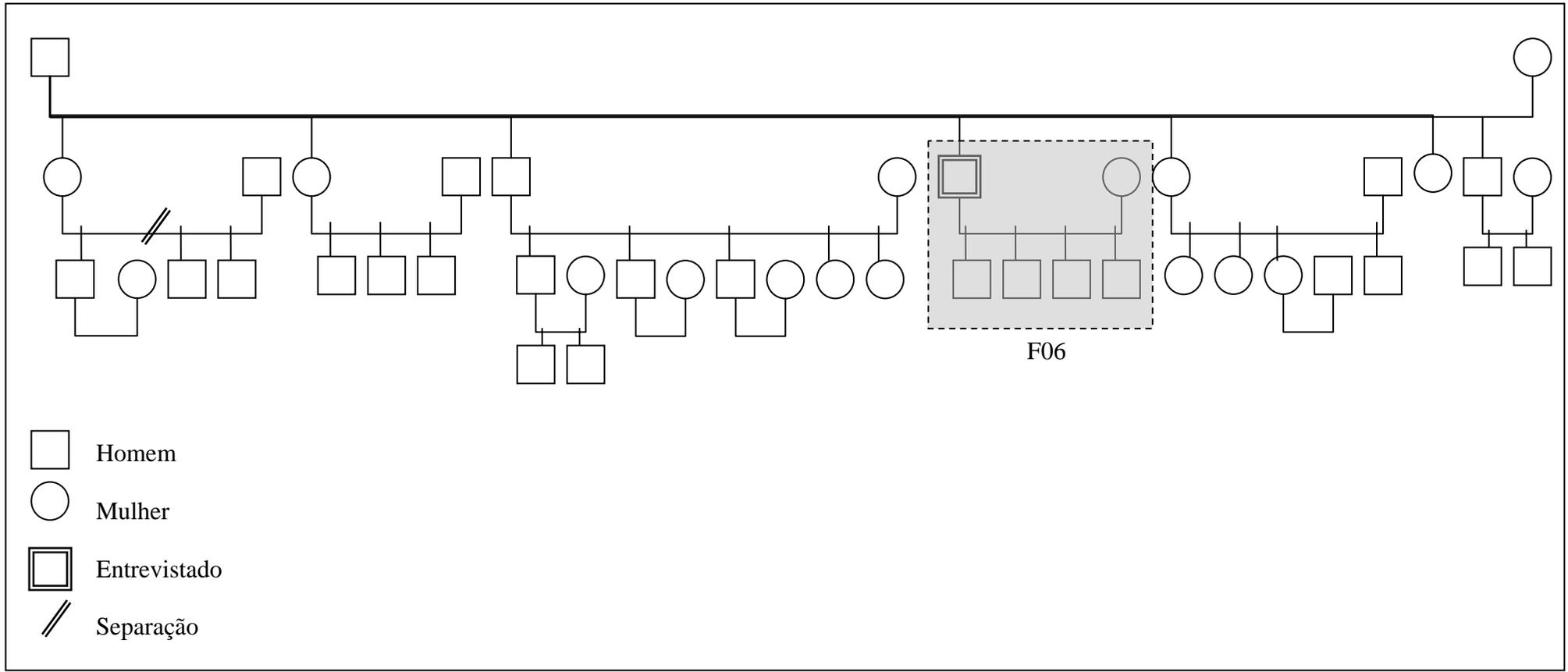


O entrevistado forneceu informações sobre a família de seu pai. Todas as gerações familiares do entrevistado trabalham com agricultura. Ele não soube fornecer dados precisos sobre todos os parentes, apesar de sua família ser pequena em relação às outras famílias estudadas e à família de sua mãe. Sobre a família materna, revelou que seu avô casou três vezes e teve aproximadamente 30 filhos dessas uniões.

O entrevistado é o primeiro filho de um casal de agricultores. Nasceu em Fortaleza, mas ainda bebê retornou para a terra natal, onde reside atualmente. Ele tem mais 01 irmão e 01 irmã adotiva. Tem “problemas de convulsão”, e as “crises” ocorrem quando ele fica muito nervoso e quando tem episódios de febre.

Nas informações sobre a família, o entrevistado contou o caso de um primo que faleceu recentemente. Ninguém sabe explicar a causa da morte. Ele sofria de “epilepsia” e por isso acreditam que ele sofreu um “ataque”, quando foi buscar água num açude próximo ao local onde morava. O entrevistado acredita que o primo “teve um ataque, escorregou e caiu, morrendo depois”.

7.8.6 Genograma Familiar Transgeracional da F06

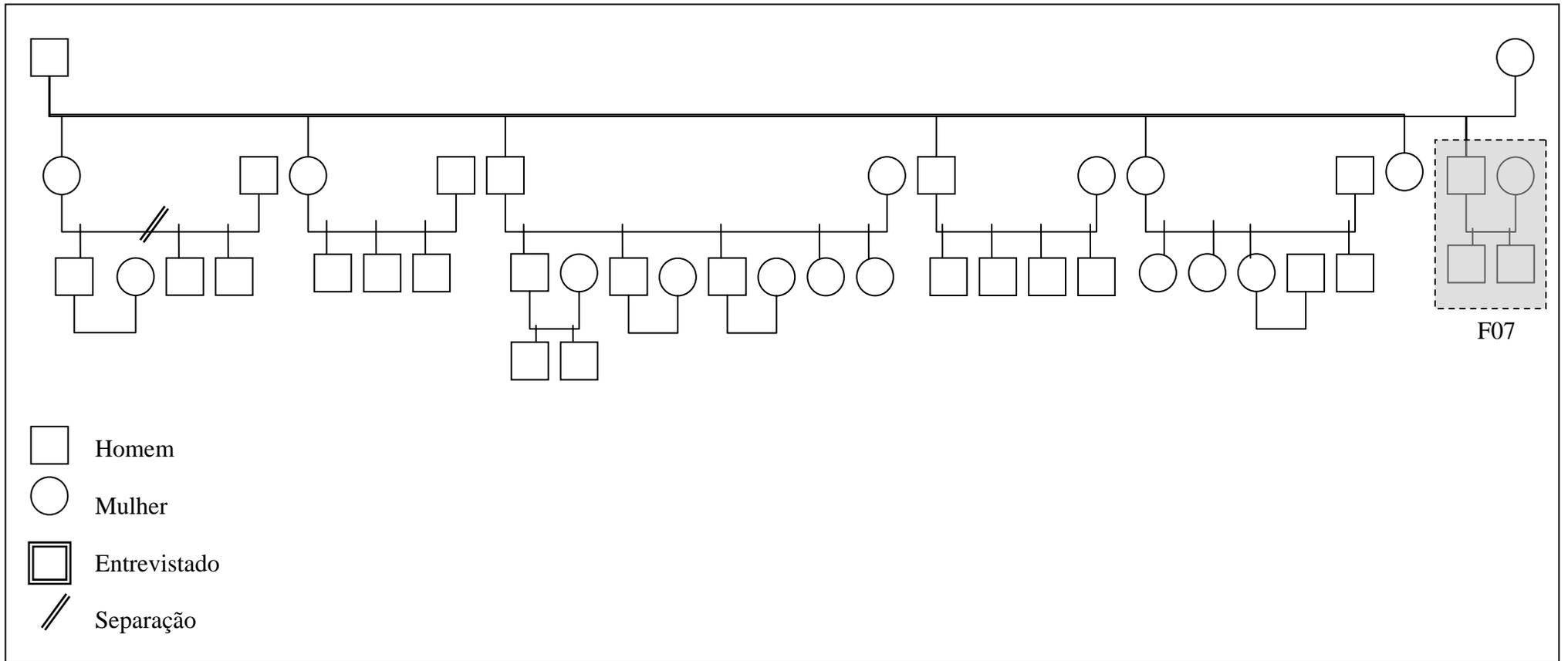


Os entrevistados da família F06 e da F07 são irmãos. Portanto, as considerações feitas sobre a extensa família de ambos são parecidas. Os pais do entrevistado, bem como seus irmãos e respectivas famílias, migraram para o local onde residem atualmente, juntamente com outras famílias vizinhas, para fundar um assentamento, há alguns anos.

O entrevistado relata que as dificuldades no início do assentamento foram muitas, desde a falta de alimentos até o cultivo da agricultura convencional em um terreno desfavorável e sem acompanhamento técnico que os auxiliassem na produção. O “sofrimento” de todas as famílias, inclusive a do entrevistado, cessou quando eles “descobriram” a agricultura ecológica, e foram incentivados a plantar pimenta espanhola; o assentamento em que ele reside foi o primeiro produtor dessa espécie de pimenta no hemisfério sul, fato que o entrevistado e outras pessoas frisavam a todo instante.

Todos os familiares do entrevistado trabalham com agricultura, revezando a agricultura convencional, na plantação de grãos, com a agricultura ecológica, no cultivo de pimenta e de hortaliças. O entrevistado é casado e pai de 04 filhos adolescentes, todos trabalhando no campo e revezando os estudos com os cuidados com a plantação.

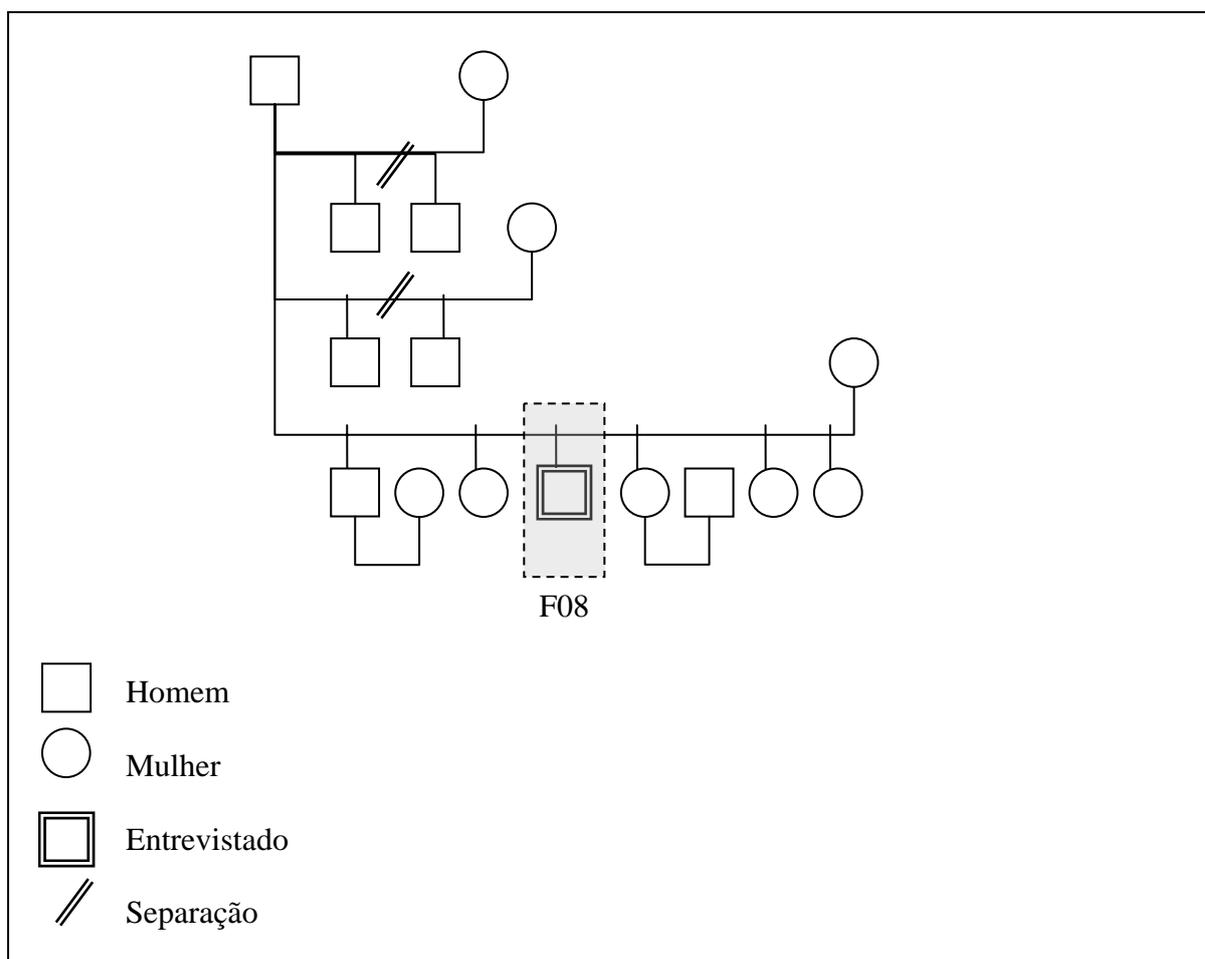
7.8.7 Genograma Familiar Transgeracional da F07



O entrevistado é irmão do entrevistado da F06. Ele é o filho caçula de uma prole de 07 irmãos, todos agricultores ecológicos. Casado, tem 02 filhos pequenos, que ainda estudam e auxiliam os pais no cultivo da pimenta, fonte de renda para a pequena família, assim como também para as famílias do assentamento onde residem.

O entrevistado não forneceu mais informações sobre sua família por ser bastante tímido, diferentemente do irmão que participou do estudo.

7.8.8 Genograma Familiar Transgeracional da F08

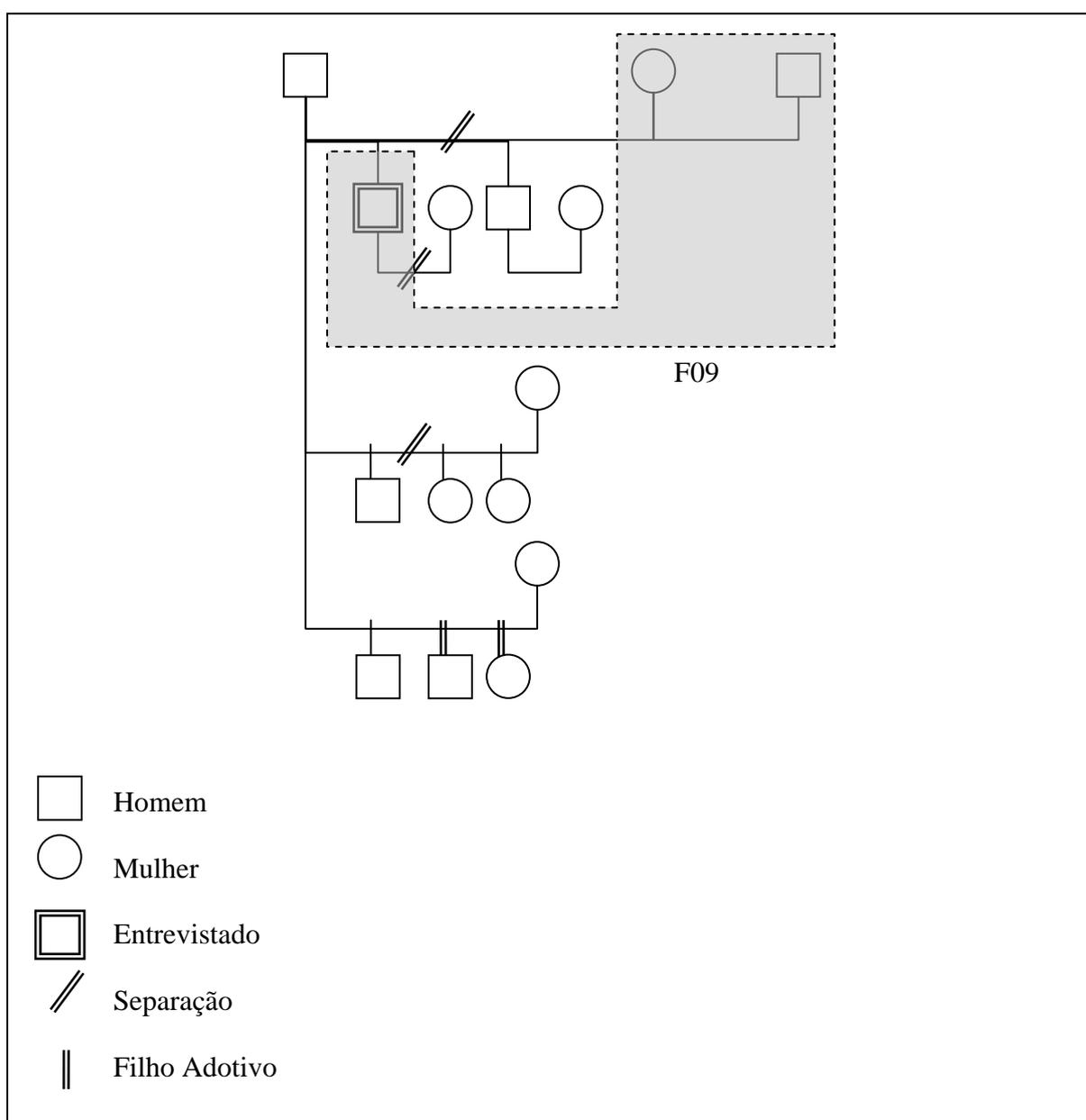


O entrevistado da F08 é solteiro, reside sozinho, mas mantém vínculos fortes com os pais e os irmãos, sua família de origem. Ele é o terceiro filho de um casal que teve 06 filhos. O pai foi casado 02 vezes antes de contrair matrimônio com a mãe do entrevistado. Ele tem 04 irmãos por parte de pai.

Todos os membros da família do entrevistado trabalham com a agricultura ecológica.

Apesar de estar solteiro, ele alegou que faz planos de casar e constituir família.

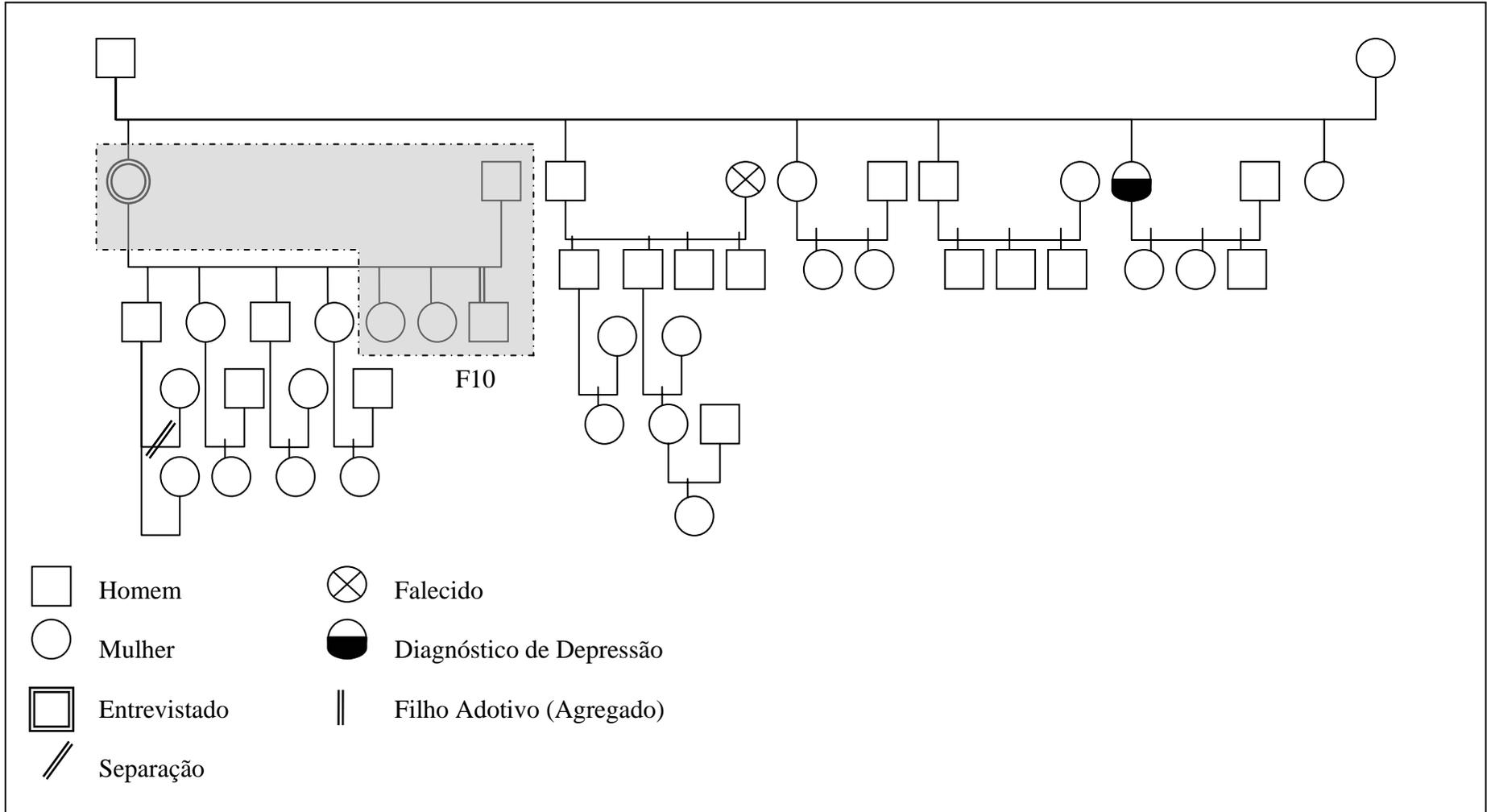
7.8.9 Genograma Familiar Transgeracional da F09



O entrevistado relatou que é divorciado, não teve filhos e atualmente reside com a mãe e o padrasto. Seus pais biológicos são separados. Seu pai casou mais 02 vezes, constituindo outras famílias.

O entrevistado possui apenas 01 irmão por parte de pai e mãe, que reside em Recife/PE e trabalha na indústria. Tem 01 irmão e 02 irmãs por parte de pai, do casamento do pai com a segunda mulher. Do terceiro e atual casamento do pai, ele tem 02 irmãos, sendo 01 deles adotado e mais 01 irmã adotiva. A constituição familiar da F09 é atípica, se comparada às outras famílias deste estudo. Os rearranjos familiares tão comuns nas famílias contemporâneas residentes nas grandes cidades também existem no ambiente rural.

7.8.10 Genograma Familiar Transgeracional da F10

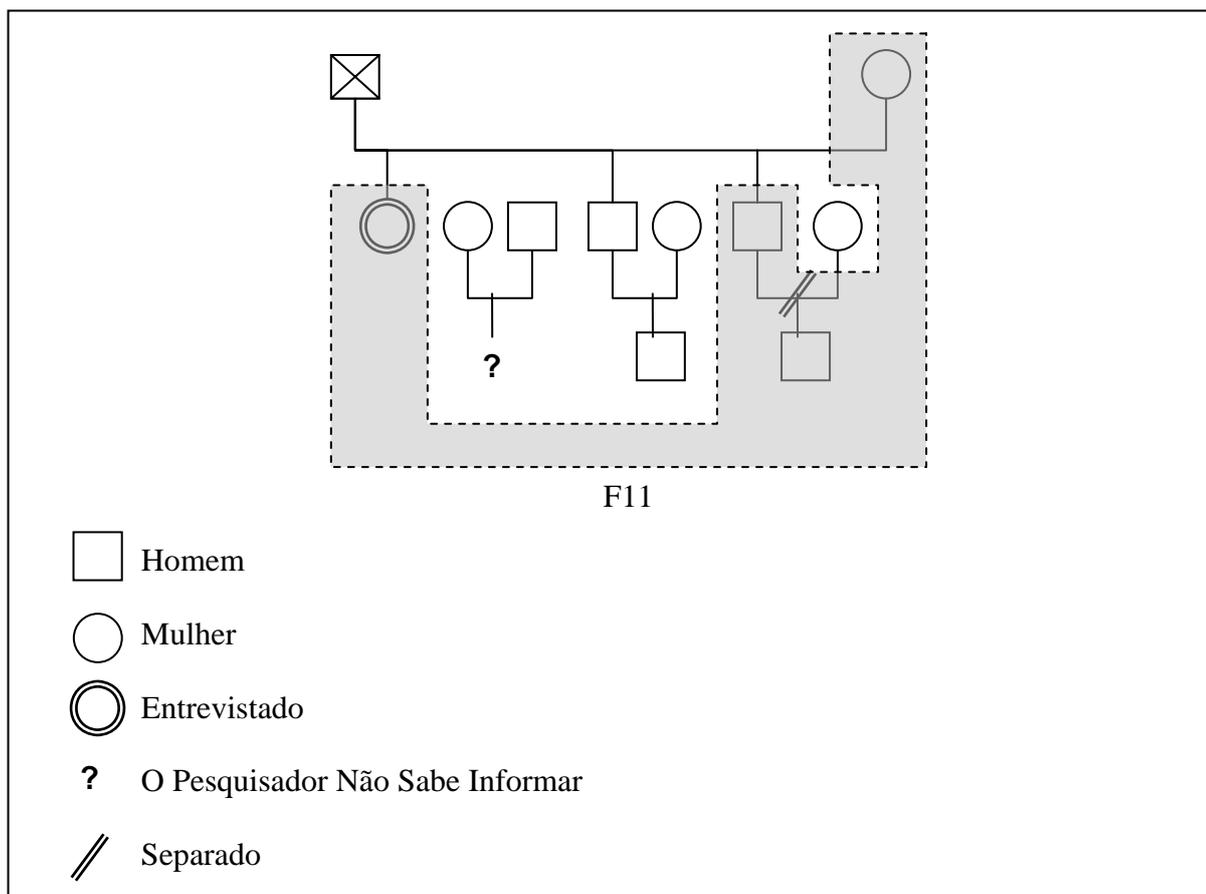


A entrevistada é a primeira filha de um casal de agricultores convencionais, ainda vivos. O segundo filho era relojoeiro, mas quando ficou viúvo voltou a ajudar os pais na agricultura. A terceira filha é agente de saúde. O quarto filho trabalha numa emissora de televisão do Ceará, apresentando um famoso programa de auditório. A quinta filha é dona-de-casa. Segundo a entrevistada, essa sua irmã tem depressão e um problema de visão – é “zarolha”. Uma das filhas dessa irmã cursa medicina e é motivo de orgulho para toda a família. A sexta filha dos pais da entrevistada trabalha no comércio e ainda está solteira.

A entrevistada é casada e teve 06 filhos, dos quais 04 (02 homens e 02 mulheres são casados). Reside com o marido, 02 filhas solteiras e 01 agregado. Informou que o agregado é uma criança de quem ela cuida, pois a mãe é “meio doida” e não cuida do filho. A entrevistada disse que gosta muito do menino, bastante esperto, “afoito”, “elétrico”. A família gosta da criança e assumiu parte dos cuidados, como alimentação, roupas, entre outras responsabilidades.

A entrevistada, os filhos e o marido são agricultores.

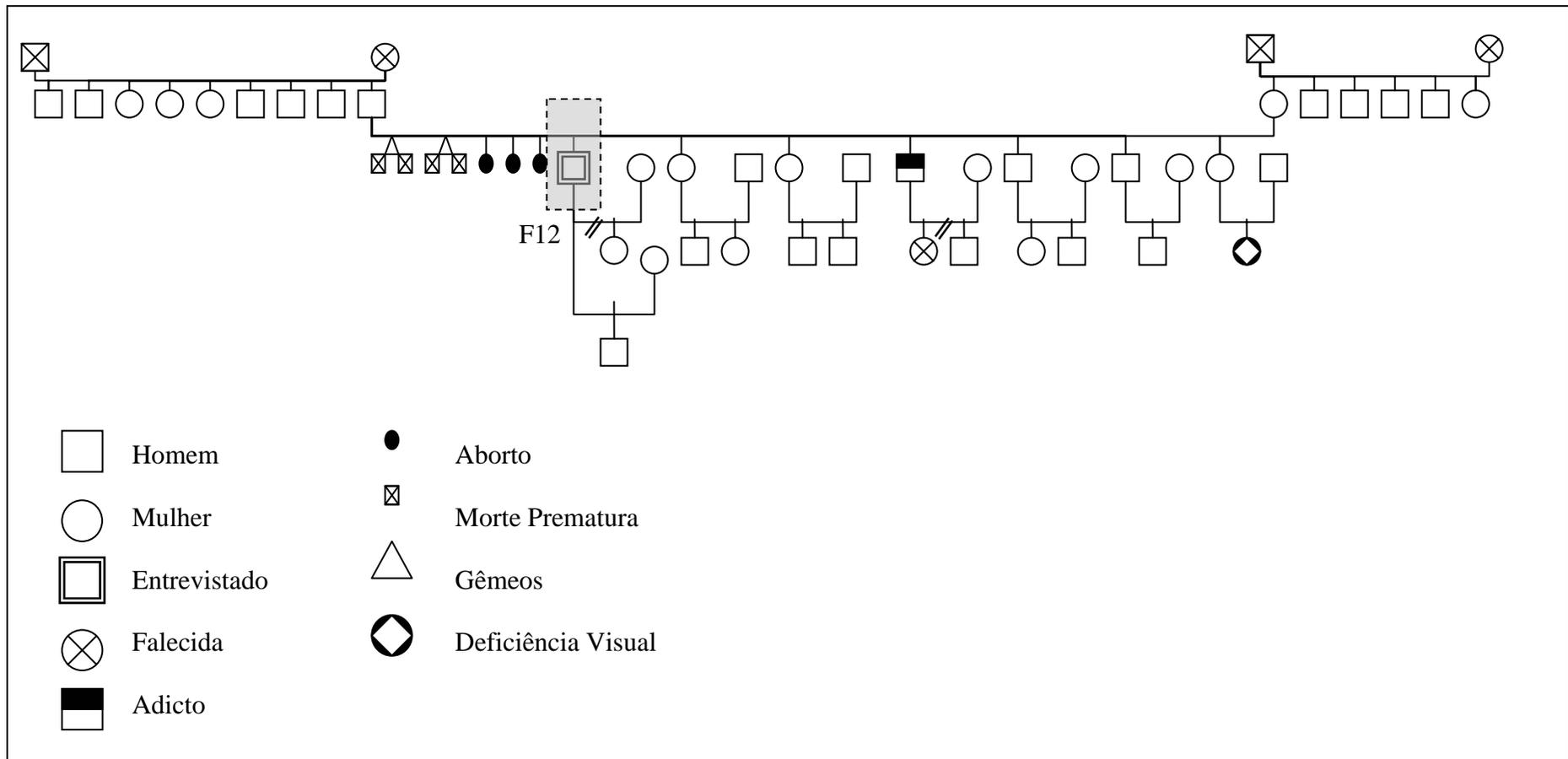
7.8.11. Genograma Familiar Transgeracional da F11



A entrevistada nos forneceu informações a partir do casamento de seus pais. O pai é falecido e a causa da morte não foi informada. Ela é a primeira filha do casal, que teve mais 01 filha e 02 filhos. Quando crianças, todos os filhos trabalharam na agricultura, auxiliando os pais na plantação, cuja produção era destinada à venda e ao consumo próprio. Atualmente, apenas a entrevistada e um de seus irmãos trabalham de modo indireto com a agricultura, gerenciando uma organização produtora de castanha de caju da região.

A entrevistada informou que reside com a mãe, o irmão caçula e o filho desse irmão, que é separado. Revelou que cuida do sobrinho como se ele fosse seu filho, já que optou por não casar e nem constituir família.

7.8.12 Genograma Familiar Transgeracional da F12



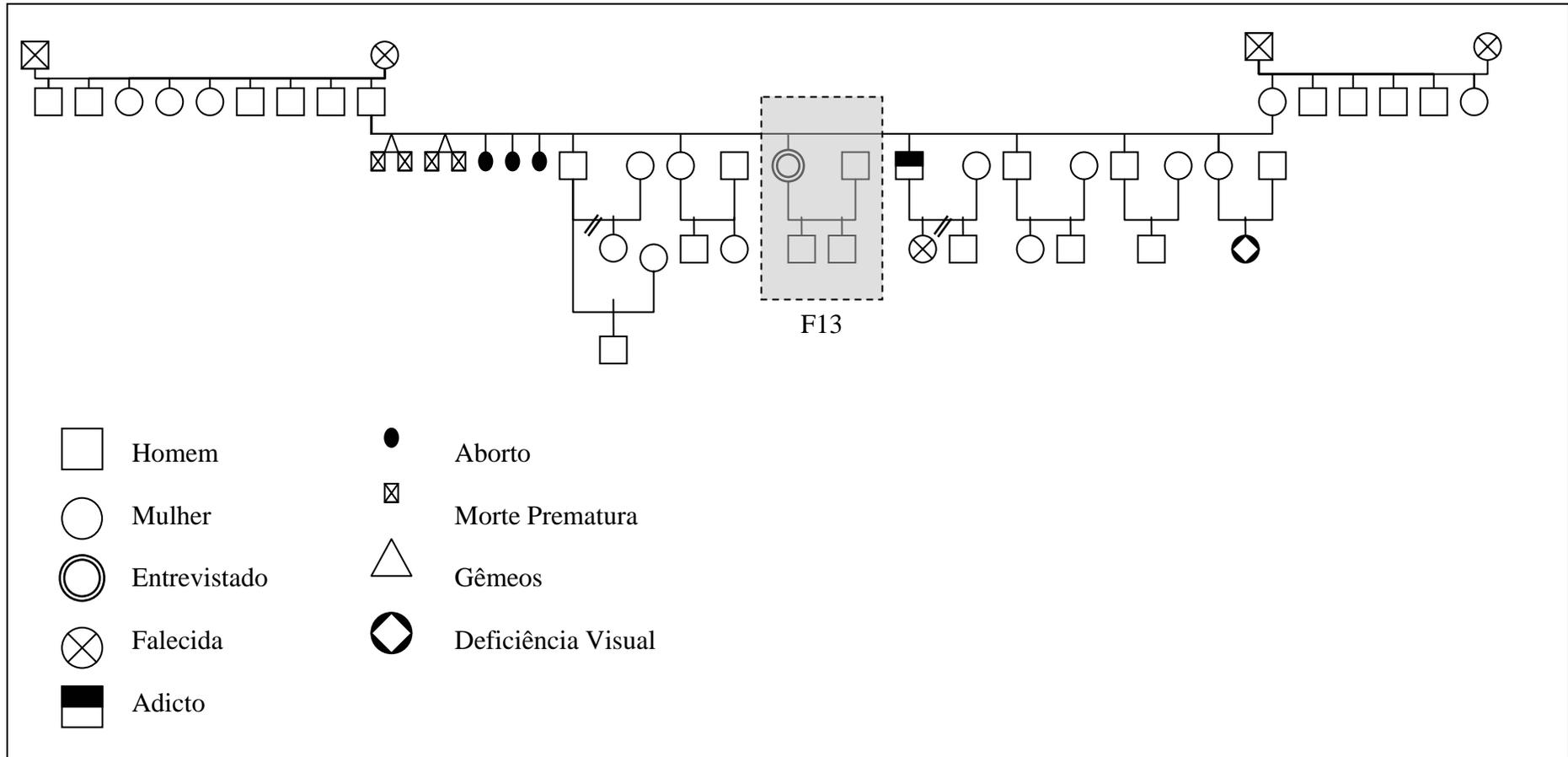
Construímos o genograma da F12 a partir de informações colhidas pela entrevistada da F13, pois ambos os entrevistados, juntamente com a entrevistada da F14, possuem grau de parentesco entre si. Portanto, apesar das várias gerações familiares presentes no genograma da F12, transmitiremos apenas as informações fornecidas pelo entrevistado.

Ele é o primeiro filho de uma prole de 06 filhos, excluídas as crianças falecidas, conforme foi observado no genograma: 02 casais de gêmeos que faleceram ainda bem pequenos e 03 abortos espontâneos.

O entrevistado é divorciado e teve uma filha da primeira união. Atualmente, vive com uma mulher, com a qual teve um filho. Informou, porém, que, mesmo namorando essa mulher, reside sozinho em sua casa. Ao perguntarmos sobre sua família, ele informou que eram seus pais, sem incluir seus 02 filhos que residem com as respectivas mães.

É agricultor convencional. Relatou que já residiu em Fortaleza com a primeira mulher e a filha, onde era dono de uma lanchonete. Mas desistiu de morar na cidade, vendeu o comércio, separou-se e retornou para a cidade atual, voltando a trabalhar na agricultura. Falou que só se sente bem no campo, “trabalhando com a terra”, que não consegue mais morar na cidade grande, como “fez um dia”.

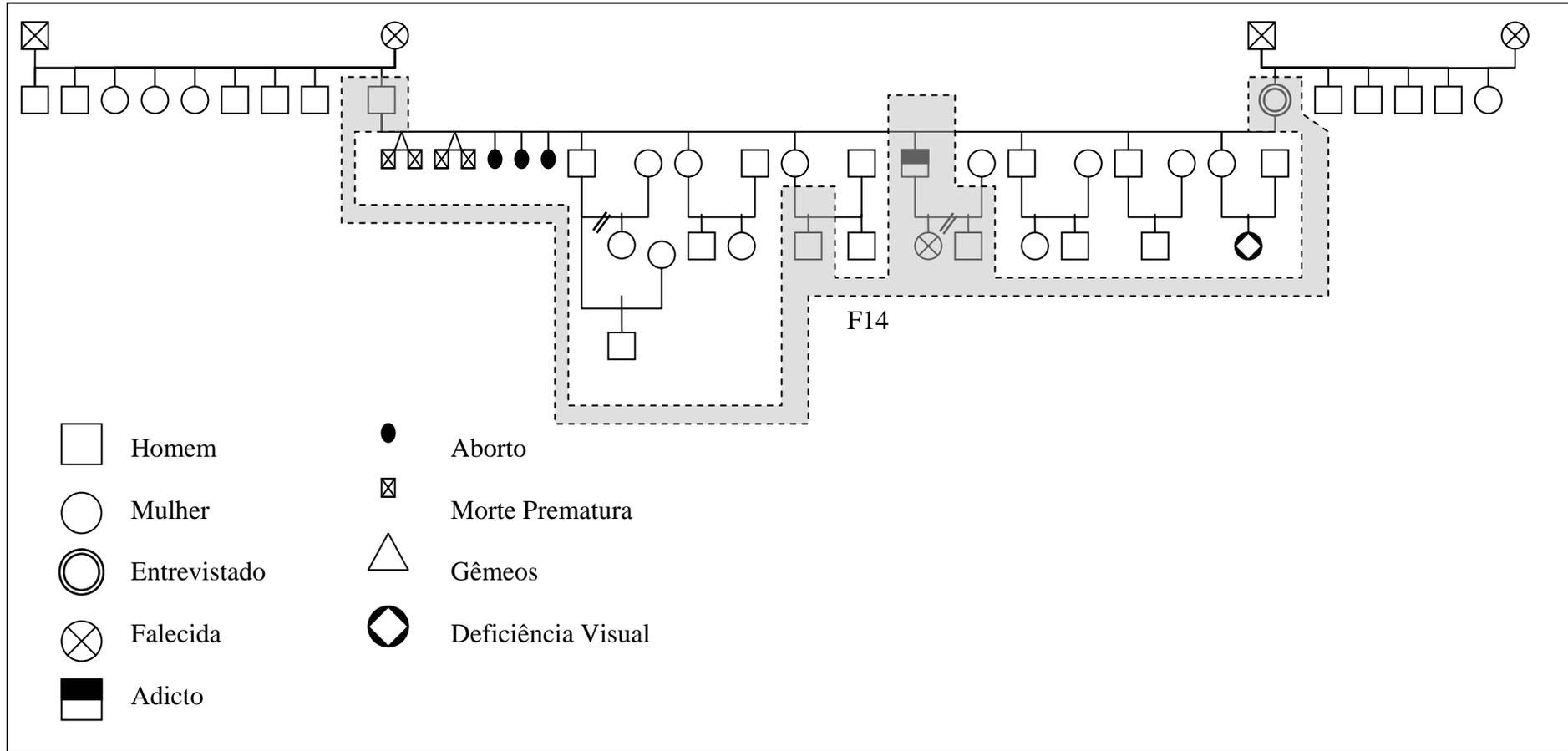
7.8.13 Genograma Familiar Transgeracional da F13



A entrevistada é a terceira filha de um casal de agricultores, e irmã do entrevistado da F12. É casada, tem 02 filhos adolescentes. Juntamente com o marido, cultiva produtos para consumo próprio, utilizando práticas agroecológicas. Além disso, é técnica-agrícola, multiplicadora em agroecologia pelo Projeto AFAM e é filiada a várias associações de trabalhadores rurais da região.

Revelou que um de seus irmãos é alcoolista, mas que ele só começou a beber depois que a filha faleceu por causa de “calazar” (leishmaniose visceral canina) e o casal se separou. A entrevistada revelou também que tem uma sobrinha com deficiência visual, sendo esse o único caso em toda a família.

7.8.14 Genograma Familiar Transgeracional da F14

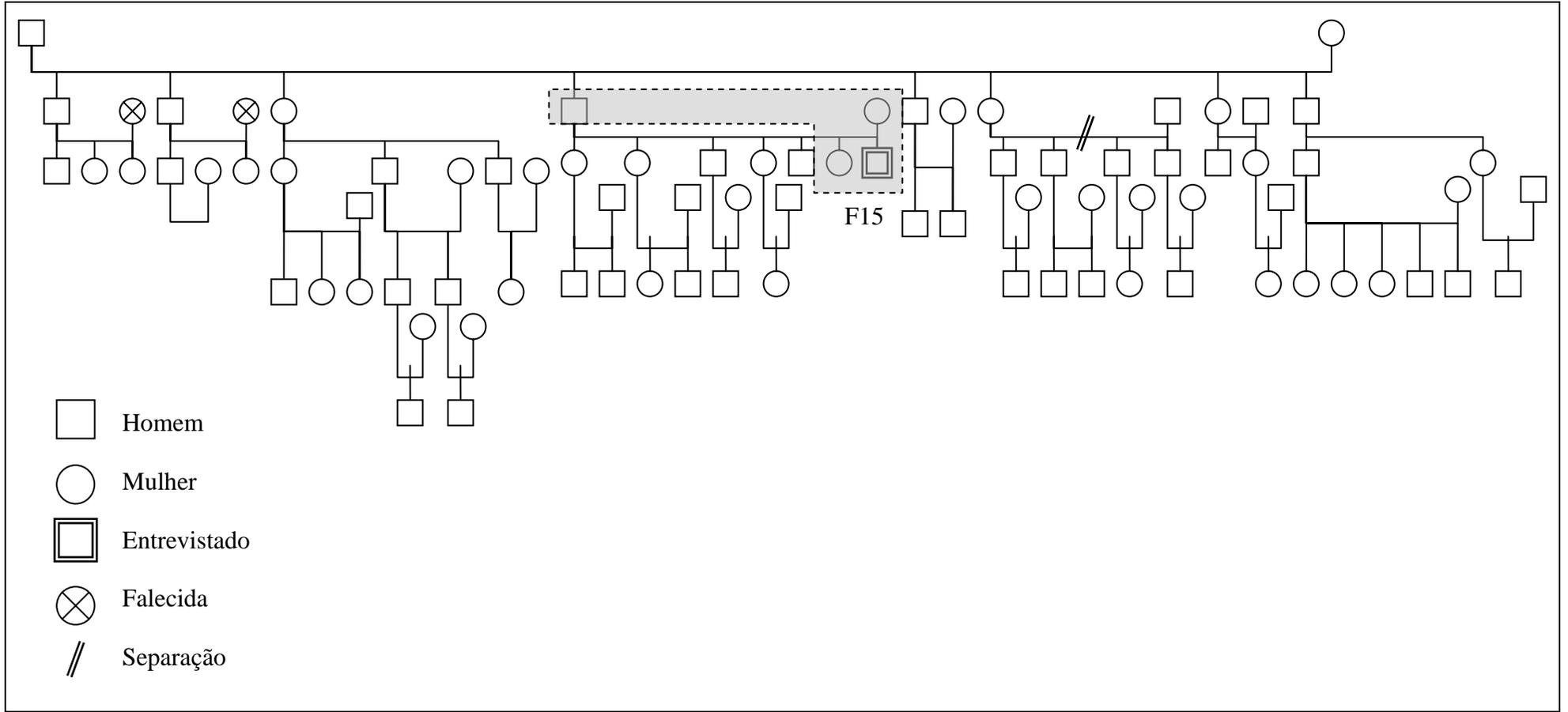


A entrevistada da F14 nos forneceu informações familiares desde a geração dos pais dela e de seu marido, as quais foram aproveitadas para confeccionarmos os genogramas da F12 e F13, pois os entrevistados dessas famílias são seus filhos, respectivamente o primogênito e a terceira filha, comentados nos genogramas anteriores.

A entrevistada é a filha caçula de um casal – já falecido – de agricultores. O seu marido é o primeiro filho de um casal, também falecido, de agricultores familiares. Ela reside com o marido, o filho alcoolista, e 02 netos. Apesar da idade avançada do casal, ele ainda trabalha na agricultura convencional, sendo inclusive o responsável pelas despesas da casa e dos netos que moram com ele.

Os demais filhos da entrevistada são adultos, independentes financeiramente e constituíram famílias.

7.8.15 Genograma Familiar Transgeracional da F15



Este é o maior genograma familiar transgeracional das famílias estudadas. Abrangeu cinco gerações familiares: a primeira, dos avós do entrevistado; a segunda, do pai do entrevistado; a terceira, do próprio entrevistado; a quarta, dos sobrinhos do entrevistado, e a quinta, constituída pelos filhos dos sobrinhos do entrevistado.

De acordo com o relato do entrevistado, seu pai é o único que ainda trabalha com agricultura em toda a família. É aposentado, mas cultiva uma plantação apenas como “passatempo”. A mãe é funcionária pública do município. Os filhos trabalham, e o entrevistado cursa faculdade de letras por meio de ensino a distância.

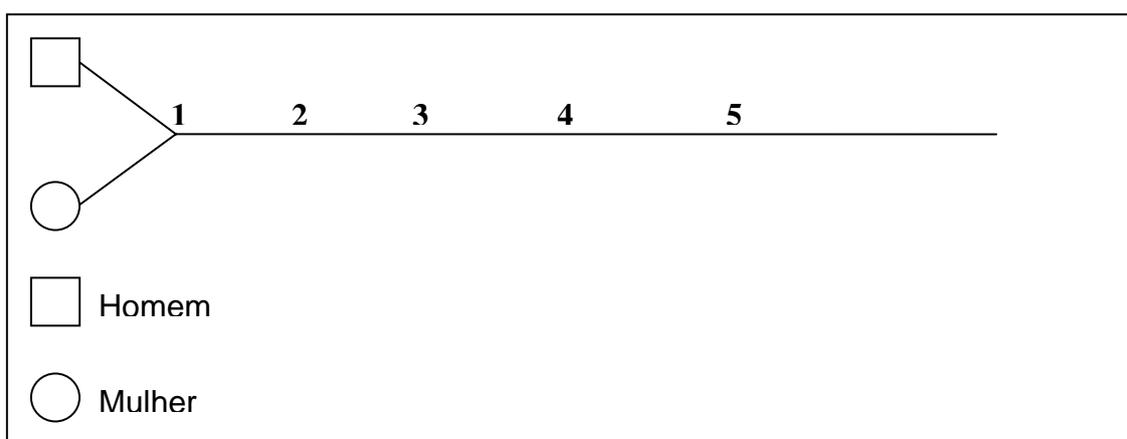
É o último filho de uma prole de 06 irmãos, sendo 03 mulheres e 03 homens, incluindo ele próprio. Informou que todas as gerações da família mantêm laços muito fortes, apesar de algumas pessoas morarem em outras cidades. Eles costumam se reunir e quando isso ocorre é uma verdadeira festa.

7.9 Ciclo Vital Familiar das Famílias F10 e F14

Em seus estudos, pesquisas e na prática clínica, a terapia familiar de base sistêmica utiliza o ciclo de vida familiar como um instrumento de trabalho eficaz para aquisição de novos conhecimentos sobre a família desde a geração atual até as anteriores. Através da confecção do ciclo vital familiar, podemos destacar algumas características presentes nos membros que constituem a família, tais como os aspectos emocionais, a configuração espacial e os relacionamentos intergeracionais de maior relevância no contexto estudado (Carter & McGoldrick, 2001).

Por intermédio das histórias e das memórias familiares, reveladas a partir dos relatos dos entrevistados, foi possível mapearmos os ciclos vitais de duas (02) famílias estudadas, respectivamente a F10 e a F14, por serem aquelas em que os entrevistados relataram os acontecimentos com maior detalhe e clareza do que outros.

7.9.1 Ciclo Vital Familiar da F10



1. Casamento: ocorrido em uma cidade da região do Vale do Cariri, região Sul do Ceará, onde os noivos e suas famílias residiam. Tanto o marido quanto a mulher trabalhavam na agricultura. A entrevistada não informou a data do casamento.

2. 1ª migração familiar: entre os anos de 1989 e 1990, o casal e os filhos se mudaram para a região metropolitana de Fortaleza, na divisa dos municípios de Maranguape e Caucaia, para residir e trabalhar com agricultura na propriedade de um parente do marido da entrevistada. Eles saíram da cidade natal levando praticamente tudo o que possuíam, pois não pretendiam retornar. Queriam constituir vida nova em um novo lugar, onde acreditavam ser melhor.

A entrevistada relatou que o parente convidou o marido dela para morar no local citado. Após conversarem sobre o convite, analisarem as condições da viagem, da nova moradia e do trabalho, ainda na agricultura, perceberam que a mudança seria proveitosa para todos da família e decidiram partir. A família morou e trabalhou no terreno até o ano de 1999.

3. 2ª migração familiar: em 1999 o parente do marido, proprietário do terreno onde o casal e os filhos moravam e trabalhavam, separou-se da mulher e vendeu a propriedade. Foi relatado que mesmo com a venda do terreno, o parente avisou que a família poderia permanecer por lá, trabalhando para o dono atual. A entrevistada não informou como era o regime de trabalho, as condições de pagamento, os horários, e se os seus filhos também trabalhavam. Apenas revelou que era na agricultura.

Após conversarem e discutirem se continuariam por lá, se retornariam para a cidade natal ou iriam para outro local, ela e o marido decidiram sair do terreno com os filhos. Procuraram um local perto da propriedade, mas não encontraram nada que os agradasse. Finalmente, encontraram um terreno para arrendar em uma localidade próxima ao município de Guaiuba, e foram embora, mais uma vez. Eles residiram nesse local até o ano de 2002.

4. 3ª migração familiar: em 2002, quando a família ainda residia no terreno arrendado, plantando e dividindo a produção com o dono do terreno, o casal tomou conhecimento do movimento da Reforma Agrária Solidária, que atuava na região, empolgando-se com a proposta do movimento, de “dar terras para quem precisava,

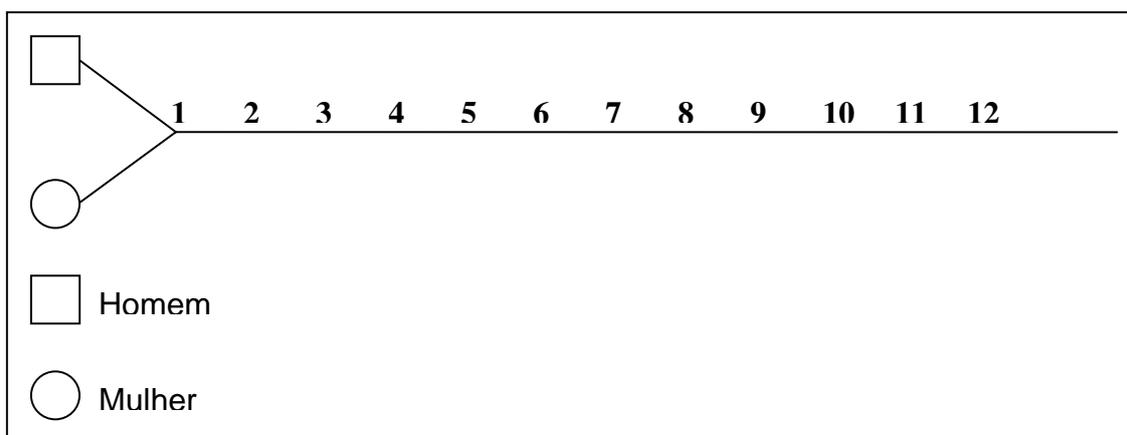
de facilitar o acesso a terra produtiva para quem quisesse” (F10). A família começou, então, a se articular com agricultores da vizinhança e acabou fundando uma associação de agricultores do local.

A associação dos agricultores era bem articulada, e almejava conseguir um terreno para servir tanto de moradia quanto de trabalho. A associação foi legalizada junto aos órgãos do Governo do Estado, que lidam com as questões agrárias. Após a legalização, o casal e alguns agricultores-associados procuraram uma propriedade para comprar.

5. Fundação do assentamento: após longa procura, a entrevistada e o marido encontraram uma propriedade numa localidade próxima a um município da região do Maciço de Baturité. Compraram-na e fundaram um assentamento, onde residem até hoje. Moram na casa-sede do assentamento o casal juntamente com as filhas solteiras. Os filhos casados moram na localidade onde os pais residiam anteriormente.

Observamos que o ciclo vital da F10, de acordo com os eventos relatados pela entrevistada, foi marcado até hoje pela migração da família em busca de um local que ofertasse boas condições de trabalho e moradia.

7.9.2 Ciclo Vital Familiar da F14



1. 1967: nascimento do filho primogênito da família.

2. 1969 – 1970: nascimento do penúltimo filho do casal. O pai, quando foi registrar a criança, “se confundiu” e colocou no menino o mesmo nome do primeiro filho, só percebendo o erro ao chegar em casa e mostrar a certidão de nascimento para a mulher.

Os familiares passaram a chamar o primogênito pelo nome de batismo, e o segundo filho passou a ser chamado pelo nome que o pai deveria ter colocado na criança, desfazendo, assim, o mal-entendido e encerrando o assunto na família. A história do lapso do pai da troca dos nomes dos filhos não é contada para ninguém, e se transformou num segredo familiar, revelado em meio aos relatos da entrevistada ao contar sobre fatos marcantes ocorridos em sua família.

3. Migração familiar: vinda da família para o local onde residem até hoje. A entrevistada relatou que o seu marido, além de agricultor, é um “fino mestre de obras” (F14). Diante do fato, foi convidado pelo patrão para construir, de acordo com

o projeto de estrutura e cálculo da obra, que veio do Piauí, a primeira casa de farinha elétrica da região. Aceitou o convite e partiu, levando toda a família.

4. O primeiro filho vai embora para Fortaleza, com a mulher e a filha, deixando de trabalhar com agricultura. Em Fortaleza, abre uma lanchonete.

5. Outro filho do casal vai embora para Fortaleza, assumir emprego após passar num concurso. Ele é motivo de orgulho para toda a família, pelo emprego conquistado e por largar o trabalho agrícola.

6. Mais um filho vai morar em Fortaleza, onde trabalha como costureiro, após se separar da mulher.

7. O filho primogênito volta a morar no campo, após se separar da mulher e vender a lanchonete. Os familiares não sabem explicar os motivos que fizeram o rapaz voltar. Ele alegou que voltou porque só se sentia bem no campo, de onde nunca deveria ter saído, trabalhando com a agricultura.

8. Outro filho do casal se separa da mulher. Pouco tempo depois da separação, a filha dele morre repentinamente de “calazar” (leishmaniose visceral canina), chocando toda a família.

9. O filho que perdeu a filhinha começa a beber e torna-se alcoolista. É uma pessoa deprimida e às vezes tem crises de choro. A família acredita que ele ficou assim por causa da separação, e principalmente por causa da morte da filha.

10. O filho, por não ter condições de morar sozinho, devido ao alcoolismo e as crises de choro, volta a morar com os pais, levando consigo o outro filho pequeno.

11. A neta da entrevistada começa a apresentar dificuldade para enxergar e termina ficando cega.

12. A filha da entrevistada, mãe da criança cega, vai morar em fortaleza em busca de tratamento especializado para a filha.

Observamos que o ciclo vital da família F14 é marcado por eventos que vão desde a migração familiar até aos problemas de saúde de alguns membros. A migração da família para o local onde residem atualmente em busca de melhores condições de trabalho, foi contado com muito entusiasmo não apenas pela entrevistada, mas também por dois de seus filhos, ambos entrevistados neste estudo. Percebemos também a migração da maioria dos filhos da entrevistada para Fortaleza, em busca de ocupações distintas da agricultura e de tratamento de saúde especializado, que a região estudada não oferece para a população.

Um fato que nos chamou a atenção no contexto da migração familiar, foi o que sucedeu com o filho mais velho do casal, que largou a agricultura para ser

comerciante na capital do Estado, mas após algum tempo separou-se da esposa, retornou para o campo e voltou a trabalhar com a agricultura, alegando que a cidade não lhe fazia bem, ele só conseguia ser feliz no interior, trabalhando na “roça”.

A migração de outros filhos em busca de outras ocupações como o filho que passou no concurso Federal e o outro filho que se tornou costureiro também são lembrados pela entrevistada. Aqui observamos uma ruptura da tradição agrícola nesta família, a qual a entrevistada questiona se seus descendentes, principalmente os netos, trabalharão na terra como um dia a família toda fez.

Outros eventos marcantes para a família foram às doenças, todas lembradas com muito pesar pela entrevistada, que alegou que tais eventos “chocaram” a todos: uma neta que morreu ainda criança de calazar; o pai desta criança, que se tornou alcoolista após a separação da mulher e da morte da filha; e outra neta da entrevistada que ficou cega.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta dissertação revelando que o ambiente rural brasileiro necessita de estudos que abordem o contexto das famílias que permanecem no campo trabalhando com a terra, através da prática agrícola, desafiando as desigualdades sociais, o descaso político, as adversidades climáticas como a seca e suas conseqüências, fenômenos que atingem tanto o homem quanto o contexto o qual habita.

Durante todo o percurso deste estudo trabalhamos no intuito de alcançarmos os objetivos propostos e acreditamos que conseguimos realizar este audacioso desejo. Porém, neste momento final, percebemos que este trabalho foi apenas o primeiro passo para compreendermos o que nos propomos a investigar.

Para estudarmos e detectarmos a estrutura e a dinâmica das famílias agricultoras, devemos considerar uma complexa rede, que une além dos membros familiares, o meio e tudo o que ele oferta para os indivíduos, desde um simples alimento até as noções de desenvolvimento sustentável, que ao adentrarem no seio familiar acarretam transformações em todas as esferas: psicológicas, interacionais, culturais, morais, afetivas, dentre outras existentes nas relações familiares.

O primeiro passo para esta jornada foi esclarecermos que a família, por ser formada por indivíduos que fazem parte de uma sociedade em constante processo de mudança, também é atingida pelas transformações sociais, as quais interferem nas relações de seus membros, alterando assim a estrutura e a dinâmica familiar.

Sob a ótica da psicologia, definimos o que vem a ser a família, quem a constitui e quais são suas principais características. Em seguida, achamos

necessário tecermos algumas considerações sobre a família brasileira, finalizando com a família cearense, nosso objeto de estudo, que desde as épocas mais antigas lida com as adversidades sociais e climáticas que acarretam, dentre outras conseqüências às migrações familiares.

Adentrando no ambiente rural propriamente dito, descrevemos a região semi-árida na qual grande parte do Ceará está situada. Apresentamos a região do Maciço de Baturité, onde buscamos *in locus*, material para a parte prática pesquisa junto às famílias agricultoras ligadas ao Projeto Agricultura Familiar, Agroecologia e Mercado.

Em seguida, mostramos as transformações ocorridas no cenário agrícola do Brasil a partir do momento em que explodiram no campo os movimentos dos agricultores familiares em busca de reconhecimento e direitos, auxiliados a princípio por organizações não-governamentais, e finalmente, pelo Governo Federal com a criação do PRONAF. Além de adentrar na esfera política através do incentivo do Governo, a agricultura familiar tornou-se alvo de estudos e pesquisas no cenário acadêmico, principalmente devido às transformações ocorridas no ambiente rural, ocasionadas em grande parte pela modernização agrícola.

A existência de um rural voltado para o *agrobusiness* e um outro voltado para agricultura familiar de pequeno porte, chamou a atenção dos pesquisadores para novas formas de vida nestes dois contextos, cada um com suas peculiaridades. Surgiram os estudos nas áreas da economia e da sociologia esta última sob um enfoque mais humano, tentando compreender as novas formas de vida rural, as quais tentam adequar-se as transformações ocorridas da sociedade sem perder as raízes e os valores rurais que, mesmo diante de tanto progresso, insistem em se manter no mais íntimo do homem do campo.

Observamos que os estudos da psicologia os quais abordam o ambiente rural e os seus habitantes existem, porém em pequenas quantidades e voltados para questões de cunho social, enfocando o indivíduo envolvido em movimentos de reforma agrária, de trabalho ou ainda, buscando melhores condições de vida através das migrações. Sentimos uma carência de estudos envolvendo a temática familiar dos que permanecem residindo na região do campo.

Visando, pois, contribuirmos para os estudos em psicologia sobre a família habitante do ambiente rural, objetivamos a partir da identificação das famílias agricultoras ligadas ao Projeto AFAM, na região cearense do Maciço de Baturité, conhecer a vivência destas famílias a partir da visão de um dos seus membros, nas questões vinculadas às práticas agrícolas e suas repercussões na estrutura e na dinâmica familiar, analisando os seguintes aspectos: dados sócio-demográficos e familiares; saúde física e mental; história da migração familiar; agricultura familiar, relacionada à transmissão transgeracional dos conhecimentos, atitudes e práticas ligados à agricultura; sustentabilidade; sucesso e fracasso; mal-estar e bem-estar.

A partir das repostas do questionário e dos relatos dos entrevistados sobre suas famílias, também foi possível confeccionamos os genogramas familiares transgeracionais das famílias estudadas e construímos os ciclos vitais familiares de duas (02) das quinze (15) famílias estudadas.

Observando os resultados obtidos depois de analisados e discutidos, ainda sentimos a necessidade de discorrermos sobre o tema em questão, no intuito de maiores esclarecimentos sobre alguns aspectos, podendo inclusive servir de hipóteses para outros estudos sobre as famílias agricultoras.

Percebemos que as famílias agricultoras estudadas se encontram em um período de transformação, sob dois aspectos que, apesar de distintos, se entrelaçam a partir do momento que um reflete completamente no funcionamento do outro: o primeiro deles ligado à transmissão dos conhecimentos, atitudes e práticas agrícolas através das gerações das famílias agricultoras. O segundo referente às mudanças na estrutura e na dinâmica destas famílias, diante das transformações citadas, as quais interferem nas configurações, nos papéis, na comunicação e no subsistema familiar pai-filhos.

Relativo à transmissão de conhecimentos, percebemos a existência de um conflito no nível de conhecimento e das práticas agrícolas entre a geração dos filhos e a geração dos pais. Os filhos conheceram as noções de agricultura ecológica, e pouco a pouco, aderem a este movimento, muito forte na região estudada. Os pais conhecem técnicas agrícolas tanto quanto os filhos, ao ponto deles serem os responsáveis por ensinar tudo sobre agricultura para os seus herdeiros.

Porém, após a difusão da agroecologia na região, ocorreu uma alteração na passagem destes conhecimentos. Os filhos, ao invés de continuarem com a tradição familiar em torno da agricultura foram buscar informações em outras fontes, adotando-as como verdades únicas chegando, às vezes, ao ponto de rechaçar as técnicas aprendidas com seus pais.

Observamos além do cessar da passagem transgeracional de conhecimentos agrícolas, o final de um subsistema familiar constituído de avós-pais-filhos agricultores, a partir do momento em que uma terceira pessoa (por exemplo, o curso sobre agroecologia) chegou e tomou o lugar de alguém neste subsistema, alterando a coesão entre os membros familiares que repercute diretamente na estrutura e na dinâmica da família (Miermont, 1994). Ao invés dos conhecimentos serem passados

dos mais novos para os mais velhos, o processo se inverte alterando o sistema hierárquico; ou ainda, ele vem de fora, ultrapassando a fronteira estabelecida entre as três gerações familiares.

Acreditamos que o conflito familiar diante das novas técnicas agrícolas acarreta diversos sentimentos nos indivíduos envolvidos neste processo. Os pais são acometidos de tristeza, baixa-estima e desapontamento ao “perderem” os filhos quando estes os abandonam e seguem em busca dos novos conhecimentos. Por outro lado, os filhos também ficam tristes ao verem seus pais numa suposta “ignorância” por relutarem em não aderirem ao movimento agroecológico, continuando com técnicas agrícolas utilizadas na agricultura convencional que eles insistem em continuar trabalhando, agora, sem os herdeiros.

A questão da culpa também permeia esta situação. Tanto os pais quanto os filhos se sentem culpados pela interrupção no processo da passagem dos conhecimentos. O primeiro por não ter sido capaz de continuar a tradição familiar de passagem dos conhecimentos. O segundo, por não ter sido capaz de seguir os passos do pai, independente das forças que o levaram a seguir por outro caminho. O resultado desta situação pesa mais uma vez sobre a estrutura e a dinâmica familiar, pois “é difícil manter por muito tempo um sistema regulado pela culpa” (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/1994, p. 54-55).

Em meio a tantas transformações no cenário rural e, mais precisamente, nas questões que nos remetem diretamente à agricultura, nos deparamos com as conseqüências desta evolução atingindo também o seio familiar, perturbando uma suposta ordem no que diz respeito aos subsistemas, as fronteiras e a hierarquia familiar. Os pais foram surpreendidos pela chegada do novo, das novas técnicas que, de certo modo, tomaram a função de transmissor de saberes que os mais

velhos detinham até então. Os filhos se deram conta de que os saberes não vem somente dos pais, e sim, de todos os lados.

Observamos também que o ambiente rural estudado se modifica a partir dos rasgos da modernização, desde o trabalho no campo até a chegada dos recursos tecnológicos, como as faculdades de ensino à distância, cujo entrevistado da F15 cursa. O indivíduo segue em busca do que é anunciado, como os cursos, as opções de emprego formal, a busca pelos atrativos que as grandes cidades ofertam, os estudos que possibilitam habilidade para outras ocupações. A família enquanto parte deste sistema sofre os impactos destas mudanças e se modifica, se adapta às novas formas de interação entre os membros, aos novos papéis e a configuração.

Através dos resultados obtidos nesta dissertação, esperamos contribuir para estudos mais aprofundados sobre a estrutura e a dinâmica da família sertaneja, que possam investigar as lacunas abertas através desta pesquisa. Como todo trabalho científico, estamos conscientes de que muitas dúvidas surgiram após a leitura do conteúdo exposto, em busca das repostas que não tivemos condições de alcançarmos neste momento. Portanto, o espaço está aberto para novas discussões e pesquisas acerca do tema estudado.

9. REFERÊNCIAS

- Albuquerque, F.J.B. (1999). Apontamentos para uma Psicologia Social voltada para o ambiente rural no Brasil. Em I Congresso Norte Nordeste de Psicologia, 1999, Salvador, BA, p. 12-17.
- Albuquerque, F.J.B. (2002). Psicologia social e formas de vida rural no Brasil. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 18(1), 37-42.
- Albuquerque, F.J.B. (2007). A questão da terra e os desafios para a Psicologia. Seminário nacional a questão da Terra. Em CFP (Org.). Desafios para a Psicologia: Relatório. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Albuquerque, F.J.B., Vasconcelos, T.C., & Coelho, J.A.P.M. (2004). Análise psicossocial do assentamento e seu entorno. Psicologia: Reflexão e Crítica, 17(2), 233-242.
- Altieri, M. (1989). Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE.
- Alves, P.B. (1997). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Psicologia: Reflexão e Crítica, 10 (2), 369-373.
- Amaral, C.S.G. (2001). Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: EDUFC.
- Batista, J.A. (2005). Apresentação. Em L.L. Prezotto (Org.). A sustentabilidade da agricultura familiar. Implicações e perspectivas da Legislação Sanitária para a Agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

- Beavers, R., & Hampson, R. (1995). Famílias exitosas. evaluación, tratamiento e intervención. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Bezerra, N.F. (2004). Fragmentando o território. Bases para o desenvolvimento do semi-árido do Ceará. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- Bock, A.M.B. (2007). A questão da terra. Em CFP (Org.). Desafios para a Psicologia: Relatório. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. (1994). Lealtades Invisibles. Reciprocidad en terapia familiar intergeneracional. Buenos Aires: Amorrortu. (Originalmente publicado em 1973)
- Brandenburg, A. (2005). Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. Ambiente e sociedade,8(1), 51-64.
- Bronfenbrenner, U. (2002). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: ARTMED (Originalmente publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U.(2005). Making humans beings human: bioecological perspectives on human development. New York: Sage Publications.
- Buainain, A. M., & Romeiro, A., & Guanziroli, C. (2003). Agricultura familiar e o novo mundo rural. Sociologias,5(10), 312-347.
- Bucher, J.S.F.N. (1991). Migración familiae, identité et changement socio-culturele. Em M. Lavallé, F. Ouellet, & F. Larose. (Org.) Identité, culture et changement sociale. Aetes du troisième colloque de L'ARIC (pp. 45-52) Paris: Editions L' Harmattan.

- Bucher, J.S.N.F. (1999). O casal e a família sob novas formas de interação. Em T. Ferès-carneiro (Org.). Casal e família: entre a tradição e a transformação (pp. 16-24). Rio de Janeiro: NAU.
- Bucher, J.S.N.F. (2003). Relações conjugais em transformação. Em I.I. Costa, et.al. (Org.). Linguagem e sofrimento (pp. 11-18). Brasília: VI Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e psicologia. ABRAFIPP.
- Bucher, J.S.N.F., & Rodrigues, M.A.M. (1990). Recasamento e recomposição familiar: questões metodológicas, de linguagem e das teorias. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 6(2), 155-169.
- Carneiro, C.B.L. (2007). Políticas locais de inclusão social, autonomia e empoderamento: reflexões exploratórias. Serviço Social e Sociedade, 28(89), 76-106.
- Carter, B., McGoldrick, M. (2001). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cervený, G.M.O. (1994). A família como modelo. Desconstruindo a patologia. Campinas: Editorial Psy II.
- Coelho, S.V. (2000). As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. Psique, 10(16), 07-29.
- Coelho, S.V. (2005). Abordagens psicossociais da família. Em J.G. Aun, et al. (Org.) Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e metodológicos (pp. 143-234.). Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa.
- Dias, L., & Gambini, R. (2001). Outros 500. Uma conversa sobre a alma brasileira. São Paulo: SENAC. (Originalmente publicado em 1999).

- EMATERCE. (2007). Agricultura orgânica. Alimentos saudios, respeito ao meio ambiente, vida mais saudável. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Desenvolvimento Agrário.
- Escardó, F. (1951). La pediatria medicina del hombre. Buenos Aires: El Ateneo.
- F.K.A. (2006). Notícias do campo. Boletim Informativo trimestral publicado pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, no. 2.
- F.K.A. (2007). Notícias do campo. Boletim Informativo trimestral publicado pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, no. 3, fevereiro, 2007.
- Filho, O.G.S. (2003). Migração e Família: discussões psicossociais. Fragments de cultura, 13(4), 895-905.
- Freyre, G. (1967). Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967. (Originalmente publicado em 1937).
- Freyre, G. (1977). Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977. (Originalmente publicado em 1936).
- Freyre, G. (2002) Casa grande e senzala. Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil. (46ª ed). Rio de Janeiro: Editora Record, v. 1. (Originalmente publicado em 1933).
- Giddens, A.A. (1997). Transformação da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP.

- Gomes, I. (2004). Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. Revista de Biologia e Ciências da Terra, 5(1).
- Günther, L. (1999). Como elaborar um questionário. Em L. Pasquali (Org.). Instrumentos Psicológicos: manual prático de elaboração (pp. 197-226). Brasília: IBAPP.
- Küster, A. (2003). Democracia e sustentabilidade: experiências no Ceará, Nordeste do Brasil. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.
- Maciel, A.M.R. (2004). O Desenvolvimento humano no entrelago homem-mundo. Porto Alegre: Faculdade da Serra Gaúcha.
- Martins, J.S. (2001). Prefácio. Em Silvestri, M.L., et al (Org.). Os impasses sociais na sucessão hereditária na agricultura familiar (pp. 05-09). Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Miermont, J. (1994). Dicionário de Terapias Familiares. Teoria e prática. Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1987).
- Minayo, M.S., De Souza, E.R., & Constantino, P.S. (2005). Métodos, técnicas e relações em triangulação. Em M.S. Minayo, S.A. Gonçalves, & E.R. De Souza (Org.). Avaliação por triangulação de métodos (pp. 71-103). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Minuchin, S. (1982). Famílias: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., & Fishman, H.C. (1990). Técnicas de terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rego, J.L. (1934). Bangüê. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

- Rego, J.L. (1981). Menino de engenho. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981. (Originalmente publicado em 1932).
- Roudinesco, E. (2003). A família em desordem. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Santos, M.(2007). A questão da terra. Em CFP (Org.). Desafios para a Psicologia: Relatório. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais,18(51), 99-122.
- Schutzenberger, A.A. (1997). Meus antepassados. Vínculos transgeracionais, segredos de família, síndrome de aniversário e prática do genossociograma. São Paulo: Paulus.
- Sezyshta, A.J. (2004). Migração nordestina: a contínua saga de um povo. Caderno do Centro de Estudos e Ação Social, 214, 35-42.
- Silvestri, M.L., et al (2001). Os impasses sociais na sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Vidal, A.A., & Bucher, J.S.N.F. (2006). A família e as características do personagem Carlinhos retratadas na obra Menino de engenho, de José Lins do Rego. Em VI Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIFOR: resumos, 2006, Fortaleza, CE, p. 28.
- Vidal, A.A., Moraes, C., Prati, L., Soccol, J., & Koller, S. (2006). Negociações da coparentalidade em diversas etapas do ciclo vital. Em VI Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da UNIFOR: resumos, 2006, Fortaleza, CE, p. 29.

Vieira Jr. A.O. (2002). O açoite da seca: família e migração no Ceará (1780-1850).

Em XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto, MG, on-line. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST4_Vieira_texto.pdf>

ANEXOS

CARTA DE INFORMAÇÃO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **Estrutura e Dinâmica da Família Sertaneja: estudo exploratório das famílias agricultoras da região do Maciço de Baturité/CE**. O objetivo deste estudo é conhecer alguns aspectos relativos à estrutura e dinâmica das famílias agricultoras e as suas interações com a agricultura familiar.

A sua participação é voluntária e não é obrigatória. Você pode a qualquer momento desistir de participar da pesquisa e retirar o seu consentimento, sem que a sua saída traga prejuízo para a sua relação com o pesquisador e a instituição. Caso queira tirar dúvidas sobre esta pesquisa e a sua participação, você poderá tirá-las agora ou a qualquer momento.

Sua participação na pesquisa constituirá primeiramente em responder a um questionário, após sua devida explicação pelo pesquisador. Num segundo momento, serão feitas entrevistas com as famílias agricultoras, que terão o seu conteúdo gravado. Tanto o questionário quanto as entrevistas envolvem o objetivo da pesquisa, e trará para o pesquisador a oportunidade de conhecer sobre a estrutura e a dinâmica da família sertaneja.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguro o sigilo sobre a sua participação, obedecendo às normas éticas no que se refere à pesquisa envolvendo seres humanos, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Os seus dados pessoais não serão divulgados de forma que possibilitem a sua identificação e a de sua família.

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento, onde constam o endereço e o telefone do pesquisador principal, caso necessite de qualquer esclarecimento.

A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – COÉTICA/UNIFOR. Endereço – Av. Washington Soares, 1321 – CEP 6081905 – Fortaleza-CE.

Andréa Alexandre Vidal
Pesquisadora

Endereço: Av. Washington Soares, 1321, Bairro: Edson Queiroz, Fortaleza/CE, Cep: 6081905 – Universidade de Fortaleza, Mestrado em Psicologia, sala N-13.
Telefone: (85) 34773219.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, Eu,
_____, portador(a) da cédula de
identidade _____, após leitura minuciosa da **CARTA DE
INFORMAÇÃO** devidamente explicada pelo pesquisador em seus mínimos detalhes,
ciente dos riscos e benefícios de minha participação neste estudo e não restando
quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu **CONSENTIMENTO
LIVRE E ESCLARECIDO** concordando em participar da pesquisa proposta.

Por estarem de acordo, assinam o presente termo.

Barreira/CE, _____ de _____ de 2007

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

QUESTIONÁRIO

PROJETO: ESTRUTURA E DINÂMICA DA FAMÍLIA SERTANEJA: ESTUDO EXPLORATÓRIO DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ/CE

Aplicador: _____

Local e data: _____

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS E FAMILIARES

1. Nome: _____

2. Sexo: Masculino () Feminino ()

3. Data de nascimento: ____/____/____

4. Local do nascimento (Cidade e Estado): _____

5. Endereço atual completo: _____

6. Telefone: _____

7. Email: _____

8. Estado civil: Solteiro () Casado () Mora junto () Viúvo ()
 Separado () Desquitado () Outro (especificar) ()

9. Nível de escolaridade:

Ensino Fundamental completo () Ensino Fundamental incompleto ()

Nível Médio completo () Nível Médio incompleto ()

Superior incompleto () Superior completo ()

Técnico () Magistério ()

Sabe somente assinar o nome () Analfabeto ()

10. Assentamento/comunidade: _____

11. Organização produtora:

Associação () _____

Cooperativa () _____

Grupo informal () _____

Outros () _____

12. Quem mora na sua casa?

Nome	Idade	Parentesco	

13. Quem trabalha na sua casa?

Quem trabalha	Atividade desempenhada	

14. Tem alguma pessoa aposentada? Especificar quem, o motivo da aposentadoria e se recebe algum tipo de benefício ou não (bolsas).

15. As crianças estudam? Sim () Não ()

SAÚDE FÍSICA E MENTAL

16. Alguém de sua família possui algum tipo de deficiência física?

Sim () Quem e qual deficiência? _____

Não ()

17. Alguém de sua família tem problemas com alcoolismo ou com outro tipo de drogas?

Sim () Quem e qual o tipo de drogas? _____

Não ()

18. Alguém de sua família sofre de “doença dos nervos”, doença da cabeça, retardo?

Sim () Quem e qual a doença? _____

Não ()

19. Alguém de sua família já foi para algum médico psiquiátrico ou para algum psicólogo?

Sim () Quem, qual o médico? _____

Não ()

20. Alguém de sua família já sofreu intoxicação pelo uso de produtos agrotóxicos?

Sim () Quem e qual produto? _____

Não ()

HISTÓRIA DA MIGRAÇÃO FAMILIAR

21. Onde você nasceu?

Aqui mesmo ()

Em outro local () Onde? _____

.

22. Onde seus pais nasceram?

Nasceram aqui ()

Vieram de outro local pra cá () Qual local? _____

23. Por que seus pais se mudaram para esse local?

24. Vocês moraram em outros locais antes de vir para cá?

Sim () Onde? _____

Não ()

25. Vocês estão fazendo planos de se mudarem daqui?

Sim () Por que e para onde? _____

Não ()

26. tem alguém da família que já foi embora daqui?

Sim () Quem e por que? _____

Não ()

AGRICULTURA FAMILIAR**27. Antes de você trabalhar com agricultura familiar, quem da sua família já trabalhou?****Você pode marcar mais de uma opção nessa questão.**

Pais () Irmãos () Avós paternos () Avós maternos ()

Tios paternos () Tios maternos () Outros familiares ()

28. Quem da sua família decidiu plantar? Por que?

29. O que vocês plantam? E por que escolheram esse tipo de plantas?

30. Como vocês adquiriam conhecimentos para esse tipo de plantação?

Com seus familiares () Com seus amigos () Na escola ()

Na televisão () Em cursos () quais? _____

31. Você conhece práticas ecológicas?

Sim () Quais? _____

Não ()

32. O seu terreno é capinado? Sim () Não ()**33. Você limpa o seu terreno ?** Sim () Não ()**34. Você faz queimadas no seu terreno?** Sim () Não ()

35. Cite cinco coisas que você considerava difícil no trabalho no campo na época dos seus avós.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

36. Cite cinco coisas que você considerava difícil no trabalho no campo na época dos seus pais.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

37. Cite cinco coisas que você considera difícil no trabalho no campo hoje.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

SUSTENTABILIDADE

38. Desde quando sua família trabalha na produção e comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos?

- Mais de cinco anos () Quatro anos () Três anos ()
 Dois anos () Um ano () Menos de um ano ()
 Não trabalha com produtos orgânicos/agroecológicos ()

39. Os produtos que vocês plantam são destinados para a:

- Vendas () Consumo próprio () As duas opções ()

40. Você possui algum tipo de financiamento para as suas atividades?

- Sim () Qual: _____
 Não ()

41. Dá para você e sua família sobreviverem apenas com o que recebem pelas atividades realizadas com a agricultura familiar?

- Sim () Não ()

42. Se você não tiver algum tipo de auxílio do governo ou de outros projetos, você acha que conseguiria continuar trabalhando com agricultura familiar?

- Sim ()
 Não () Por que? _____

SUCESSO E FRACASSO

43. Como você classifica o trabalho que vem desenvolvendo na agricultura? Marque apenas uma opção.

Sem sucesso ()

Pouco sucesso ()

Médio sucesso()

Muito sucesso ()

Total sucesso ()

44. Escreva cinco coisas que você pretende melhorar no seu trabalho com a agricultura familiar.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

MAL-ESTAR E BEM-ESTAR

45. Você acha que a sua vida melhorou nos últimos cinco anos?

Não melhorou ()

Melhorou pouco ()

Melhorou ()

Melhorou Muito ()

Melhorou Demais ()

46. Como você se sente trabalhando com a agricultura familiar?

Insatisfeito ()

Pouco satisfeito ()

Satisfeito ()

Muito satisfeito ()

Satisfeito demais ()

47. Quais foram as melhorias que você percebeu na sua vida nos últimos cinco anos?

48. Quais os seus planos para o futuro?

49. Você acha que os seus filhos vão trabalhar com a agricultura familiar?

Sim() por que? _____

Não () por que? _____



FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
ENSINANDO E APRENDENDO

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Comitê de Ética em Pesquisa – COÉTICA

PARECER N.º. 234/2007

Projeto de Pesquisa: Estrutura e dinâmica da família sertaneja: o caso das famílias agricultoras da região do Maciço de Baturité/Ce

Pesquisador Responsável: Andrea Alexandre Vidal

Data de apresentação ao COÉTICA: 11/09/07

Registro no COÉTICA: 07-280

CAAE: 0123.0.037.000-07

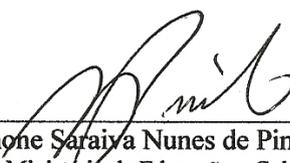
Parecer: APROVADO na data de 24/09/07

Prof. Dr. Haroldo Rodrigues de Albuquerque Júnior
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFOR – COÉTICA

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que fiz a revisão vernacular, sob os pontos de vista de ortografia, sintaxe, semântica, e de coesão e coerência, da dissertação da pesquisadora **Andréa Alexandre Vidal**, intitulada *Estrutura e Dinâmica da Família Sertaneja: estudo exploratório das famílias agricultoras da região do Maciço de Baturité/CE*. O trabalho foi submetido à Coordenação do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade de Fortaleza-UNIFOR, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Fortaleza, 10 de dezembro de 2007



Simone Saraiya Nunes de Pinho
Reg.-Ministério da Educação e Cultura-MEC nº 9.848,
livro GC-14, fl. 330, em 09.07.1973.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)